

**Carlos Daróz (Org.)**

# **OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**



**XII Seminário nacional sobre a participação do  
Brasil na Segunda Guerra Mundial**





**OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**



**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA DE HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO**

**Comandante do Exército**

Gen Ex Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva

**Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército**

Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

**Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército**

Gen Bda Francisco de Assis Costa Almeida Júnior

**Chefe do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército**

Cel Euler Gomes Antunes do Nascimento

**Comissão organizadora do XII SENAB**

Cel Euler Gomes Antunes do Nascimento

Cel Claudio Skora Rosty

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Cel Marcelo Vieira de Souza Filho

1º Ten Ana Beatriz Ramos de Souza

ST Álvaro Luiz dos Santos Alves

Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército

Av. D. Pedro II nº 383, São Cristóvão

20941-070 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

**Carlos Daróz (org.)**

**OITENTA ANOS DAS VITÓRIAS DA  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército

Rio de Janeiro  
2025

*Capa*

A partir de imagem do Arquivo Histórico do Exército.

*Organização*

Carlos Roberto Carvalho Daróz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

039

Oitenta Anos das Vitórias da Força Expedicionária Brasileira [recurso eletrônico] / organizado por Carlos Roberto Carvalho Daróz - 1. ed. - Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército, 2025.

Recurso digital (1 arquivo: 6.0 MB)

Formato: PDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia e índice

ISBN: 978-65-87805-08-5 (recurso eletrônico)

1. Força Expedicionária Brasileira. 2. História militar. 3. Segunda Guerra Mundial. 4. Livros eletrônicos. I. Daróz, Carlos Roberto Carvalho.

CDD: 940.5481

Ficha Catalográfica elaborada por Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo – Bibliotecária –  
CRB 7/6942

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Apresentação</b> – Oitenta anos da Força Expedicionária Brasileira: legado para o Exército e para o Brasil .....                     | 8   |
| <b>Cap. 1</b> – A Justiça Militar na Força Expedicionária Brasileira ...                                                                | 13  |
| <b>Cap. 2</b> – Liderança em combate: ensinamentos da Força Expedicionária Brasileira .....                                             | 28  |
| <b>Cap. 3</b> – O embarque: deslocamento dos escalões da FEB para o porto do Rio de Janeiro .....                                       | 50  |
| <b>Cap. 4</b> – Sergipe na Segunda Guerra Mundial .....                                                                                 | 67  |
| <b>Cap. 5</b> – Museu Virtual da FEB .....                                                                                              | 75  |
| <b>Cap. 6</b> – A FEB, os Pioneiros Paraquedistas e o alvorecer do paraquedismo militar do Exército Brasileiro: aspectos em comum ..... | 90  |
| <b>Cap. 7</b> – “Grandes atletas e soldados estupendos”: o Clube de Regatas Vasco da Gama e a Segunda Guerra Mundial .....              | 130 |
| <b>Cap. 8</b> – José Jerônimo de Mesquita: notas biográficas de um jovem herói da FEB (1923-1944) .....                                 | 146 |
| <b>Sobre os autores</b> .....                                                                                                           | 177 |
| <b>Sobre o organizador</b> .....                                                                                                        | 182 |



# **Oitenta anos da Força Expedicionária Brasileira: Legado para o Exército e para o Brasil**

Carlos Roberto Carvalho Daróz



## **Oitenta anos da Força Expedicionária Brasileira: Legado para o Exército e para o Brasil**

Há oitenta anos, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) escrevia na Itália uma das mais importantes páginas da História Militar do Brasil. Em meio aos horrores da Segunda Guerra Mundial, o maior e mais devastador conflito da história da humanidade, soldados brasileiros cruzaram o Oceano Atlântico para lutar, em solo europeu, contra o nazifascismo. Essa participação, que se revelou decisiva em diversas operações militares no difícil e compartimentado terreno da Itália, consagrou-se como símbolo de coragem, sacrifício e compromisso com os ideais democráticos.

A atuação da FEB, entre 1944 e 1945, foi fruto de uma

conjuntura internacional complexa e de uma transição política e militar no Brasil. Após anos de neutralidade, o país reconheceu o estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália, em 1942, motivado, sobretudo, pelos ataques a embarcações mercantes brasileiras no Atlântico Sul.

A entrada efetiva do Brasil no conflito envolveu a mobilização de tropas, a modernização do Exército e a articulação com os aliados, em especial, os Estados Unidos da América. A FEB, composta por cerca de 25 mil militares, representou esse esforço nacional, desembarcando na Itália, a partir de julho de 1944.

No terreno acidentado e sob rigorosas condições climáticas, a



FEB participou de campanhas militares de importância estratégica, como a tomada de Monte Castello, a conquista de Castelnovo, a ofensiva sobre Montese e a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã, em Fornovo di Taro. Essas vitórias, alcançadas com bravura, disciplina e determinação, consolidaram o prestígio da tropa brasileira junto aos Aliados e marcaram definitivamente a identidade das forças armadas do Brasil.

Ao retornar vitoriosa, a FEB não apenas trouxe a experiência de combate em uma guerra total, mas também contribuiu para o processo de redemocratização do país e para a projeção internacional do Brasil.

O presente livro celebra os 80 anos dessas vitórias históricas, com o propósito de preservar a memória da FEB e ampliar o conhecimento sobre sua participação na Segunda Guerra Mundial. A obra reúne textos produzidos a

partir das apresentações e debates realizados durante o XII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (XII SENAB), organizado em 2025 pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Mili-

tar do Exército (CEPHIMEx), no Rio de Janeiro.

Vinculado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), o CEPHIMEx tem como missão institucional promover a pesquisa, o estudo e a difusão do conhecimento





histórico-militar brasileiro. Sua atuação contempla a preservação da memória das campanhas, a valorização das trajetórias individuais e coletivas, bem como o estímulo à produção historiográfica qualificada. Ao fomentar o diálogo entre militares, acadêmicos, estudantes e entusiastas da História, o CEPHIMEx contribui, significativamente, para o fortalecimento da cultura histórica no país.

Uma das principais iniciativas do Centro é, justamente, o SENAB, evento anual que, desde 2012, congrega pesquisadores, especialistas e interessados no estudo da Segunda Guerra Mundial. Em sua 12ª edição, o seminário teve como temática central, no corrente ano, os 80 anos das vitórias da FEB, inserindo-se em um calendário de eventos mais amplo, realizado em conjunto com o XXXV Encontro Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, ocorrido no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 26 de

outubro de 2025. Essa parceria simboliza o elo entre memória e história, entre o testemunho dos veteranos e o trabalho dos pesquisadores, reafirmando o compromisso coletivo com a preservação desse legado.

O livro que ora se apresenta resulta, portanto, do esforço conjunto de diversos estudiosos e instituições, empenhados em compreender, interpretar e divulgar os múltiplos aspectos da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Ainda que as narrativas heroicas sobre a FEB tenham ocupado lugar de destaque na memória nacional, a pesquisa histórica contemporânea tem buscado ir além da celebração, incorporando novas fontes, abordagens e problematizações. O que se percebe é uma historiografia em constante renovação, atenta às dimensões sociais, políticas, culturais e militares do conflito.

Nessa perspectiva, este volume contribui não apenas para a



valorização da FEB, mas também para o avanço do conhecimento sobre um dos episódios mais relevantes da História do Brasil no século XX.

Ao reunir textos que analisam desde as operações de combate até a experiência dos pracinhas, passando pelas estratégias militares, relações internacionais, impactos na sociedade brasileira e desafios da memória, o livro se torna uma referência indispensável para todos os que desejam compreender a profundidade e a complexidade da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Mais do que rememorar o passado, esta publicação convida à reflexão sobre o papel das Forças Armadas na consolidação da democracia, sobre o valor da liberdade e da soberania nacional, e sobre a importância do estudo histórico como instrumento de formação crítica e cidadã.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa, que inspire o

respeito à memória dos nossos pracinhas e o reconhecimento de sua contribuição à História do Brasil.

Que as páginas seguintes sirvam como homenagem àqueles que, em tempos sombrios, não hesitaram em atender ao chamado do dever, levando o nome do Brasil, com honra, aos campos de batalha da Itália.

### **A FEB continua fumando!**

### **Nossos heróis serão sempre lembrados!**





# **A Justiça Militar na Força Expedicionária Brasileira**

Péricles Aurélio Lima de Queiroz

# **A Justiça Militar na Força Expedicionária Brasileira**

## **INTRODUÇÃO**

A Justiça Militar, também denominada Justiça Castrense, surgiu nos acampamentos dos exércitos da Antiguidade. A partir do final do século XV, os exércitos de campanha e as esquadras que singravam os mares do Novo Mundo conduziam auditores de guerra e de marinha como profissionais jurídicos, com atribuições de justiça e disciplina. Eram oficiais versados em Direito, conhecidos como juízes letrados, que oficiavam na apuração de infrações disciplinares e criminais dos militares e integravam conselhos de guerra.

O ano de 1640 constitui o marco de estruturação da Justiça

Militar em Portugal, com a criação do Conselho de Guerra de Lisboa, composto por almirantes, marechais, generais e três desembarcadores do Paço - a mais elevada instância da justiça do Reino. Possuía a competência para julgar recursos e apelações dos Auditores, além de processar oficiais generais. Consistia na mais alta instância da Justiça Militar para todo o Reino e Ultramar, incluindo-se a Colônia brasileira.

A instalação da Família Real no Brasil resultou na criação do Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), em 1º de abril de 1808, sucessor do Conselho de Guerra de Lisboa. A jurisdição militar era exercida por auditores de guerra e de marinha nos



corpos de tropa e esquadras, oficiais que integravam as Auditorias no Exército e na Marinha.

A jurisdição da Justiça Militar divide-se em “Tempo de Paz e Tempo de Guerra”. Isto é, possui atuação diversa das demais justiças, com sua prestação jurisdicional específica para os períodos de paz e de conflito armado. Desse modo, em caráter excepcional, é a justiça que acompanha as forças militares no teatro de operações. A codificação militar - Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e Lei de Organização Judiciária Militar - comportam regras para os dois períodos distintos.

## **SERVIÇO DE JUSTIÇA MILITAR EXPEDICIONÁRIO**

A Justiça Militar brasileira foi incorporada à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e acompanhou a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) para o

Teatro de Operações Mediterrâneo, no período de 1944-1945. Historicamente, a jurisdição brasileira havia atuado em diversos períodos de conflito, como as Revoltas da Independência (1822-1824), com as Comissões Militares; a Guerra Cisplatina (1825-1828); a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870); a Primeira Guerra Mundial; a Revolução Paulista de 1932; e a Segunda Guerra Mundial.

Uma exposição de motivos do ministro da Guerra, de 15 de março de 1943, aprovada pelo presidente da República, autorizou a criação e preparação do Corpo Expedicionário Brasileiro (C.E.B.). Em 23 de novembro do mesmo ano, foi criada a FEB, com três divisões de infantaria “e elementos orgânicos de Corpo de Exército, inclusive aviação e órgãos de comando e serviços”<sup>1</sup>.

A Justiça Militar Expedicionária foi organizada por meio do Decreto-Lei nº 6.396, de 1º de abril de 1944. Estava composta



pelo Conselho Supremo de Justiça Militar, Conselhos de Justiça e Auditores. A competência dos órgãos jurisdicionais residia no “processo e julgamento dos crimes praticados em zonas de operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado por forças brasileiras”. Prevvia duas ou mais Auditorias em cada divisão. Contudo, somente foi organizada a 1<sup>a</sup> DIE, a qual contou com duas Auditorias.

**Conselho Supremo de Justiça Militar** - No período de guerra os órgãos normais da Justiça Militar perdem sua competência, provisoriamente transferida para a Justiça Militar Especial enquanto perdura o conflito. Trata-se de questão doutrinária e organizacional, pois os órgãos de justiça devem acompanhar o deslocamento da força e atuar no teatro de operações, condição que não seria possível aos órgãos em tempo de paz, sediados no país. Portanto, a segunda instância

passa a ser o Conselho Supremo, composto por dois generais, da ativa ou reserva, e um magistrado civil, preferencialmente um ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A presidência deve ser exercida pelo oficial mais antigo. Funcionou, junto ao CSJM, um Procurador-Geral de Justiça Militar, oriundo do Ministério Público Militar.

### **Conselho de Justiça Militar**

- Órgão judiciário de primeira instância, formado pelo Auditor de Guerra e dois oficiais superiores, de patente igual ou superior ao acusado. Sua competência residia em julgar oficiais até o posto de coronel.

**Auditor de guerra** - É o magistrado de carreira com competência para dirigir a Auditoria, presidir o Conselho de Justiça, conduzir a instrução criminal das praças, civis e oficiais, até o posto de coronel, e decidir sobre o arquivamento dos inquéritos,





recebimento das denúncias e instauração dos processos-crimes.

### **Promotores e advogados -**

Junto às Auditorias atuavam os Promotores de Justiça Militar, membros de carreira do Ministério Público Militar, e advogados de ofício: os primeiros com atribuições da acusação, além de fiscais da Lei, e os segundos para oficiarem na defesa dos réus. Desde 1920 o STM dispunha de um quadro de bacharéis em Direito de defensores públicos de carreira, denominados “advogados de ofício”, os quais deram origem à Defensoria Pública da União, em 1994.

**Serviços cartoriais** - A estrutura das Auditorias compor-tava, ainda, o pessoal de apoio: es-crivães, escreventes e oficiais de Justiça, incumbidos das tarefas burocráticas para assegurarem o correto registro e legalidade dos atos judiciais.

### **Inquéritos Policiais Militares (IPM), processos criminais e recursos** -

A legislação em tempo de guerra previa normas especiais para o IPM e o processo criminal, tornando os procedimentos expeditos em face da necessidade do julgamento célere. O IPM deveria ser concluído em cinco dias. Ao Promotor, competia oferecer a denúncia no prazo de 24 horas, requerendo ao juiz a abertura do processo criminal. O processo cumpria rito célere, com prazos exíguos para acusação e defesa. Era cabível recurso de apelação das sentenças dos Conselhos de Justiça ou dos Auditores para o Conselho Supremo. Contudo, não havia previsão para *habeas corpus* ou revisão criminal.

### **Quadro da Justiça Militar -**

O Decreto-Lei nº 6.509, de 18 de maio de 1944, instituiu o Quadro Especial para os Membros da Justiça Militar da FEB, constituído como Reserva de 1ª Classe do Exército, formado por um general



de divisão, oriundo da magistratura civil do STM; um general de brigada procurador-geral; auditores como tenentes-coronéis e coronéis; promotores nos postos de major e capitão, advogados de ofício como 1º tenentes, e escrivães no posto de 2º tenentes. Determinação do ministro da Guerra de 21 de junho de 1944, por meio do Aviso nº 1.659, instituiu o uniforme e o distintivo do Pessoal da Justiça Militar em serviço na FEB, sendo "uma balança, tendo por fiel uma espada".

## LEGISLAÇÃO APLICADA

Até o início de 1944, a legislação substantiva de Justiça Militar consistia no Código Penal da Armada de 1891<sup>2</sup>, ampliado para o Exército em 1899. Em 24 de janeiro de 1944 o Governo publicou o Decreto-Lei nº 6.227, com o novo Código Penal Militar. O processo penal militar era regido

pelo Código de Justiça Militar de 1938<sup>3</sup>.

No capítulo "Da Justiça Militar em Tempo de Guerra", previsto no Código da Justiça Militar de 1938, constava que

na vigência de estado de guerra ou na zona de operações durante grave comoção intestina (art. 172, § 1º e 173 da CF), os ministros da Guerra e da Marinha, os comandantes-chefes das forças do Exército ou da Armada, respectivamente, nomearão os conselhos de justiça militar suficientes, os quais funcionarão enquanto a necessidade do serviço o exigir, nos locais de operações, em território militarmente ocupado e para onde forem designados<sup>4</sup>.

O Código vigente previa, ainda, que os "auditores, promotores, advogados e demais funcionários acompanharão, nas operações de guerra, as unidades que lhes forem designadas [...]"<sup>5</sup>.

Também a legislação mais remota, o Código de Justiça Militar de 1920, contemplava no



capítulo da Justiça Militar em Tempo de Guerra, "Os auditores e promotores acompanharão à guerra as unidades da sua circunscrição [...]"<sup>6</sup>.

A leis penais militares em tempo de guerra albergam penalidades mais gravosas e tipos específicos. No Código Penal Militar de 1944, dos 47 artigos tipificando crimes de traição, covardia, espionagem, motim e revolta, insubordinação, hostilidade arbitrária e abuso de autoridade, inobservância do dever militar e outros, 31 deles prescreviam pena de morte no grau máximo, a ser executada por fuzilamento.

No Teatro de Operações do Mediterrâneo, a 1ª Auditoria aplicou essa pena capital contra dois soldados da FEB, acusados de estupro e homicídio, condenações confirmadas na apelação que tramitou no Conselho Superior. Contudo, decreto presidencial, de dezembro de 1945, concedeu a comutação das sentenças para 30 anos de reclusão. Regra do Código

prescrevia que os "crimes praticados em tempo de guerra, além desses tipos especiais, tinham as penas aumentadas em um terço"<sup>7</sup>.

Os órgãos de Justiça Militar na FEB foram extintos por meio do Decreto-Lei nº 8.443, de 26 de dezembro de 1945<sup>8</sup>, com a transferência do acervo e da competência do Conselho Supremo para o então Supremo Tribunal Militar, e da primeira instância para as Auditorias da 1ª Região Militar, sendo que o pessoal convocado retornou para suas antigas funções.

O acervo jurídico da Justiça Militar na FEB, além dos códigos, amparou-se nas seguintes legislações:

- Decreto-Lei nº 6.396, de 1º de abril de 1944 - Organiza a Justiça Militar junto às Forças Expedicionárias e regulariza seu funcionamento.

- Decreto-Lei nº 6.509, de 18 de maio de 1944 - Cria o Quadro Especial para os Membros da Justiça Militar da FEB.



- Regimento interno do Conselho Supremo de Justiça Militar, 6 de junho de 1944.

- Aviso do Ministro da Guerra nº 1.649, de 21 de junho de 1944 - Cria o Distintivo da Justiça Militar na FEB.

- Decreto-Lei nº 7.057, de 20 de novembro de 1944 - Altera o Decreto-Lei nº 6.396.

- Decreto nº 20.062, de 3 de dezembro de 1945 - Concede indulto a condenados ou não que fizeram parte da FEB, cujos crimes não sejam infamantes ou de homicídio, e comutação a civis.

- Decreto-Lei nº 8.443, de 26 de dezembro de 1945 - Extingue os Órgãos de Justiça Militar da FEB.

## **ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR EXPEDICIONÁRIA**

### **Conselho Supremo de Justiça Militar**

- Presidentes: General de Divisão Boanerges Lopes de Souza e

General de Divisão Heitor Augusto Borges.

- Juízes: General de Divisão Washington Vaz de Mello (ministro do STM), General de Brigada Francisco de Paula Cidade.

- Procurador-Geral da Justiça Militar: General de Brigada Waldomiro Gomes Ferreira.

### **1ª Auditoria da 1ª DIE**

- Auditor: Tenente-Coronel Dr. Adalberto Barreto.

- Promotor: Capitão Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa.

- Advogado de ofício: 1º Tenente Dr. Raul da Rocha Martins.

- Escrivão: 2º Tenente Abbott Romero.

- Escrevente: 3º Sargento Wander Soares.

- Oficial de Justiça: 3º Sargento Darcy Pinheiro Carra.

### **2ª Auditoria da 1ª DIE**

- Auditor: Tenente-Coronel Dr. Eugênio Carvalho do Nascimento.



- Promotor: Capitão Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa.

- Advogado de ofício: 1º Tenente Dr. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque.

- Escrivão: 2º Tenente Walter Bello Faria.

- Escrevente: 3º Sargento Vinício Gomes de Aguiar.

- Oficial de Justiça: Soldado José Lito de Menezes.

Foi inicialmente designado Promotor, o Dr. Amador Cysneiros do Amaral, que logo regressou ao Brasil por determinação superior. Também atuou na 2ª Auditoria o Promotor Dr. Clóvis Bevilacqua Sobrinho.

## **SEDES DA JUSTIÇA MILITAR NA ITÁLIA**

O Conselho Supremo deslocou-se por via aérea e instalou-se em Nápoles, no palacete da Via Posillipo nº 66, Viale Costa, localidade onde realizou 14 sessões de

juízo. O boletim interno nº 3, de 13 de setembro de 1944, registrou a visita dos ministros ao embaixador. O efetivo da 1ª Auditoria deslocou-se para a Itália por transporte aéreo, desembarcando em Nápoles no dia 20 de julho de 1944, juntando-se ao acampamento em Bagnoli. No dia seguinte, comunicou a entrada em atividade, apesar da precariedade das instalações. Funcionou ainda nas seguintes localidades: Tarquinia, Vada, San Rossore, Pistoia, Pavana, Vignola, Alessandria, Francolise, Porretta Terme, Altopassio, Livorno, Lizzano e Frattoceto.

Os órgãos de justiça funcionaram junto ao Quartel-General da 1ª DIE. Após o regresso ao Brasil, ficou instalada no mesmo local.

A 2ª Auditoria da 1ª DIE deslocou-se para o Teatro de Operações do Mediterrâneo a bordo do Navio USS *Gen W.A. Mann*, com o 2º Escalão da FEB, em 22 de setembro de 1944, desembarcando



na Itália em 23 de outubro, e instalando-se no acampamento de San Rossore, Pisa. Sua primeira sede foi o quartel do Regimento de Paraquedistas, em Pistoia, seguindo depois para Pavana, Vignola, Alessandria e Francolise. Retornou ao Brasil em 4 de novembro de 1945, no navio transporte de tropa USS *Gen Meigs*.

## **ESTATÍSTICA DE PROCESSOS**

### **Conselho Supremo da Justiça Militar**

- Sessões de julgamento – 65;
- Apelações julgadas – 230;
- Inquéritos – 26;
- Recursos Criminais – 4;
- Pareceres do Procurador-Geral: 58.

### **1ª Auditoria da 1ª DIE**

- IPM e Autos de prisão: 107;
- Processos de deserção: 31;
- Processos criminais: 81;
- Réus condenados: 60;
- Réus Absolvidos: 12.

### **2ª Auditoria da 1ª DIE**

- Processos distribuídos: 136;
- Réus condenados: 72;
- Réus absolvidos: 47;
- Processos de deserção: 31;
- Apelações ao CSJM: 79.

## **BIOGRAFIA DOS INTEGRANTES DA JUSTIÇA MILITAR NA FEB**

### **Conselho Superior de Justiça Militar**

• General de Divisão Boanerges Lopes de Souza - Nomeado presidente do Conselho Supremo de Justiça Militar (julho de 1944 a junho de 1945), quando se transferiu para a reserva no posto de marechal. Natural do Mato Grosso, foi praça de 1898, tendo cursado a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, a Escola Militar e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

• General de Divisão R2 Washington Vaz de Mello - Recebeu as condecorações da FEB:



Medalha de Campanha, Medalha de Guerra e Medalha de Campanha da Aeronáutica. Foi consultor jurídico do Ministério da Guerra.

- General de Divisão Heitor Augusto Borges (1884-1961) - Assumiu a presidência do CSJM em substituição ao general de divisão Boanerges (julho-dezembro de 1945). Foi comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Escola).

- General de Brigada Francisco de Paula Cidade - Ministro do CSJM (abril de 1944 a dezembro de 1945), cursou a Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo.

- General de Brigada R2 Dr. Waldomiro Gomes Ferreira – Procurador-Geral de Justiça Militar.

- 1º Tenente R2 Dr. Iberê Garcindo Fernandes de Sá.

### **1ª Auditoria da 1ª DIE.**

- Tenente-Coronel R2 Dr. Adalberto Tinoco Barreto – Auditor, nomeado advogado de ofício

da Justiça Militar em 1921, promotor em 1922 e auditor em 1943. Foi delegado de Polícia em Campo Grande (1930). Serviu no Gabinete do ministro da Guerra em 1931, e, posteriormente, foi ministro do STM.

- Capitão R2 Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa - Promotor da Justiça Militar, acumulou as funções do Ministério Público nas duas Auditorias. Foi advogado de ofício, auditor de carreira, corregedor da Justiça Militar e ministro do STM. Condecorações: Medalha de Guerra, Medalha de Campanha da Itália e Medalha de Campanha da FEB.

- 1º Tenente Dr. Raul da Rocha Martins - Advogado de ofício. Em 1948 tomou posse como auditor.

- 1º Tenente R2 Dr. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque.

- 2º Tenente R2 Dr. Walter Bello Faria – Escrivão, nomeado escrevente da Justiça Militar, em 1935.



- 2º Tenente Ary Abbott Romero - Escrivão da Justiça Militar, havia ingressado na carreira de servidores em 1926.

## **2ª Auditoria da 1ª DIE**

- Tenente-Coronel R2 Dr. Eugênio Carvalho do Nascimento - Auditor, nomeado advogado de ofício em 1926, promotor da Justiça Militar em 1942, corregedor da Justiça Militar, aposentou-se como ministro do STM.

- Capitão R2 Dr. Orlando Moutinho Ribeiro da Costa, da 1ª Auditoria.

- 1º Tenente R2 Dr. Raul da Rocha Martins - Advogado de ofício, após a guerra foi nomeado auditor.

- 2º Tenente R2 Dr. Ary Abbott Romero - Escrivão desde 1926.

## **CONCLUSÃO**

A Justiça Militar Expedicionária julgou mais de 300

processos de forma ordinária e 63 processos especiais.

O comandante da FEB, ao emitir sua apreciação final a respeito da Justiça Militar Expedicionária, deixou registrado:

A Justiça Militar da FEB, em todos os degraus da sua hierarquia e atividade, do juízo da 1ª entrância ao Conselho Supremo, tem estado a altura momento e da sua nobre missão.

Vigilante e inflexível, imparcial e serena, meticulosa na elaboração processual, rígida nos seus julgamentos e exata e exemplar nas suas sentenças, a nossa Justiça Militar vem concorrendo eficientemente para que se não partam os elos da disciplina e se não quebre a coesão moral da tropa que o Brasil mandou ao continente europeu, como legítima expressão do seu poder militar e como genuína representante princípios jurídicos secularmente esposados e defendidos pela sua nobre e invariável política internacional [...].

À Justiça Militar da FEB, incansável sentinela da lei, rendemos hoje o preito da nossa





admiração, pelo valioso e patriótico trabalho que vem realizando na defesa das nossas tradições, cultura e cavalheirismo e pelo maior e mais puro prestígio do Exército e do Brasil

Ass. João Batista Mascarenhas de Moraes, General de Divisão Comandante da Força Expedicionária Brasileira<sup>9</sup>.

## CURIOSIDADES

- Papa Pio XII – Após se instalarem em Nápoles, os ministros do Conselho Supremo se deslocaram para Roma, em 29 de agosto de 1944, ocasião em que visitaram o embaixador do Brasil e foram recebidos no Vaticano por S. Santidade, o Papa Pio XII<sup>10</sup>.

- Conversão das penas disciplinares - Para evitar prejuízo do serviço em campanha, as penas disciplinares impostas às praças passaram a ser convertidas em multa, sendo a arrecadação destinada "às famílias das praças falecidas"<sup>11</sup>.

- Infrações de trânsito - A fiscalização viária foi atribuída ao Pelotão de Polícia Militar da 1ª DIE, expedindo-se rigoroso controle para a circulação das viaturas e a adoção de regras específicas. Desse modo, as infrações de trânsito que resultavam penalidades ocasionavam a aplicação de multa<sup>12</sup>.

- Prisão - Militares sentenciados ou em prisão preventiva deveriam ser recolhidos à Prisão Militar Aliada em Aversa.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

Boletim Interno da 1ª DIE nº 126, de 6 de maio de 1945.

Boletim Interno da 1ª DIE nº 28, de 9 de setembro de 1944.

Boletim Interno da 1ª DIE nº 91, de 1º de abril de 1945.

Boletim Interno do CSJM nº 3, de 13 de setembro de 1944.

BRASIL. *Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920* - Manda observar o Código de Organização



Judiciária e Processo Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14450-30-outubro-1920-502847-republicacao-95110-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025

BRASIL. *Decreto nº 18, de 7 de março de 1891* - Estabelece novo Código Penal para a Armada, de acordo com o decreto de 14 de fevereiro deste anno. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-18-7-marco-1891-526137-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 20.082, de 3 de dezembro de 1945* - Concede indulto a oficiais, praças e civis, que fizeram parte integrante da FEB ou a ela prestaram serviços quando em operações na Itália, já condenados ou não, e cujos crimes não são natureza infamante. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20082-3-dezembro-1945-327308-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944* - Institui o Código Penal Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025

BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.443, de 26 de dezembro de 1945* - Extingue os órgãos da Justiça Militar organizada pelo Decreto-lei nº 6.396, de 1º de abril de 1944 e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-8443-26-dezembro-1945-458482-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938* - Estabelece o Código da Justiça Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-925-2-dezembro-1938-350271-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.



BRASIL. Ministério da Guerra.  
*Portaria Ministerial nº 4744, de 9  
de agosto de 1943.*

## NOTAS

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Guerra. *Portaria Ministerial nº 4744, de 9 de agosto de 1943.*

<sup>2</sup> BRASIL. *Decreto nº 18, de 7 de março de 1891* - Estabelece novo Código Penal para a Armada, de acordo com o decreto de 14 de fevereiro deste ano. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-18-7-marco-1891-526137-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.

<sup>3</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938* - Estabelece o Código da Justiça Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-925-2-dezembro-1938-350271-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.

<sup>4</sup> Ibid, Art. 370.

<sup>5</sup> Ibid., Art. 377.

<sup>6</sup> BRASIL. *Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920* - Manda observar o Código de Organização Judiciária e

Processo Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14450-30-outubro-1920-502847-republicacao-95110-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025, Art. 316.

<sup>7</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944* - Institui o Código Penal Militar. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025, Art. 314.

<sup>8</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 8.443, de 26 de dezembro de 1945* - Extingue os órgãos da Justiça Militar organizada pelo Decreto-lei nº 6.396, de 1º de abril de 1944 e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8443-26-dezembro-1945-458482-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2025.



---

<sup>9</sup> Boletim Interno da 1ª DIE nº 126, de 6 de maio de 1945.

<sup>10</sup> Boletim Interno do CSJM nº 3, de 13 de setembro de 1944.

<sup>11</sup> Boletim Interno da 1ª DIE nº 28, de 9 de setembro de 1944.

<sup>12</sup> Boletim Interno da 1ª DIE nº 91, de 1º de abril de 1945.



# **Liderança em combate: Ensinos da Força Expedicionária Brasileira**

Édson Skora Rosty

# **Liderança em combate:**

## **Ensinamentos da Força Expedicionária Brasileira**

Quando estudamos o poder relativo de combate, podemos verificar que a liderança é um importante fator a ser observado. Essa relevância ocorre tanto nos escalões maiores (batalhões, regimentos e divisões) como nos escalões menores (companhias, pelotões e grupos de combate).

A liderança no âmbito das pequenas frações é potencializada ao longo da instrução e do adestramento, e será fortalecida com a experiência de combate. Enquanto essa liderança não for colocada à prova, durante o combate, ainda não estará consolidada. É por essa razão que o “batismo de fogo” é um momento extremamente crítico para uma fração combatente.

Neste trabalho, veremos duas situações ocorridas com a FEB durante a Segunda Guerra Mundial, em que ficou muito bem evidenciada a importância da liderança e da experiência em combate.

### **GUANELLA, 2 DE DEZEMBRO DE 1944**

Em 29 de novembro de 1944, o comando brasileiro realizou sua primeira tentativa de conquista da região do Monte Castello. Essa operação não obteve êxito, causando muitas baixas nas tropas atacantes. O I Batalhão do 1º Regimento de Infantaria (1º RI) foi um dos mais sacrificados, realizando o esforço principal a partir da região de Guanella.



O comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) precisava reajustar seu dispositivo para garantir a manutenção do terreno que já havia sido conquistado. Desse modo, na manhã do dia 30 de novembro de 1944, foram emitidas ordens verbais para a realização de uma operação de substituição<sup>1</sup>. A unidade escolhida para substituir o I/1º RI foi o I/11º RI (Major Jacy), última a chegar à linha de frente (noite de 29 de novembro).

Os reconhecimentos tiveram início na tarde do dia 30 de novembro. Na manhã seguinte, o batalhão participou de uma cerimônia de recepção ao general Mark Clark<sup>2</sup>, caracterizando uma “distração” nas atividades operacionais para a operação de substituição.

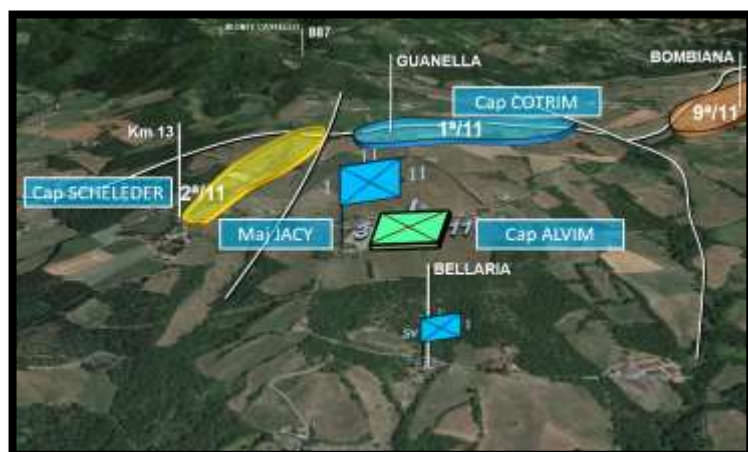
Para a ocupação das posições, foi definido que a movimentação da tropa somente deveria ocorrer a partir das 1700h do dia 1º de dezembro.

Esse horário foi estabelecido para que, aproveitando a escuridão, não fosse permitido que os alemães percebessem a operação. Toda a substituição deveria estar concluída às 0500h do dia 2 de dezembro.

Após a realização dos reconhecimentos, ficou decidido que a região de Guanella seria ocupada pela 1ª Cia (Capitão Cotrim), e a região entre Guanella e o km 13 pela 2ª Cia (Capitão Scheleder). Como reserva, foi designada a 3ª Cia (Capitão Alvim), concentrada junto ao posto de comando do batalhão.

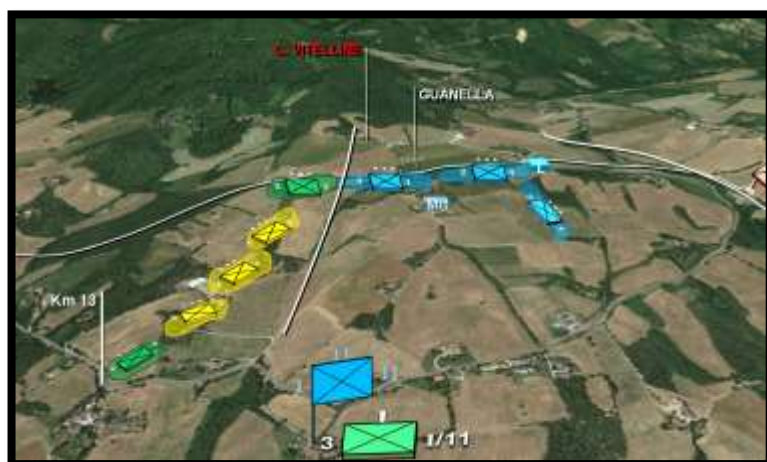
Durante o reconhecimento, foi identificado que as posições que a tropa substituída ocupava não eram ideais para a uma defesa, impondo um reajustamento do dispositivo após a substituição. Assim, no início da noite de 2 de dezembro, algumas brechas no dispositivo foram “fechadas” com emprego dos pelotões da reserva e frações

Fig. 1 – Dispositivo inicial do 1º BI/11º RI para a defesa de Guanella



Fonte: Elaborado pelo autor.

Fig. 2 – Dispositivo final do 1º BI/11º RI para a defesa de Guanella em 2 Dez 44



Fonte: Elaborado pelo autor.





de metralhadoras.

Com relação a esse dispositivo, em 12 de novembro de 1978, o então General de Divisão Octávio Costa, antigo S2 do I Batalhão do 11º RI, escreveu para o Coronel Adhemar, antigo S3 do mesmo batalhão, expondo como foi realizada a tomada de decisão pelo Major Jacy.<sup>3</sup>

[...] Certo de que Guanella seria a região mais importante a ser defendida, o Major Jacy, comandante do batalhão, perguntou quem seria voluntário para guarnecê-la. Todos os três comandantes de companhia de fuzileiros pleitearam a posição. Diante do impasse, o comandante do batalhão resolveu sortear as posições, cabendo à 1ª Cia guarnecer Guanella, tendo a 2ª Cia à sua esquerda e a 3ª Cia em Reserva. Tal fato revelou um sinal de fraqueza do comandante, abdicando da responsabilidade de decidir. Por outro lado, o Capitão Cotrim, comandante da 1ª Cia, começou a sentir-se perseguido até pela própria sorte, primeiro sinal visível do

processo de desestabilização emocional que vinha sofrendo, desde que presenciou as cenas do contra-ataque alemão, quando estava estagiando na frente de combate do 6º RI, no vale do rio Serchio, em 30 de outubro de 1944.

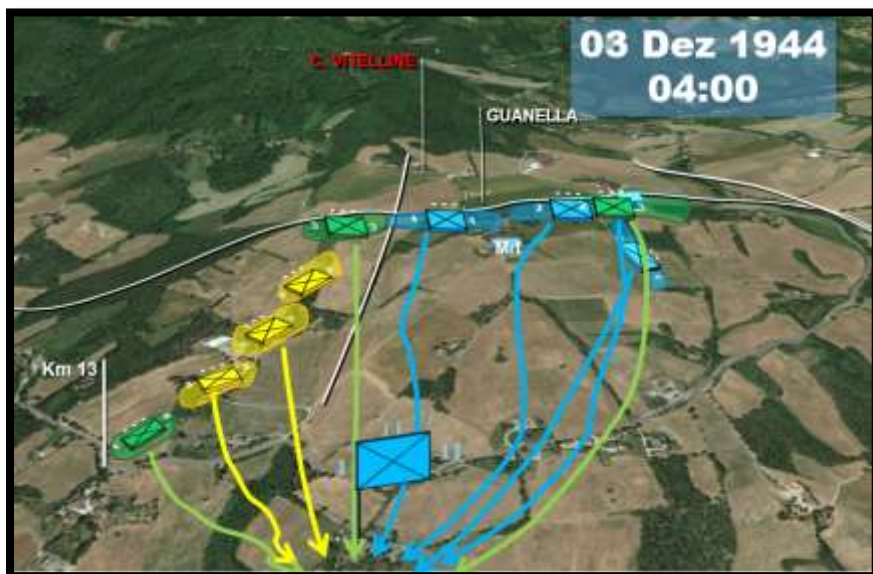
Essa deterioração emocional, indicava que a 1ª Companhia não era a mais indicada para defender a região mais importante da frente. O próprio Coronel Adhemar escreveu, anos mais tarde, que a melhor escolha para defender a região de Guanella seria a 3ª Cia do Capitão Alvim.<sup>4</sup>

Os alemães, após perceberem a existência de uma nova tropa na linha de frente, resolveram conduzir uma sequência de pequenas ações ofensivas contra a região de Guanella. As incursões tiveram início por volta de 2200h do dia 2 de dezembro, e se prolongaram durante toda a madrugada.

Por volta das 0400h do dia 3 de dezembro, o Capitão Cotrim perdeu o controle efetivo da tropa em sua zona de ação e, sem receber ordem, determinou o retraimento de sua companhia para a região do posto de comando do batalhão.

O Major Jacy, após ser surpreendido com esse movimento, também emitiu ordem, a todo o batalhão, para que fosse realizado um recuo até uma posição imediatamente após a estrada que ligava Gaggio Montano a Abetia.

Fig. 3 – Aspecto geral do retraimento do 1º BI/11º RI na madrugada de 3 Dez 44, com o 2º Pelotão da 2ª Cia permanecendo na posição.



Fonte: Elaborado pelo autor.



A emissão dessa ordem, sem um planejamento prévio ou reconhecimento preliminar, e contando com a fraca liderança de alguns capitães e Tenentes, fez com que grande parte do efetivo do I Batalhão recuasse sem o devido comando e controle, colocando em risco a integridade da posição defensiva na região de Guanella.

A única exceção nesse retraimento foi o 2º Pelotão da 2ª Cia, que, sob a liderança de seu comandante, 2º Tenente R2 Ari Rauen, retornou às posições originais, ao perceber que os alemães não haviam tirado proveito da situação.

Apesar da liderança de alguns comandantes de pelotão, que conseguiram manter seus subordinados reunidos, o I Batalhão estava sem comando. Alguns militares, inclusive o comandante do batalhão, somente pararam de recuar quando atingiram o posto de comando do II Grupo de Obuses,

na localidade de Silla, distante cerca de 3,5 km da linha de frente.

Nessa região, o Major Jacy tentou reorganizar sua unidade para retornar às posições abandonadas. Infelizmente, a iniciativa mostrou-se totalmente inútil, principalmente devido à falta de comprometimento dos capitães Cotrim, Scheleder e Tinoco, que permaneceram inertes aos apelos de seu comandante.

Foi necessária a intervenção do comando da 1ª DIE, o qual deslocou, na manhã de 3 de dezembro, o III Batalhão do 6º RI, que estava em Reserva em Porreta Terme, para reocupar as posições abandonadas.

Foi instaurado um Inquérito Policial Militar. O Major Jacy, comandante do batalhão, os capitães Cotrim e Scheleder, comandantes das companhias de fuzileiros, e o Capitão Tinoco, comandante da Companhia de Comando, foram afastados de suas funções e denunciados



perante a Justiça Militar<sup>5</sup>. Ao final do processo, somente o Capitão Cotrim foi condenado.<sup>6</sup>

## **BOSCACCIO, 2 DE JANEIRO DE 1945**

Em 8 de novembro de 1944, o I Batalhão do 6º RI substituiu elementos da *Gardner Force*, unidade provisória norte-americana que estava ocupando a região de Riola, no vale do rio Reno, na extremidade norte da zona de ação ao longo da rodovia 64.<sup>7</sup>

O dispositivo a ser adotado devia levar em consideração a ordem que o IV Corpo de Exército havia dado à 1ª DIE de preparar os planos para a captura de Castelnuovo, no alto daquelas elevações.<sup>8</sup> Desse modo, o I Batalhão ocupou a região de Vaiarana, com a 1ª Cia, a região de La Serra, com a 3ª Cia. A 2ª Cia foi desdobrada na região de Riola Vecchia, com a missão de barrar a

rodovia 64 em sua zona de ação. Para cumprir essa missão, o Capitão Ayrosa, comandante da subunidade, desdobrou seus pelotões do seguinte modo:

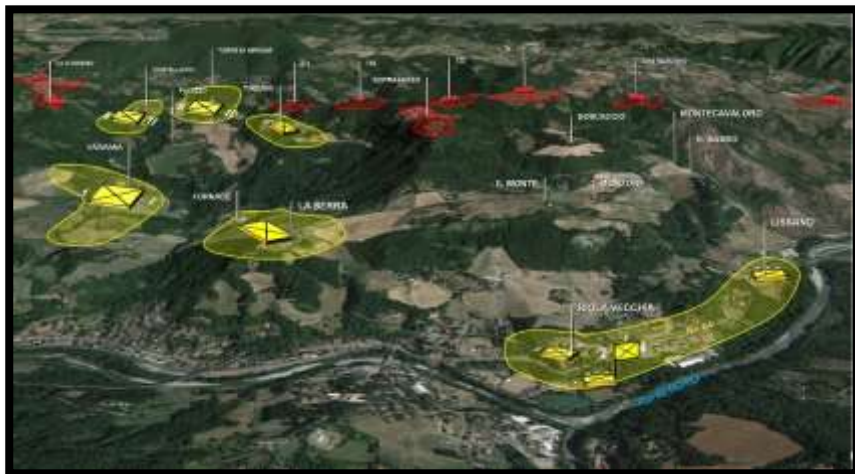
- 1º Pelotão próximo ao posto de comando da companhia, nas proximidades de Riola Vecchia;

- 2º Pelotão, comandado pelo 2º Tenente Wagner, em Riola Vecchia; e

- 3º Pelotão, liderado pelo 2º Tenente R2 Sobral, ocupando a posição mais avançada em Lissano, apoiado na rodovia 64.<sup>9</sup>

Um dos fatores que foi levado em consideração para que o 1º Pelotão ficasse junto ao posto de comando era a ausência do comandante de pelotão à frente de sua fração. O Tenente R1 Cabral havia baixado ao hospital em 11 de novembro, por doença (infecção pulmonar, conforme consta de suas alterações). O pelotão estava sendo comandado

Fig. 4 – Situação do 6º RI em 11 Nov 44



Fonte: Elaborado pelo autor.

interinamente pelo 2º Sargento Camargo<sup>10</sup>, auxiliar do pelotão.

No dia 16 de novembro, as 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Cia receberam a missão de atacar, no amanhecer do dia seguinte, para conquistar as alturas que ficavam imediatamente ao norte de suas posições.

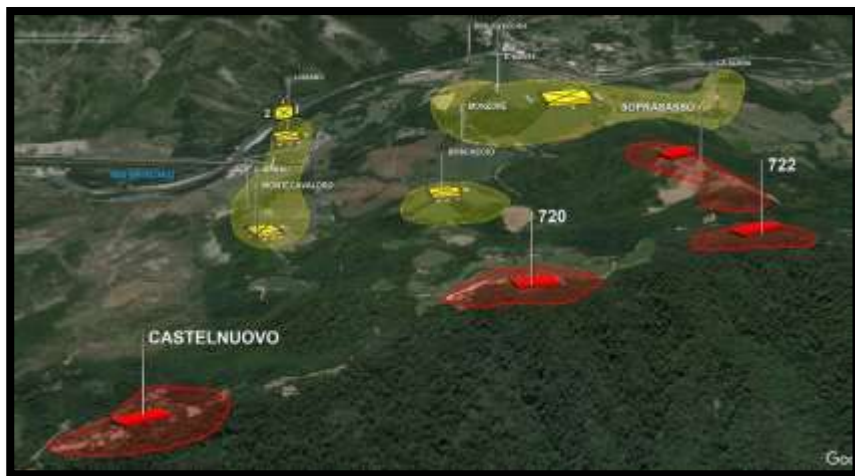
Essa operação foi coroada de pleno êxito, a 3ª Companhia avançou de La Serra em direção a Il Monte e Monzone. Enquanto

isso, no âmbito da 2ª Companhia, o 3º Pelotão progrediu de Lissano para Montecavalloro, o 2º Pelotão de Riola Vecchia para Boscaccio e o 1º Pelotão para Lissano, ainda junto ao posto de comando da companhia, uma vez que o Tenente R1 Cabral continuava baixado ao hospital.

As novas posições ocupadas pelas 2ª e 3ª Companhias do 6º RI eram totalmente dominadas pelas posições alemãs nas alturas



Fig. 6 - Posição de Boscaccio em relação às posições alemãs



Fonte: Elaborado pelo autor.

comandante do 2º Pelotão contava com o reforço de uma seção de metralhadoras da Companhia de Petrechos Pesados do I Batalhão do 6º RI.

Ao longo do mês de dezembro, o inimigo atuou de modo contínuo contra as posições do 6º RI. Normalmente, realizava um intenso bombardeio, seguido da tentativa de realizar uma infiltração com uma pequena patrulha.

Em 4 de dezembro, o Tenente R1 Cabral, comandante do 1º Pelotão, recebeu alta hospitalar, apresentando-se imediatamente para assumir o comando de seu pelotão na região de Lissano. Infelizmente, na noite anterior, durante uma tentativa de infiltração do inimigo, ele foi ferido na mão direita, causando a perda de diversas falanges. A gravidade do ferimento indicava que ele não mais retornaria à





frente de combate, sendo evacuado definitivamente para o Brasil, em janeiro de 1945. Novamente, o Sargento Camargo passou a responder pelo comando da fração. Agora se tornava necessário buscar um substituto definitivo para assumir o comando do pelotão.

Esse novo problema poderia ser solucionado com a chegada do 4º Escalão<sup>12</sup> da FEB à Itália, que incluía o Depósito de Pessoal, cuja missão era fazer o repletamento das baixas em combate.

Em meados do mês de dezembro de 1944, o Capitão Ayrosa estava se defrontando com grandes preocupações. As repercussões do insucesso do ataque ao Monte Castello, em 12 de dezembro, estavam minando o moral da tropa e os planejamentos para a conquista de Castelnuovo foram suspensos. Além disso, as condições meteorológicas estavam se deteriorando muito rapidamente,

o inverno europeu se fazia presente. Esses fatores levaram à uma estabilização da frente, numa situação em que o dispositivo da companhia era muito exposto. O próprio posto de comando da subunidade era vulnerável aos fogos de artilharia inimigos e, assim, permaneceu durante todo o inverno, para servir de exemplo aos seus subordinados.

Entretanto, o que mais atormentava o ânimo do Capitão Ayrosa era a situação do 2º pelotão em Boscaccio. Aquela fração estava ocupando a posição mais crítica e vulnerável do batalhão por cerca de 30 dias, e era necessário fazer um rodízio nos pelotões. Porém, a fração que ele tinha à sua disposição, o 1º Pelotão, ainda não tinha um comandante definitivo.

A solução para esse problema começou a se formar no Natal de 1944, junto com as primeiras nevascas nos Apeninos. O 2º Tenente R1 Carvalho, que





chegou na Itália com o 4º Escalão, apresentou-se para assumir o comando do 1º Pelotão, em substituição ao Tenente Cabral.

Agora, o Capitão Ayrosa podia contar com um oficial comandante de pelotão. O Tenente Carvalho era um militar experiente, com 35 anos de idade e que contava com 18 anos de serviço. Ele já era subTenente, quando passou para a Reserva, em junho de 1943, e foi convocado na condição de 2º Tenente R1.

Entretanto, o Capitão Ayrosa sabia que o Tenente Carvalho não tinha experiência em combate na Itália e nem havia recebido uma instrução militar preliminar sobre as operações da FEB. Nesse período, o Depósito de Pessoal ainda estava se estruturando desde a sua chegada, no início de dezembro, e as áreas para Instrução Militar em Stafolli ainda não estavam em pleno funcionamento.

Esse era o novo dilema do Capitão Ayrosa: “tenho um pelotão em posição a mais de 40 dias e que precisa ser substituído. Porém, a fração disponível para essa missão será comandada por um oficial com experiência nula em operações de guerra na Itália”.

A necessidade operacional fez com que o Capitão Ayrosa tomasse sua decisão. Nos últimos dias de dezembro de 1944, o 2º Pelotão estava praticamente sem capacidade de combate. O comandante do pelotão, Tenente Wagner, havia sido evacuado para tratamento de saúde e os constantes bombardeios do inimigo estavam comprometendo o moral dos integrantes do pelotão.

No dia 30 de dezembro, o pelotão sofreu seis baixas (dois mortos e quatro feridos) pelos fogos da artilharia inimiga. Desse modo, o Capitão Ayrosa decidiu realizar a substituição da posição de Boscaccio, nas jornadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro.



O Tenente Carvalho ficou menos de uma semana em posição com seu pelotão junto ao posto de comando da companhia. Um curto período, mas que foi suficiente para se ter uma rápida avaliação sobre sua capacidade operacional.

Os integrantes do 1º Pelotão estavam em operações desde o início de setembro e já haviam se destacado nas ações sobre o Monte Prano e na região de Sommocolonia, no vale do rio Serchio. Desse modo, o Capitão Ayrosa sabia que o maior desafio para o Tenente Carvalho era manter os subordinados convencidos de que estavam em condições de fazer frente a qualquer ameaça do inimigo, apesar de estarem ocupando posições extremamente desvantajosas.

A substituição teve início no fim da tarde de 31 de dezembro de 1944. O Tenente Carvalho subiu à frente de um grupo de combate, para realizar os

reconhecimentos e a troca de informações com a tropa a ser substituída. O restante do pelotão iria seguir na manhã do dia seguinte, sob o comando do Sargento Camargo, auxiliar do pelotão.

Assim que a tropa chegou à Boscaccio e iniciou as tratativas com o Sargento Xavier, auxiliar do 2º Pelotão, a região foi fortemente bombardeada pelos alemães, ferindo quatro militares, entre eles o Sargento Guimarães, comandante do grupo de combate que havia seguido para a substituição.

Ao ver os graves ferimentos causados pelos estilhaços no rosto de seu subordinado, o Tenente Carvalho deixou-se abater profundamente, recolhendo-se ao posto de comando do pelotão e abstendo-se de dar continuidade às tarefas de substituição.

Na manhã seguinte, 1º de janeiro de 1945, quando o restante do pelotão chegou a



Boscaccio, o Sargento Camargo encontrou o Tenente Carvalho ainda na mesma situação de inércia, recolhido ao posto de comando, sem esboçar nenhum ânimo em prosseguir com suas atribuições.

Todas as tarefas referentes à substituição, inclusive as necessárias para a troca da seção de metralhadoras que estava em reforço, foram executadas pelo Sargento Camargo, em uma demonstração de liderança, reforçada pela experiência de combate adquirida ao longo dos últimos meses.

Essa situação perdurou durante toda a noite seguinte, até que, por volta das 0200h de 2 de janeiro, os alemães iniciaram uma grande concentração de tiros de artilharia e morteiros sobre a posição, num prenúncio de que seria realizado um ataque às posições.

Mesmo diante da gravidade da situação, o Tenente Carvalho não saiu de sua indiferença,

ficando todo o encargo de manter as posições sobre os ombros do Sargento Camargo. O ataque alemão ocorreu por volta das 0400h da madrugada, incidindo fortemente sobre o centro do dispositivo de defesa.

A falta de liderança causada pela ausência do comandante do pelotão já tinha feito seu estrago. Apesar dos esforços do Sargento auxiliar, a fração não tinha mais coesão para resistir e manter as posições. Assim, com a anuência do Tenente Carvalho, os militares se retiraram para a região de Il Sasso, abandonando as posições sem terem recebido ordem para executar o recuo.

Esse retraimento foi totalmente desorganizado, ao ponto de um grupo de combate ter ficado para trás em posição. Essa fração estava na extremidade esquerda do dispositivo e não sofreu grande pressão do inimigo, nem tomou conhecimento que o Tenente

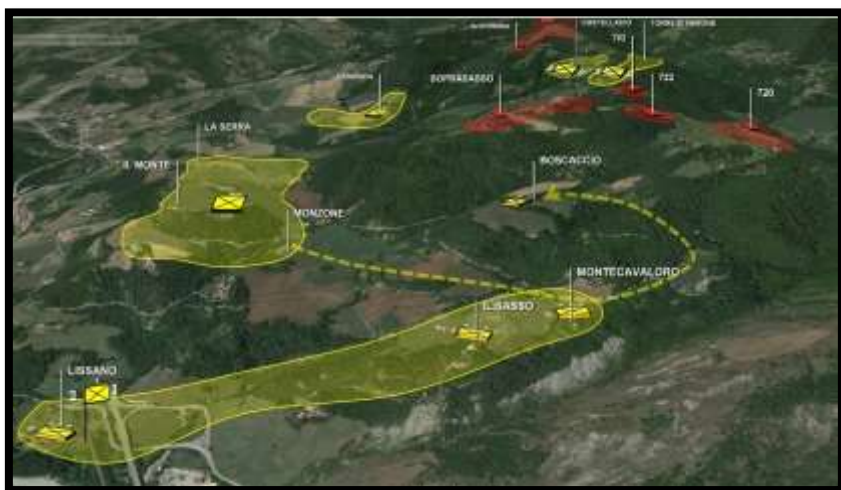
havia ordenado o retraimento para Il Sasso.

Quando o Capitão Ayrosa conseguiu contato com o 1º Pelotão em Il Sasso, observou que o Tenente Carvalho não tinha mais condições de continuar à frente da tropa, determinou, então, que o Sargento Camargo reagrupasse os remanescentes do pelotão e se posicionasse em Montecavaloro, enquanto o 3º

Pelotão mandaria uma patrulha à frente para tentar estabelecer contato com o grupo de combate que ficara isolado na posição.

Imediatamente, o comandante do I Batalhão determinou que o 1º Pelotão da 1ª Companhia, que estava em Reserva na região de Vaiarana, fosse passado em reforço ao Capitão Ayrosa, para que a 2ª Companhia pudesse desencadear

Fig. 7 - Situação das posições da 2ª Cia em 2 Jan 45 e itinerário utilizado pelo 1º Pelotão da 1ª Cia para reocupar as posições



Fonte: Elaborado pelo autor.



as ações para a reocupação das posições perdidas em Boscaccio.

Esse pelotão era comandado pelo 1º Tenente R2 Gonçalves e já havia se destacado em outras ações, durante a Campanha da Itália, com especial destaque a uma patrulha de “golpe de mão” realizada nas vésperas do Natal na região de Soprasasso. O comando do batalhão estava colocando a melhor fração que tinha em disponibilidade para reocupar as posições.

Por volta das 1500h de 2 de janeiro, o Tenente Gonçalves estava com seu pelotão reunido em Monzone, de onde prosseguiu com um grupo de combate reforçado para Montecavaloro, atingindo Boscaccio no início daquela mesma noite<sup>13</sup>.

Essa fração permaneceu na posição junto com remanescentes da 2ª Companhia até a manhã seguinte, quando o restante do pelotão subiu para as posições, passando a ficar encarregado da manutenção daquela região. O 1º

Pelotão do Tenente Gonçalves permaneceu em Boscaccio por uma semana, quando todo o I Batalhão do 6º RI foi substituído pelo II Batalhão do 1º RI, passando à situação de Reserva da 1ª DIE em Porreta Terme.

No dia 3 de janeiro de 1945, o Tenente Carvalho baixou ao Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria em Porreta Terme, sendo instaurado Inquérito Policial Militar.<sup>14</sup> Posteriormente, foi denunciado perante a Justiça Militar, sendo condenado ao final do processo.<sup>15</sup>

A trajetória do 1º Pelotão da 2ª Companhia do 6º RI durante o restante da Campanha da Itália exemplifica muito bem os efeitos positivos de uma liderança assertiva exercida pelo seu comandante.

Após o vergonhoso fracasso em manter as posições de Boscaccio, esse mesmo pelotão, agora sob o comando do 2º Tenente R2 Ramos, teve um desempenho exemplar, nos



primeiros dias de março de 1945, nas ações para a conquista do ponto cotado 722, como parte das operações para a conquista de Castelnuovo.

Em 17 de janeiro de 1945, o Capitão Ayrosa foi alçado à posição de oficial de operações do I Batalhão do 6º RI, e a 2ª Companhia passou a ser comandada pelo seu antigo subcomandante, o recém-promovido Capitão Evangelista.

## ENSINAMENTOS

Por meio dos casos apresentados verificamos que a eficiência em combate é muito dependente da liderança exercida em todos os escalões. Também é possível concluir que essa liderança será fortalecida com a experiência em combate.

No caso da 2ª Companhia do 6º RI, que já contava com mais de três meses em operações, o Tenente Carvalho, recém-

chegado à Itália, não estava à altura dos desafios que a posição de um comandante de pelotão de fuzileiros exigia. As consequências de sua inação só não foram maiores graças à pronta intervenção do Capitão Ayrosa, comandante da companhia, e do pelotão comandado pelo Tenente Gonçalves, que foi disponibilizado em Reforço.

Durante o período em que o Capitão Ayrosa esteve à frente da 2ª Companhia, nunca renunciou a sua responsabilidade em decidir, e sempre selecionou qual pelotão deveria cumprir determinada missão. Essa é uma das maiores responsabilidades que um comandante tem em combate, a qual não deve ser delegada ou menosprezada.

Infelizmente, o mesmo não se aplicou ao Major Jacy, comandante do I Batalhão do 11º RI, que, ao sortear o dispositivo a ser adotado, abdicou de sua autoridade como comandante e, desse modo, contribuiu para o



insucesso no cumprimento da missão de sua unidade.

## FONTES

Apelação nº 49/1945. Conselho Supremo de Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945. Acervo do Arquivo do Superior Tribunal Militar.

Apelação nº 57/1945. Conselho Supremo de Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945. Acervo do Arquivo do Superior Tribunal Militar.

Extrato das Alterações em campanha do 2º Sgt Ircio de Camargo, em Pietra Colora, de 11 de abril de 1945. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem Geral de Operações nº 2 da 1ª DIE, em Porreta Terme, de 11 novembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Ordem Geral de Operações nº 8 da 1ª DIE, em Porreta Terme, de 1 dezembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Operations Instructions nº 65 do IV CEX, em Lucca, de 06 novembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Relatório das Atividades do 6º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália – 1944 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve – Regimento Ipiranga.

Relatório nº 2 do dia 2 de janeiro de 1945 da Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria, em Riola Vecchia, de 03 janeiro de 1945. Acervo do 6º Batalhão de Infantaria Leve – Regimento Ipiranga.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adhemar Rivermar. *175 Bravos Brasileiros com Citações de Combate*. Acervo do Museu do Expedicionário.

ALMEIDA, Adhemar Rivermar. *Montese: marco glorioso de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.



CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960

DA ROCHA, João Evangelista Mendes. *Senha e contra-senha*. Edição do Autor, [s.d.].

DA SILVA, Ernani Ayrosa. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2ª Edição, 2013.

DE ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite. *Justiça Militar na*

*Campanha da Itália*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1958.

GONÇALVES, José; MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Irmãos de armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial*. São Paulo: Codex, 2005.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: EGGCF, 2ª Edição, 1960.

## NOTAS

<sup>1</sup> Ordem Geral de Operações nº 8 da 1ª DIE, em Porreta Terme, de 1 dezembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército

<sup>2</sup> O general Mark Clark, Cmt do V Exército, realizou em 1º de dezembro de 1944 uma visita ao QG da 1ª DIE, em Porreta Terme, sendo recepcionado por uma “Guarda De Honra” comandada pelo Major Jacy Guimarães, comandante do 1º Batalhão do 11º RI.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Adhemar Rivermar. 175 *Bravos Brasileiros com Citações de Combate*. Acervo do Museu do Expedicionário.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Adhemar Rivermar. *Montese: marco glorioso de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

<sup>5</sup> Apelação nº 49/1945. Conselho Supremo de Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945. Acervo do Arquivo do Superior Tribunal Militar.

<sup>6</sup> Os capitães Cotrim, Scheleder e Tinoco foram denunciados pela Promotoria da Justiça Militar como incursos no artigo 273: *Provocar, por temor, em presença do inimigo e por qualquer meio, a debandada da tropa, do Código Penal Militar (CPM)*. O Major





Jacy foi denunciado no artigo 285: *Deixar, em presença do inimigo, de conduzir-se de acordo com o dever militar*. Mais tarde, durante o julgamento da Apelação no Conselho Supremo de Justiça Militar, no Rio de Janeiro, o Major Jacy e os capitães Scheleder e Tinoco foram absolvidos. Com relação ao Capitão Cotrim, ocorreu uma alteração no enquadramento e, no dia 8 de agosto de 1945, foi condenado a um ano e oito meses de detenção, convertida em prisão, por *deixar, em presença do inimigo, de conduzir-se de acordo com o dever militar* (Art 285 do CPM). Permaneceu preso até 10 de dezembro de 1945, quando foi expedido “alvará de soltura” a seu favor como beneficiário pelo Decreto de Indulto Presidencial nº 20.082 de 03 Dez 1945.

<sup>7</sup> Ordem Geral de Operações nº 2 da 1ª DIE, em Porreta Terme, de 11 novembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

<sup>8</sup> Operations Instructions nº 65 do IV CEx, em Lucca, de 06 novembro 1944. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

<sup>9</sup> DA SILVA, Ernani Ayrosa. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2ª Edição, 2013.

<sup>10</sup> O Sargento Ircio de Camargo foi promovido ao posto de 2º Tenente R1

devido à sua destacada atuação em Campanha. No documento assinado pelo Comandante do Regimento em 11 de abril de 1945, contendo a proposta para sua promoção, foi destacado que por várias vezes e em situações bem críticas respondeu de modo correto pelo Comando do Pelotão.

<sup>11</sup> DA ROCHA, João Evangelista Mendes. Senha e Contra-senha. Edição do Autor, [s.d.].

<sup>12</sup> O Depósito de Pessoal desembarcou em Nápoles em 07 de dezembro de 1944. Em 11 de dezembro seguiu para San Rossore e, por fim, em 24 de dezembro, foi desdobrado em Staffoli.

<sup>13</sup> GONÇALVES, José; MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Irmãos de armas*: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial. São Paulo: Codex, 2005.

<sup>14</sup> Apelação nº 57/1945. Conselho Supremo de Justiça Militar da Força Expedicionária Brasileira, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945. Acervo do Arquivo do Superior Tribunal Militar.

<sup>15</sup> O Tenente Romaguera Marques de Carvalho foi denunciado pela Promotoria da Justiça Militar como incurso no artigo 273: *Provocar, por temor, em presença do inimigo e por qualquer meio, a debandada da tropa*, do Código Penal Militar (CPM). Mais tarde, durante o julgamento da



---

Apelação no Conselho Supremo de Justiça Militar, no Rio de Janeiro, ocorreu uma alteração no enquadramento e, no dia 08 de agosto de 1945, ele foi condenado a 1 (um) ano de detenção, convertida em prisão, por *deixar, em presença do inimigo, de conduzir-se de acordo com o dever militar* (Art 285 do CPM). Quando o mandado de prisão chegou à Itália, ele se encontrava embarcado no

navio *Duque de Caxias* com destino ao Brasil. Foi recolhido preso ao 1º Regimento de Cavalaria Divisionário no dia 17 de setembro de 1945, imediatamente após seu desembarque no Porto do Rio de Janeiro. Permaneceu preso até 10 de dezembro de 1945, quando foi expedido “alvará de soltura” a seu favor como beneficiário pelo Decreto de Indulto Presidencial nº 20.082 de 03 Dez 1945.



**O embarque:  
Deslocamento dos escalões  
da FEB para o porto do  
Rio de Janeiro**

Álvaro Luiz dos Santos Alves

# **O embarque: Deslocamento dos escalões da FEB para o porto do Rio de Janeiro**

## **INTRODUÇÃO**

[...] ao terminar o mês de maio, o Comando foi cientificado da probabilidade do embarque, na segunda quinzena de junho, de um primeiro contingente da Divisão para além-mar. As ordens prescreviam que o preparo do embarque se revestisse do sigilo. Uma das medidas para melhor condicioná-lo foi a organização a dar à instrução, que além de corresponder as necessidades reais da preparação para a guerra, tendo em vista o nível atingido pela tropa, deveria desviar, na medida do possível, o conhecimento generalizado da operação de embarque projetado.<sup>1</sup>

As operações logísticas nos conflitos armados são um grande desafio para qualquer nação. O

caso da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial com uma Força Expedicionária é um bom exemplo disso, já que nossa experiência em conflitos armados era muito pequena.

Dentro deste escopo, a logística das tropas brasileiras precisou sofrer uma remodelação, tendo em vista que elas passariam a empregar a doutrina do Exército dos EUA e, desde a declaração de guerra, já começaram as mudanças em todos os sentidos possíveis para a devida adaptação.

Tal adaptação representou um desafio muito grande e foi ponto essencial para o sucesso das operações militares brasileiras além-mar.

A começar pela difícil



mobilização dos efetivos, indo até seu abastecimento na linha de frente. Já no Teatro Europeu, a logística foi importante ferramenta para o sucesso dos combates e para a tranquilidade dos soldados.

Em qualquer combate, o abastecimento eficiente de suprimentos e munições, sejam elas por vias aéreas, terrestres ou marítimas, dita a permanência no combate. Nessa senda, a logística brasileira, desde a preparação ainda no Brasil, proveu o suporte necessário e se adaptou de maneira ímpar aos novos desafios impostos pela nova doutrina, pelo terreno pouco conhecido, pelo clima e pelas incertezas da guerra.

Sendo assim, nosso trabalho identificou a importância dessa ferramenta de combate, hajam vistas as nuances que envolveram o embarque para o teatro de operações, envolto de sigilo absoluto, e nunca antes experimentado em nosso meio

militar.

### **CONCENTRAÇÃO E OS PREPARATIVOS DA TROPA PARA O EMBARQUE: DIAS DE INCERTEZA**

A Capital Federal foi escolhida para concentrar toda a tropa da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), mas como esta não a sede original das unidades da FEB, as dificuldades foram muitas, principalmente no tocante às tropas pertencentes às 2ª, 4ª e 9ª Regiões Militares, que, até 15 de fevereiro de 1944, ainda permaneciam estacionadas em suas respectivas guarnições.

O problema foi resolvido com a concentração de todas as unidades no Rio de Janeiro em duas datas: a primeira, em 15 de fevereiro de 1944, com o Aviso Reservado nº 99-97, que determinava que o 6º Regimento de Infantaria de Caçapava-SP se deslocasse para o Rio de Janeiro e ocupasse as instalações de um



batalhão na Vila Militar; e o 11º Regimento de Infantaria da cidade de São João del Rey em Minas Gerais, que ocupasse o quartel de madeira especialmente construído para alojar a unidade no Morro do Capistrano, na Vila Militar.

Finalmente, em março de 1944, foi concluída a transferência do resto do efetivo esperado pela 1ª DIE, composto pelas seguintes unidades: 6º Regimento de Infantaria; I/2º Regimento de Obuses Autorrebocado e 9º Batalhão de Engenharia.

O desafio do Comandante da 1ª DIE era imenso, pois deveria adotar um conjunto de medidas e preparar o efetivo para o embarque, além de criar o espírito de grande unidade e de coesão, até então inexistente.

Os desafios para compor a FEB eram diversos, passavam por dificuldades materiais e de pessoal, principalmente, tendo em vista o elevado índice de

reprovação na seleção médica. Mas, diante dos óbices, em 24 de maio de 1944 a 1ª DIE apresentou a tropa ao grande público, concentrado na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, exatamente um mês antes do embarque sigiloso do 1º Escalão.

Em meio a todos os preparativos para o embarque, foram expedidas ordens do escalão superior no tocante à organização dos efetivos, bem como à nomeação do general João Baptista Mascarenhas de Moraes para o comando da FEB.

Após várias modificações relativas à composição do 1º Escalão, finalmente, em 14 de julho de 1944, por meio do Aviso reservado nº 332-298, este passou a ter a seguinte composição definitiva:

**1ª Divisão de Infantaria**  
**Expedicionária**  
**Elementos** **não**  
**Divisionários:**

a) Tropa:  
- 1º Escalão do Depósito de



Pessoal

- Companhia de Depósito de Intendência

b) Serviços:

Serviço de Saúde;

- 1º, 2º, 3º e 4º Grupos Suplementares Brasileiros em Hospitais Americanos

Serviço de Fundos

- Uma Pagadoria Fixa

Serviço de Intendência

- Depósito de Intendência

- Pelotão de Sepultamento

Serviço Postal

- Reguladora Postal de Ultramar

- Posto Regulador de Ultramar.

Após essa diretiva, foram definidas as atribuições do general comandante do 1º Escalão da FEB. Com o embarque iminente, na expectativa breve do embarque, a tropa deveria continuar sua preparação e estar pronta para partir a qualquer momento.

Nesse contexto, cabia ao comandante do 1º Escalão, entre outras responsabilidades, realizar os estudos necessários em ligação com os representantes

do Comando Aliado e expedir ordens ou instruções para realizar o embarque e o transporte da FEB; promover em sintonia com o Comando Aliado entendimentos indispensáveis sobre equipamento e instalação de seu Comando e Zonas de Concentração; propor ao ministro da Guerra as medidas ou providências que julgasse oportunas para melhor assegurar a eficiência das unidades sob seu Comando.

A diretriz previa outras funções que não serão abordadas aqui, devido ao foco do trabalho, sendo específicas quanto ao emprego, entre outras, valendo apenas destacar mais uma que achamos ser de uma importância cabal, que trata do seguinte:

[...] Na qualidade de comandante das forças em campanha, caberá ao general comandante do 1º Escalão da FEB a responsabilidade imediata pelas operações de guerra em que estas forças venham a tomar parte nos



teatros de operações de ultra-mar e, por conseguinte, todas as medidas atinentes ao perfeito equipamento, preparação moral e material dessas forças passarão a constituir o seu primeiro, mais importante e indeclinável dever (grifo nosso).<sup>2</sup>

Isso posto, voltamos a analisar a importância que foi dada aos procedimentos de embarque e preparação dos homens, já que as medidas de equipagem, embarque e desembarque estavam englobadas nas atribuições do comandante, como a acima destacada.

Em suma, a preparação foi realizada em um prazo muito exíguo e demonstraram uma alta capacidade de organização por parte do estado-maior da FEB, a qual que refletiu nos resultados obtidos no Teatro de Operações.

## **O EMBARQUE: ENVOLTO EM COMPLETO SIGILO**

O embarque do 1º Escalão esteve envolto de muito sigilo, haja vista os perigos que rondavam todo o nosso litoral, com o problema dos submarinos alemães que estavam causando estragos em nossas embarcações, com afundamentos frequentes.

No dia 15 de maio de 1944, uma reunião secreta no Gabinete do ministro da Guerra, definiu a formação um estado-maior especial (EM Esp), composto por quatro oficiais brasileiros, sendo três expedicionários e integrantes do E.M da 1ª DIE, dois tenentes-coronéis do Exército dos EUA, sob a supervisão do general Adido Militar daquele país.

Era função do EM Esp, que fora constituído com o mais alto grau de sigilo - desde sua existência, composição e missão - tomar para sua responsabilidade a preparação para o embarque da





1ª DIE por escalões, devendo o primeiro destes ser executado no mais curto prazo.

O sigilo era tão grande que nenhuma diretiva foi estabelecida para seu trabalho, como também era proibida a preparação de qualquer documento que tratasse sobre a mesma ou sob suas atividades. Uma medida muito eficaz para assegurar o grau de sigilo e não levantar suspeição por parte dos soldados, foi a de intensificar os treinamentos de preparação para o combate, o que permitiria, além do adestramento para o combate propriamente dito, desviar o conhecimento da operação projetada.

Tais medidas podem ser observadas no extrato do Relatório do Comandante da FEB, no campo relativo ao EM Esp, transcrito a seguir:

As medidas referentes às formalidades de sua missão deveriam ser cercadas do maior sigilo. Assim, as medidas de embarque,

ficaram subordinadas à organização à dar instrução, acelerando-a, o que além de corresponder às necessidades reais de preparação para a guerra, tendo em vista o nível atingido pela tropa, permitiria desviar na medida do possível, o conhecimento generalizado da operação projetada. Esse pequeno grupo de oficiais teve a árdua tarefa, cujo grande mérito estava em conservá-la em segredo, pelo espaço quase de dois meses, exigindo, nesse meio tempo, a cooperação de todos demais órgãos da 1ª DIE e das Diretorias, sem que se apercebessem de que estava iminente o embarque de uma parte da tropa expedicionária. Depois da viagem do 1º Escalão, e com a partida dos oficiais integrantes da FEB, o Estado Maior Especial foi recompletado e orientou, também, as outras operações de embarque<sup>3</sup>.

Nesse contexto, podemos inferir a importância estratégica do EM Esp, que, com seu trabalho silente, garantiu o sigilo dessa difícil operação de embarque,



contribuindo de maneira eficaz para o sucesso da campanha do Brasil na Itália.

A operação de embarque da FEB, foi operacionalizada e dividida em fases, como podemos verificar a seguir:

- fase de preparação do material e carregamento de bagagem;
- exercício de bagagem;
- sigilo nos embarques;
- embarque do pessoal; e
- efetivos embarcados.

Com essas fases aplicadas, o embarque foi acionado. Para melhor entendimento, vamos detalhar cada uma dessas fases.

A fase de preparação do material e carregamento de bagagem constou de um Plano de Transporte Marítimo e Ferroviário, calculado de acordo com as possibilidades logísticas da Marinha Mercante Nacional e da Comissão de Rede nº 1. Esse planejamento inicial não pôde ser posto em execução, tendo em

vista que foi decidida a aceitação dos navios de transporte americanos para executarem a fase marítima de transporte de tropas, pois eram mais velozes e de uma capacidade maior.

A fase de transporte de tropas por via férrea até o cais do porto do Rio de Janeiro foi completamente executada de acordo com planejamento do nosso estado-maior. Como fora estabelecido, a tropa não levaria armamento, recebendo o mesmo na Itália via Exército dos Estados Unidos. Nem mesmo o material de estacionamento seria levado pelos homens, apenas o equipamento próprio individual.

Nesse sentido, aconteceram problemas com o 1º Escalão pelo fato de não haver levado o material de estacionamento, causando transtornos à tropa já em solo italiano. A bagagem a ser levada pelas unidades foi minuciosamente estudada com o intuito de evitar problemas no transporte e carregamento das



mesmas nos navios, tendo a seguinte composição:

- malas de arquivo;
- cofres metálicos;
- máquina de escrever;
- mesa de campanha;
- bancos de campanha;
- cantinas;
- pavilhão nacional;
- instrumental de música; e
- material sanitário.

Na esteira de se manter o sigilo, como já relatamos acima, a bagagem das unidades e a individual do combatente, foi completamente recolhida ao Depósito de Intendência da FEB, no qual foram embalados, aos poucos, os sacos “B” e “C”, respectivamente, pertencentes às praças e aos oficiais, de acordo com os embarques.

A carga que deveria ser embarcada foi transportada com antecedência para as docas, e coube à estiva do cais do porto o transporte para o navio norte-americano. Um problema que

ocorreu, principalmente no desembarque, foi a violação da carga pela estiva<sup>4</sup>.

Um ponto que contribuiu muito com o sucesso e rapidez do embarque foram os exercícios de embarque, que eram executados durante os treinamentos na Vila Militar no Rio de Janeiro. Foi construída toda uma estrutura especial no Morro do Capistrano, na Vila Militar-RJ, composto de plataformas e grandes pórticos, que representavam amuradas e tombadilhos de navios, com o objetivo de tornar os mais fiéis possíveis tais exercícios.

Foi destacado pelo comandante da FEB, em seu Relatório Secreto, que “[...] esses treinamentos tiveram utilidade de desembaraçar o homem e possibilitá-lo a descer pelas redes apropriadas instaladas nos cascos dos navios, por ocasião dos salvamentos [...]”<sup>5</sup>.

Como destacamos anteriormente, o embarque do 1º Escalão foi coberto de sigilo, tendo em



vista os motivos que discutimos em relação aos ataques de submarinos inimigos. A missão foi muito bem planejada e, graças a esse elevado grau de sigilo, pôde ser executada sem nenhum tipo de vazamento, em uma manobra logística muito eficaz. Os efetivos que estavam em constante preparação não puderam identificar o momento do embarque, sabendo do mesmo apenas quando embarcaram nos vagões de trem rumo ao porto do Rio de Janeiro.

O adestramento foi intensificado entre os dias 20 e 30 de junho de 1944, com os grupamentos<sup>6</sup> de treinamento realizando intensa preparação de embarque, contando com revistas de fardamento, de equipamento, de material de acampamento, sanitárias, controle e aplicação de vacinas.

Foram previstas pelo escalão superior as manobras que seriam executadas pela tropa e, no dia 30 de junho de 1944, os

grupamentos de embarque partiram para as regiões determinadas: Santa Cruz, Nova Iguaçu e Recreio dos Bandeirantes. Os movimentos foram iniciados às 2000h.

Nesse movimento, todos os militares acreditavam que seriam apenas as manobras previstas a serem executadas e, nesse mesmo crédito, a própria população, vendo a movimentação das tropas, não desconfiou que ali começava uma bem organizada e complexa operação de embarque do 1º Escalão da FEB.

O Grupamento nº 2, designado para executar sua manobra na região de Nova Iguaçu, ao invés de rumar para este destino, embarcou em sete vagões de trem rumo ao cais do porto do Rio de Janeiro. Foi implantada uma severa disciplina de luzes e ruídos, os vagões estavam com suas janelas escurecidas e somente foi permitido abri-las no momento do embarque, no cais do porto



junto ao navio norte-americano USS *General Mann*. Começava a saga da FEB rumo à vitória.

### **OS CAMINHOS QUE LEVAM AO CAIS DO PORTO: O EMBARQUE DA FEB NO ARMAZÉM 10**

Conforme já demonstrei, o principal fator de sucesso no embarque do 1º Escalão foi o alto grau de sigilo imposto à operação, sem o qual a mesma não seria possível.

Entretanto, alguns aspectos ainda não foram citados na bibliografia por nós verificada, como o caso do embarque, no dia 28 de junho de 1944, de elementos precursores<sup>7</sup>, envolto em grande sigilo e cheio de situações pitorescas.

É importante destacar um desses casos, que envolve o embarque de alguns desses elementos avulsos, os quais haviam sido avisados que viajariam de avião, mas, que de fato, ocorreu desde a Vila Militar

em caminhões até o aeroporto, e, de lá, seguiram por lanchas especiais que os levariam até o navio.

Diante de tantas manobras que visavam o sigilo absoluto, foi possível se estabelecer a discrição de tão importante operação, que teve sua primeira vez realizada em solo brasileiro.

Logo, na noite de 30 de junho de 1944, após a chegada das composições férreas no cais do Porto do Rio de Janeiro, mais especificamente junto ao Armazém de nº 10<sup>8</sup> (figura 1), iniciaram-se os procedimentos de embarque do grosso da tropa referentes ao 1º Escalão.

Os compartimentos do navio, de capacidade variável de 100 a 500 homens, foram previamente distribuídos, com cuidado de se colocar juntos os elementos de uma mesma subunidade, o que facilitou de muito o controle durante a viagem. As primeiras composições chegadas pertenciam a pessoal destinado aos

compartimentos inferiores, de maneira que tudo era feito na maior ordem. Uma vez embarcados, os homens deviam se conservar próximos de suas macas e sob as vistas dos respectivos chefes. O embarque iniciado às 20:00 horas teve seu fim às 03:00 horas da manhã do dia 1º de julho de 1944.<sup>9</sup>

Na noite de 30 de junho de 1944, também houve um momento especial, quando o presidente da República Getúlio Vargas visitou a tropa embarcada e transmitiu sua mensagem àqueles homens que partiam de sua Pátria com o objetivo de combater um inimigo preparado em outras terras, em defesa da paz mundial.

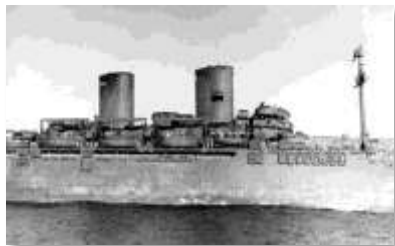
Fig. 1 - Aspecto atual do armazém nº 10, local de embarque da FEB



Fonte: Google Maps - Acesso em 2 out. 2025.

A operação de embarque foi considerada de muito sucesso pelos técnicos americanos por todos os motivos que expusemos acima. Nos escalões que se seguiram ao primeiro, os procedimentos de embarque da tropa foram sempre parecidos e com tempos similares, certamente com menos sigilo.

Nesse contexto, destacamos que todo o efetivo deslocado para os campos de batalha da Europa, utilizaram dois meios de transporte, o marítimo e o aéreo, cada um de acordo com sua especificidade, tendo o grosso da tropa utilizado o modal marítimo. O navio que transportou o 1º Escalão foi o USS *General Mann* (figura 2).

Fig. 2 - Navio USS *General Mann*

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

De acordo com o Relatório Secreto do Comandante da FEB<sup>10</sup>, os escalões seguiram por meio marítimo, e, por via aérea, seguiram elementos avulsos, sobressaindo-se os médicos e as enfermeiras, que iriam formar equipes brasileiras em hospitais norte-americanos.

Os três primeiros escalões transportaram em sua totalidade a divisão e outros elementos de órgãos não divisionários, sendo a segunda viagem realizada em dois navios, diferentemente da primeira, que possibilitou a concentração da 1ª DIE na Itália, finalizando com os dois últimos escalões, que conduziram elementos do Depósito de

Pessoal.

Este foi um pequeno relato dessa operação logística executada pela FEB, que demonstrou sua capacidade, ainda antes de entrar em combate, como seria sua trajetória nos campos de batalha no além-mar.

Essa também foi uma operação de proporções inéditas para nossas tropas, que demonstraram a capacidade de organização e de execução de tarefas em conjunto com outros exércitos, habilitando nosso país a participar de conflitos armados pelo mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação não tem a intenção de esgotar o assunto sobre a partida da FEB, apenas busca analisar a complexa e inédita operação logística de embarque de seus escalões, a partir da Vila Militar até o cais do



porto do Rio de Janeiro, com foco especial no pioneiro 1º Escalão.

Conforme demonstrado, este processo logístico transcendeu a mera movimentação de tropas e constituiu um desafio multifacetado, o qual testou a capacidade de organização, adaptação e sigilo das Forças Armadas brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A concentração da 1ª DIE na Capital Federal e a subsequente preparação, em um prazo exíguo e com obstáculos iniciais de ordem material e de pessoal, confirmaram a importância de uma logística eficiente como ferramenta essencial para o sucesso em um Teatro de Operações além-mar.

Nesse contexto, nosso trabalho ressaltou a imperiosa necessidade de adaptação à doutrina dos EUA e a rápida superação dos desafios para compor e equipar a tropa, culminando na demonstração pública na Avenida Rio Branco,

um mês antes do embarque secreto.

O elemento central para o êxito da operação de embarque foi o sigilo absoluto, imposto pela ameaça dos submarinos alemães e garantido pela atuação estratégica e silente do Estado-Maior Especial da FEB.

A condução da preparação, disfarçada sob a intensificação de treinamentos e exercícios, incluindo a simulação de embarque na Vila Militar, garantiu que a tropa e a população permanecessem desavisadas do conhecimento da operação.

A manobra culminou na partida, na noite de 30 de junho de 1944, com o deslocamento dos grupamentos de manobra para o cais do porto, onde, junto ao Armazém nº 10, o grosso da tropa embarcou no navio USS *General Mann*.

Em suma, o embarque da FEB não foi apenas o ponto de partida físico para a campanha na





Itália. Ele representou uma vitória logística e organizacional ainda em solo brasileiro.

Os procedimentos de concentração e preparação material, os exercícios de embarque e, sobretudo, o rigoroso protocolo de sigilo, atestaram a elevada capacidade de organização do comando da FEB, e habilitaram o Brasil a integrar as Forças Aliadas em um conflito global.

Por conseguinte, essa operação, de proporções inéditas no país, ao demonstrar a aptidão nacional para a execução de tarefas complexas em sintonia com exércitos estrangeiros, cravou um marco significativo na história militar do Brasil.

## FONTES

BRASIL. MASCARENHAS DE MORAES, J.B. *Relatório Secreto da Campanha da Itália*, 3v. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL, Portaria Ministerial nº 4.744, de 9 de agosto de 1943. *Criação da Força Expedicionária Brasileira*. Distrito Federal, [1944].

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministério da Guerra de 1943*. Rio de Janeiro: Acervo do Arquivo Histórico do Exército, 1943.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministério da Guerra de 1944*. Rio de Janeiro: Acervo do Arquivo Histórico do Exército, 1944.

BRASIL. *Minutas do Ministro da Guerra de 1942-5*. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Arthur Horta. *A Logística da FEB*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1980.

CARVALHO, Hélio de. *O Brasil em Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-EUA 1939/1943*.



Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

MAXIMIANO, César Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MCCANN JR, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Trad. Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MCCANN JR, Frank D. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: o aliado esquecido*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MCCANN JR, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB por um seu Comandante*. 4. ed.atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2025.

ROSTY, Cláudio Skora. O roteiro da FEB na campanha da Itália. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 74, n. 101, p. 64-70, 2015.

SANTOS, Francisco Ruas. *Fontes para a História da FEB*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

SANTOS, Lúcio de Sousa. A logística da FEB no Teatro de Operações da Itália: um estudo de caso. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 45-68, jul./dez. 2015.

SILVEIRA, Joel. *O inverno da guerra: memórias de um correspondente de guerra da FEB*. Rio de Janeiro: Record, 1999.



## NOTAS

<sup>1</sup> BRASIL. MASCARENHAS DE MORAES, J.B. *Relatório Secreto da Campanha da Itália*, 3v. Acervo do Arquivo Histórico do Exército, p. 27.

<sup>2</sup> Ibid., p. 37.

<sup>3</sup> Ibid., p. 41.

<sup>4</sup> Para saber mais: Ler *1ª Batalhão de Trabalhadores*: o batalhão que não foi. de ALVES, Álvaro Luiz dos Santos.

<sup>5</sup> Ibid., p. 44.

<sup>6</sup> Os Grupamentos de Treinamento foram numerados de 1 a 3 e possuíam regiões de manobra com todo o efetivo, assim divididas: Grupamento nº 1 - Região de Santa Cruz; Grupamento nº 2 - Região de Nova Iguaçu; e Grupamento nº 3 - Região do Recreio dos Bandeirantes.

<sup>7</sup> No dia 28 de junho de 1944 foram embarcados elementos precursores, que compreendiam oficiais do estado-maior da Divisão e cerca de 600 homens do 6º Regimento de Infantaria, a fim de tomarem pé nos serviços de bordo, para receberem a tropa.

<sup>8</sup> Armazém nº 10 – “Partindo da embocadura do Canal do Mangue, o novo cais se estende em bem lançada reta até o armazém 10, construído em ponto fronteiro à velha Rua Conselheiro Zacarias, na sua interseção com a Rua da Gamboa, próximo às edificações do Moinho Inglês. Formando curva com o armazém 10, a muralha do cais estende-se em reta até o armazém 12, dali prosseguindo em linha reta até o ponto inicial da Avenida Central. Acham-se prontos, em serviços do cais, os armazéns 1 a 14. Fora do cais, aquém da Avenida Marginal, já foram construídos outros armazéns externos, provisórios, para a Cia. E. F. Leopoldina e Comércio e Navegação e outros”. Cf. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário/Porto do Rio de Janeiro, Ano 2016. Cia Docas do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> BRASIL. MASCARENHAS DE MORAES, p. 46.

<sup>10</sup> Ibid.



# **Sergipe na Segunda Guerra Mundial**

André Almeida Aragão Cabral

# Sergipe na Segunda Guerra Mundial

## INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial (1939–1945) alcançou dimensões globais sem precedentes, envolvendo nações de todos os continentes. O Brasil, ainda que inicialmente se mantivesse em posição de neutralidade, acabou sendo tragado para o conflito após sucessivos ataques a sua marinha mercante. Entre esses episódios, os ocorridos no litoral de Sergipe, em agosto de 1942, assumiram caráter decisivo: marcaram o primeiro ataque alemão próximo ao território brasileiro, resultaram no maior número de brasileiros mortos de toda a campanha submarina contra o Brasil e levaram à declaração formal de estado de beligerância com a Alemanha e a Itália.

Este artigo busca analisar criticamente o papel de Sergipe na conjuntura da guerra, ressaltando o impacto humano, social e geopolítico desses ataques e seu lugar na memória coletiva brasileira.

## O MUNDO EM GUERRA

No início da década de 1940, o conflito já havia se expandido para quase todas as regiões do globo. A Europa estava sob ocupação nazista; a União Soviética resistia à invasão alemã; no Pacífico, o Japão avançava após Pearl Harbor. O Atlântico Sul ganhava importância estratégica: os alemães buscavam cortar rotas de suprimento dos Aliados por meio da guerra submarina.



O Brasil, embora se declarasse inicialmente neutro, já sofria pressões externas. Internamente, Getúlio Vargas equilibrava-se entre simpatias pelo Eixo e aproximação econômica e militar com os Estados Unidos (Programa de Empréstimos e Arrendamentos, criação da CSN, construção da base aérea em Natal).

### **PRIMEIRO ATAQUE ALEMÃO PRÓXIMO DO NOSSO LITORAL**

Antes dos eventos de agosto de 1942, navios brasileiros já haviam sido alvo de ataques em alto-mar. Pelo menos 15 navios brasileiros foram atacados, resultando em perdas humanas e materiais. Entretanto, como ocorreram em águas distantes e não provocaram grande comoção pública, não geraram resposta política imediata. O governo manteve sua neutralidade, limitando-se a protestos diplomáticos.

Foi somente quando a guerra chegou próximo às praias sergipanas e baianas, que a percepção da ameaça mudou radicalmente.

### **MAIOR ATAQUE (EM NÚMERO DE MORTOS) QUE O BRASIL SOFREU DURANTE TODA A GUERRA**

Naquela noite fatídica, o submarino alemão *U-507*, comandado pelo Capitão de Corveta Harro Schacht, iniciou uma série de ataques devastadores:

- *Baependy* – torpedeado na noite de 15 de agosto, resultando na morte de 270 pessoas;
- *Araraquara* – afundado na sequência, com 131 vítimas fatais; e
- *Aníbal Benévolo* – atacado horas depois, na madrugada de 16 de agosto, com 150 mortos.

Em uma noite, 551 vítimas, o maior massacre marítimo da história brasileira. Muitos corpos chegaram à costa sergipana, especialmente na região de Aracaju e



Estância, chocando a população local.

Ao todo, 35 navios brasileiros foram atacados entre 1941 e 1944, com 1.081 perdas fatais. Em uma noite, mais da metade desse total aconteceu no litoral entre Bahia e Sergipe.

### **PRIMEIRA MENSAGEM INFORMANDO O EXÉRCITO BRASILEIRO**

Menos de 10% das pessoas a bordo sobreviveram aos ataques. Militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso<sup>1</sup> que estavam sendo transferidos do Rio de Janeiro para Recife, no *Baependy*, conseguiram chegar em Estância-SE, e enviaram a seguinte mensagem:

BAEPENDY TORPEDEADO  
CERCA VINTE MILHAS AO  
LARGO FRONTEIRA BAHIA  
SERGIPE ONTEM 19 HORAS  
PT ACABO CHEGAR SALVO  
COM DOUS OFICIAIS SETIMO  
GRUPO VG TENENTES JOEL E  
VERÇOZA QUATRO PRAÇAS  
CIDADE ESTANCIA NORTE

BAHIA PT IMPOSSIVEL MAN-  
DAR NUMERO DE VITIMAS  
DEVIDO RAPIDEZ AFUNDA-  
MENTO PT NÃO POSSUO IN-  
FORMAÇÕES SALVAMENTO  
DE MAIS ELEMENTOS GRUPO  
PT TOMO LIBERDADE LEM-  
BRAR V EXCIA NECESSIDADE  
PESQUIZAS LOCAL NAUFRA-  
GIO VIRTUDE POSSIVEL HA-  
VER BALEEIRAS PERDIDAS  
SIGO NAUFRAGOS CIDADE  
ARACAJU - CAP LAURO REIS<sup>2</sup>

A título de curiosidade, o comandante da 7ª Região Militar naquela noite era o general Mascarenhas de Moraes. É possível que ele tenha sido um dos primeiros oficiais generais a ter notícias de ataques em águas territoriais. Cerca de um ano após esse trágico evento, o general aceitaria assumir o comando daquela que se tornaria a Força Expedicionária Brasileira para lutar na Itália.

### **PRIMEIRA MISSÃO DE BUSCA E SALVAMENTO**

De acordo com a Organização de Aviação Civil Internacional,



define-se como serviço de busca e salvamento: “Execução de funções de monitoramento de socorro, comunicação, coordenação e busca e salvamento, assistência médica inicial ou evacuação médica, por meio da utilização de recursos públicos e privados, incluindo aeronaves, embarcações e outras embarcações e instalações em cooperação”.

O Aeroclube de Sergipe, a pedido do capitão dos portos de Sergipe, capitão de corveta Gentil Homem de Menezes, realizou voos em busca do navio *Bapendy*. Ao retornar, Walter Baptista (fundador e então presidente do Aeroclube) e Lourival Bomfim (piloto e médico) encontraram destroços, corpos e um sobrevivente do *Aníbal Benévolo*. Ao todo, três aviões do Aeroclube de Sergipe, ao longo de três dias, realizaram dezenas de voos para ajudar naquela que se tornou a primeira missão de busca e salvamento devido a ataques da Alemanha em território nacional. O impacto

psicológico foi profundo: pescadores, militares e civis passaram a temer novos ataques.

## CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E MILITARES

A brutalidade dos afundamentos, próximos ao litoral, fez com que o governo Vargas não pudesse mais se manter neutro. Em 22 de agosto de 1942, uma semana após os ataques, jornais de todo o país estampavam a decisão: o Brasil declarava-se em estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália.

A participação brasileira incluiu:

- Patrulhas navais no Atlântico;
- A criação do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB) em 1943; e
- O envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália (1944–1945).





| NAVIOS BRASILEIROS ATACADOS DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL |                   |           |                 |            |        |                 |
|---------------------------------------------------------|-------------------|-----------|-----------------|------------|--------|-----------------|
|                                                         | Navio             | Tonelagem | Beligerante     | Data       | Mortos | Local           |
| 1                                                       | Taubaté           | 5,1       | Luftwaffe       | 22/03/1941 | 1      | Egito Mar Med.  |
| 2                                                       | Buarque           | 5,2       | U-432           | 15/02/1942 | 1      | 36°35'N 75°20'W |
| 3                                                       | Olinda            | 4,1       | U-432           | 18/02/1942 | 0      | 37°30'N 75°00'W |
| 4                                                       | Cabedelo          | 3,6       | Torelli (Ita)   | 25/02/1942 | 54     | 16°00'N 49°00'W |
| 5                                                       | Arabutan          | 7,9       | U-155           | 07/03/1942 | 1      | 35°15'N 73°55'W |
| 6                                                       | Cairu             | 5,2       | U-94            | 08/03/1942 | 53     | 39°10'N 72°02'W |
| 7                                                       | Parnaíba          | 6,7       | U-162           | 01/05/1942 | 7      | 10°12'N 57°12'W |
| 8                                                       | Cmt Lira          | 5,1       | Barbarigo (Ita) | 18/05/1942 | 2      | 02°59'N 34°10'W |
| 9                                                       | Gonçalves Dias    | 5,0       | U-502           | 24/05/1942 | 6      | 16°09'N 70°00'W |
| 10                                                      | Alegrete          | 6,0       | U-156           | 01/06/1942 | 0      | 13°40'N 61°30'W |
| 11                                                      | Paracuri          | 0,3       | U-159           | 05/06/1942 | 0      | 17°30'N 68°34'W |
| 12                                                      | Pedrinhas         | 3,7       | U-203           | 26/05/1942 | 0      | 23°07'N 62°34'W |
| 13                                                      | Tamandaré         | 4,9       | U-66            | 26/06/1942 | 4      | 11°34'N 60°30'W |
| 14                                                      | Piave             | 2,3       | U-155           | 28/07/1942 | 1      | 12°30'S 55°47'W |
| 15                                                      | Barbacena         | 4,8       | U-155           | 28/07/1942 | 6      | 13°10'N 56°00'W |
| 16                                                      | Baependy          | 4,8       | U-507           | 15/08/1942 | 270    | 11°51'S 37°02'W |
| 17                                                      | Araraquara        | 4,9       | U-507           | 15/08/1942 | 131    | 12°00'S 37°09'W |
| 18                                                      | A. Benévolo       | 1,9       | U-507           | 16/08/1942 | 150    | 11°41'S 37°21'W |
| 19                                                      | Itagiba           | 2,2       | U-507           | 17/08/1942 | 36     | 13°20'S 38°40'W |
| 20                                                      | Arará             | 1,1       | U-507           | 17/08/1942 | 20     | 13°21'S 38°49'W |
| 21                                                      | Jacira            | 0,1       | U-507           | 19/08/1942 | 0      | 14°30'S 38°40'W |
| 22                                                      | Osório            | 2,7       | U-514           | 28/09/1942 | 5      | 00°13'N 47°47'W |
| 23                                                      | Lajes             | 5,5       | U-514           | 28/09/1942 | 3      | 00°13'N 47°47'W |
| 24                                                      | Antonico          | 1,2       | U-516           | 28/09/1942 | 16     | 06°17'N 52°35'W |
| 25                                                      | Porto Alegre      | 5,2       | U-504           | 03/11/1942 | 1      | 35°27'S 28°02'W |
| 26                                                      | Apalóde           | 3,8       | U-163           | 22/11/1942 | 5      | 13°11'N 54°39'W |
| 27                                                      | Brasióide         | 6,1       | U-518           | 18/02/1943 | 0      | 12°38'S 37°57'W |
| 28                                                      | Afonso Pena       | 3,5       | Barbarigo (Ita) | 02/03/1943 | 125    | 16°14'S 36°03'W |
| 29                                                      | Tutoia            | 1,1       | U-513           | 01/07/1943 | 7      | 24°40'S 47°05'W |
| 30                                                      | Pelotaslóide      | 5,2       | U-590           | 04/07/1943 | 5      | 00°27'S 47°36'W |
| 31                                                      | Shangri-lá        | 0,02      | U-199           | 22/07/1943 | 10     | Cabo Frio (RJ)  |
| 32                                                      | Bagé              | 8,2       | U-185           | 31/07/1943 | 28     | 11°29'S 36°58'W |
| 33                                                      | Itapagé           | 5,0       | U-161           | 26/09/1943 | 22     | 11°29'S 35°45'W |
| 34                                                      | Campos            | 4,7       | U-170           | 23/10/1943 | 12     | 24°07'S 43°50'W |
| 35                                                      | Vital de Oliveira | 1,7       | U-861           | 19/07/1944 | 99     | 22°29'S 45°09'W |
| TOTAL                                                   |                   | 139       |                 |            | 1.081  |                 |
|                                                         |                   |           | Italiano        |            |        |                 |
| Navios atacados próximo ao litoral de Sergipe           |                   |           |                 |            |        |                 |



Assim, Sergipe e o litoral nordestino entraram para a história como ponto de inflexão: dali em diante, o Brasil seria uma nação beligerante.

## O LEGADO DE SERGIPE NA MEMÓRIA NACIONAL

Os ataques de agosto de 1942 causaram um trauma coletivo e, ao mesmo tempo, representaram um símbolo da participação brasileira na guerra. Sergipe foi palco involuntário da tragédia que fez o país se posicionar no cenário internacional.

A memória desses acontecimentos é preservada por pesquisadores, familiares de vítimas e instituições militares, que mantêm vivas as histórias de naufrágos e de comunidades costeiras que testemunharam a guerra chegar às suas praias.

O estado de Sergipe ficou relacionado aproximadamente com 20% dos ataques, em termos de

quantidade, 14% em termos de tonelagem e 54% em número de mortos. Ao todo 25 beligerantes diferentes, sendo que todos efetuaram apenas um ataque a embarcações brasileiras, exceto o *Barbarigo*, que fez dois ataques, e o *U-507*, que realizou seis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos episódios ocorridos no litoral sergipano em 1942, demonstra que, embora pequeno em território, Sergipe teve papel central na entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os afundamentos provocados pelo *U-507* mostraram que o país já não podia manter-se neutro diante da agressão direta, e precipitaram sua entrada efetiva no conflito.

Se a infantaria e a artilharia brasileiras se consagraram em Monte Castello, foi no mar de Sergipe e da Bahia que o Brasil viu



pela primeira vez bem de perto, sangue em massa na guerra.

## FONTES

Jornais brasileiros, edições de 22 de agosto de 1942 (*Correio da Manhã, O Globo, Jornal do Brasil*).

*Agressão* - documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

## BIBLIOGRAFIA

GÓES, Walder. *Ataque ao Brasil: a guerra nos mares do Nordeste*. Recife: UFPE, 1982.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

VIEIRA, Júlio César Lima. *Sergipe na Rota*, v. 1, 2003.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Atual 7º Grupo de Artilharia de Campanha, com sede em Olinda-PE.

<sup>2</sup> Acervo do Arquivo Histórico do Exército.



# **Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira**

Silmara Küster de Paula Carvalho  
Marcos Moretzsohn Renault Coelho  
Raniel da Conceição Fernandes

# Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira

## INTRODUÇÃO

O Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, lançado em 14 de maio de 2025, é o resultado de um projeto iniciado no ano de 2014, fruto de parceria entre a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) do Distrito Federal e a Universidade de Brasília (UnB). Desenvolvido em duas fases, a primeira (2014-2016) contou com uma equipe multidisciplinar da UnB, Universidade Federal de Goiás, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e o Museu da FEB de Belo Horizonte.

Essa colaboração trouxe uma diversidade de perspectivas e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento inicial do projeto, combinando expertises

diversas. O resultado desta primeira etapa resultou em um arcabouço de informações publicadas em 2016 nas edições 6, 7 e 8 da Revista *Postais Correios*, disponíveis online. Especialmente na Revista *Postais* nº 7, foi delineado por Lisboa e Carvalho<sup>1</sup> a concepção do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira.

Em 2018, a exposição “Entre a Saudade e a Guerra”, realizada no Palácio do Planalto, foi um marco importante para retomar a possibilidade de um museu virtual. Inspirada na publicação das revistas *Postais*, reuniu acervos militares, museológicos e particulares, aumentando a visibilidade do projeto e agregando a pesquisa acadêmica ao público. A exposição apresentou ao público peças do Museu Histórico Nacional, Monumento Nacional aos



Mortos da Segunda Guerra Mundial, Museu Aeroespacial, Museu da FEB de Belo Horizonte, Memorial Max Wolff/20º BIB, ANVFEB - Brasília e de diversos colecionadores.

A segunda fase iniciou-se em 2021, com um impulso renovado e a proposta de uma plataforma virtual para o museu, já idealizada nas publicações citadas. Essa proposta foi apresentada em 2023, no XXXIII Encontro Nacional de Veteranos da FEB, em Montes Claros-MG, envolvendo novos pesquisadores renomados, especialmente no desenvolvimento do site.

Por sua característica virtual, Lisboa e Carvalho<sup>2</sup> destacam que o uso de novas tecnologias amplia o acesso às informações, pois para um museu virtual não há tempo, lugar ou espaço real que limite as conexões e a acessibilidade, a fim de transmitir o legado da FEB. Além disso, o seu reconhecimento pode ser disseminado mundialmente e contribuir

com a preservação da sua memória e história.

Muito embora, à época, o MVFEB ainda estivesse em fase embrionária, Lisboa e Carvalho<sup>3</sup> destacam que o museu “pretende ser um espaço de revitalização contínua da história da FEB”. Sua concepção virtual correlaciona-se com o mundo físico, por meio de imagens de objetos digitalizados, oriundos de várias instituições culturais e museus da FEB no Brasil. Diante dessa perspectiva, corroboramos com Lima<sup>4</sup>, que identificou três categorias de museu virtual, classificando-as em: “museu virtual original digital”, aquele que não apresenta correlação com acervos e museus existentes no mundo físico, ou seja, esse tipo é “desterritorializado”; o “museu virtual conversão digital”, relacionado com alguns museus, representando-os; e o “museu virtual composição mista”, sendo este último a categoria que se aproxima do MVFEB, correspondendo ao museu



criado no universo digital, sem a correspondência com o mundo físico, todavia, com coleção digital oriunda de várias instituições.

De acordo com Schweibenz Werner<sup>5</sup>, “um museu virtual é uma entidade digital que se baseia nas características de um museu, a fim de complementar, melhorar ou aumentar a experiência do museu através da personalização, interatividade e riqueza de conteúdo”.

Em um museu virtual é possível acessar múltiplos níveis de informação sobre os itens do acervo ou temas apresentados. Segundo Bearman, citado por Werner<sup>6</sup>, há a necessidade de os objetos culturais ou as coleções serem dotados de ampla documentação e correlações, portanto, sem essa condição, os objetos não contemplarão o acervo digital de um museu virtual. E isso difere dos museus tradicionais, onde ainda há muitos objetos e coleções sem a devida

contextualização e documentação nas reservas técnicas

A longo prazo, Bearman argumenta, a diferença entre ter objetos “em exposição” e “em exibição” diminuirá, e, toda a coleção estará acessível online o tempo todo. O objetivo será, de acordo com Argoski (1995), que as informações coletadas pelo museu “sejam reutilizadas de várias maneiras e por diferentes mídias”. Argoski chama isso de “reutilizabilidade” e a considera de suma importância para o “museu virtual”.<sup>7</sup>

Nesse contexto, o MVFEB não pretende inserir em sua base de dados todos os acervos relacionados à FEB, mas selecionar aqueles objetos que carregam em si valores e significados intrínsecos, de acordo com a memória que carregam. Portanto, identificar esses acervos e correlacionar ao seu contexto, verificar a sua procedência é uma das premissas para aquisições e pesquisa. Além disso, ao estarem acessíveis,



novas informações poderão ser agregadas àquele objeto. Esses acervos, uma vez indexados, poderão ser recursos de pesquisa, narrativas expositivas, material educativo e reflexão por parte do público.

É importante enfatizar que o Museu Virtual da FEB não pretende substituir os museus tradicionais; pelo contrário, vai ao encontro deles, sendo um portal que incentiva os visitantes a conhecerem e explorarem as referências históricas existentes, proporcionando um enriquecimento cultural. Outrossim, há sinergia entre o MVFEB e os demais museus, pois o interesse é comum, divulgar a FEB, somando e ampliando as possibilidades desse acesso. Desta forma, reafirmamos o pensamento de Rodrigues da Cruz<sup>8</sup> quando enfatiza que museu não é prédio, mas mentalidade; sua linguagem silenciosa nos faz ouvir o inaudível, reinterpretar o presente e vislumbrar o futuro.

Após a exposição já citada, realizada em Brasília-DF, no Palácio do Planalto, somente em 2021 as pesquisas foram retomadas para a concretização da ideia já concebida desde o início do projeto.

O Museu Virtual da FEB foi oficialmente lançado em 14 de maio de 2025.

## **MISSÃO, VISÃO E VALORES**

O Museu Virtual da FEB nasceu como um espaço vivo que homenageia os nossos heróis e evoca memórias de luta pela liberdade e por vezes de dor. Para além do acervo digital, são apresentados também biografias e relatos de veteranos de guerra que, ainda jovens e saindo de todas as regiões do Brasil, foram enfrentar, vitoriosamente, as forças nazifascistas, na Itália.

Sua missão é preservar a memória dos bravos combatentes brasileiros e cumprir com as





funções museais de exposição, pesquisa, educação e preservação, conforme estabelecido pela legislação brasileira, a fim de divulgar para a sociedade, de forma digital e acessível, a memória, a história e o patrimônio cultural da Força Expedicionária Brasileira.

Tem, como visão, ser um espaço agregador de coleções, memórias e história em âmbito nacional, reunindo acervos públicos e privados, compartilhando conhecimento e honrando o legado dos heróis brasileiros. O MVFEB reafirma como valor a promoção da cidadania e o compromisso com a defesa da autonomia e da dignidade humana.

É importante destacar que a Força Expedicionária Brasileira representa um dos capítulos mais significativos da história militar e diplomática do Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de 25 mil soldados brasileiros foram enviados ao teatro de operações na Itália, entre 1944 e 1945,

integrando o esforço aliado contra os regimes nazifascistas. O Brasil foi a única nação latino-americana a enviar tropas de combate à Europa, o que consolidou sua posição geopolítica e reafirmou seu compromisso com os valores democráticos em um momento vital da história contemporânea.

A atuação da FEB não apenas colocou o Brasil no centro de um conflito de escala global, mas também demonstrou, por meio de episódios emblemáticos como a tomada de Monte Castello, a coragem, a disciplina e a competência dos pracinhas, combatentes brasileiros que, enfrentaram condições adversas de clima, terreno e logística.

A difusão da história da FEB vai muito além da preservação da memória militar. Trata-se de um dever cívico e educativo, essencial para a formação de uma consciência histórica nacional e para o fortalecimento da identidade do



Brasil como nação comprometida com a paz e a democracia.

Internamente, essa valorização contribui para o reconhecimento das Forças Armadas como parte ativa da construção da soberania nacional. Externamente, projeta o Brasil como país que, no passado, assumiu papel relevante em um esforço coletivo pela soberania dos povos, algo que ainda reverbera em suas relações diplomáticas e na construção de sua imagem internacional. Entretanto, apesar de sua importância histórica, a memória da FEB ainda enfrenta o risco do esquecimento ou da superficialidade. Por isso, iniciativas que promovem sua preservação e divulgação são essenciais.

Nesse contexto, o Museu Virtual da FEB surge como uma iniciativa de extrema relevância. Com uma proposta inovadora e inclusiva, o museu é fruto de um esforço coletivo que envolve historiadores, pesquisadores, especialistas em áreas afins,

colecionadores, entusiastas e instituições museológicas públicas e privadas. Seu principal objetivo é manter viva a memória da FEB, tornando-a acessível para todos, independentemente da localização geográfica.

A plataforma digital do museu abriga um acervo diversificado, composto por armas, veículos, equipamentos de campanha, fardamentos, medalhas, documentos históricos, fotos, cartas e registros audiovisuais. Muitos desses itens são cedidos por museus físicos e colecionadores particulares, o que reforça o caráter colaborativo do projeto.

Mais do que preservar objetos, o Museu Virtual da FEB cumpre uma função educativa e cultural. Ao tornar a história disponível de forma didática e interativa, promove o acesso democrático ao conhecimento, estimula a curiosidade e contribui para o ensino da Segunda Guerra Mundial sob uma perspectiva brasileira,



frequentemente pouco explorada nos currículos escolares.

## **ESTRUTURA DO MVFEB**

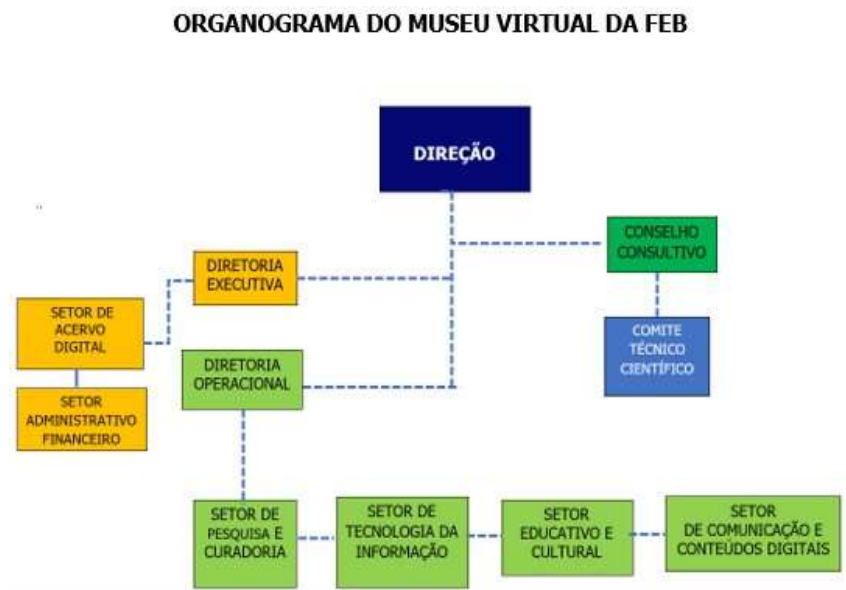
Com o objetivo de ser um espaço de referência e pesquisa sobre a história da atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial no âmbito nacional e internacional e, mesmo sendo um espaço virtual a transcender os métodos tradicionais de comunicação com o público visitante por meio da sua plataforma digital, o MVFEB segue a legislação brasileira aplicada a museus tradicionais e os princípios do Conselho Internacional de Museus, conforme definição de 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a

sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos<sup>9</sup>.

A elaboração do plano museológico do Museu Virtual da FEB, ainda em processo de avaliação para este tipo de formato de museu, segue o estabelecido na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009<sup>10</sup>, no que concerne ao seu planejamento estratégico. Desta maneira, o plano museológico será delineado oportunamente, a partir dos setores criados para o MVFEB em execução e ainda em análise de pertinência e continência, a fim de cumprir com seus objetivos nos respectivos setores abrangendo programas incluem aquisição, catalogação em repositório de imagens digitais museológicas, bibliográficas e arquivísticas, além de pesquisas biográficas, documentais, exposições e ações educativas.

Fig. 1 – Organograma do MVFEB, distribuído por Diretorias e Setores



Fonte: MVFEB

Dentre os setores do MVFEB, destacamos o Setor Educativo, cuja função é estabelecer um diálogo direto com o público via palestras e debates; o Setor de Pesquisa e Curadoria, responsável pela produção de conteúdo histórico e curatorial, além de planejar exposições e promover a articulação com universidades e

centros de pesquisa. A Figura 1 apresenta o organograma do MVFEB:

A gestão das coleções encaminhadas ao MVFEB é realizada pelo Setor de Acervo Digital. A equipe de colaboradores é composta por arquivista, bibliotecário, museólogos, pesquisadores e estudantes de biblioteconomia e



museologia. Para a sua preservação e divulgação do acervo optou-se pela utilização do *Tainacan*, uma ferramenta para a criação de repositórios digitais amplamente utilizada pelos museus brasileiros.

O acervo digital foi dividido em algumas coleções para facilitar o acesso e recuperação da informação pelo público, bem como permitir seu tratamento e interconexão entre as informações, acervos, pessoas e instituições. A elaboração da estrutura de metadados e terminologias baseou-se em padrões nacionais e definições técnicas das áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia. Assim, foram estabelecidas as seguintes coleções:

- Acervo Museológico;
- biografias;
- correspondências;
- documentação histórica;
- fotografias;
- literatura e publicações;
- lugares de memória.

A primeira coleção busca integrar os acervos de museus e colecionadores, em especial, com a seleção de objetos tridimensionais e obras de arte que façam referência à FEB. A coleção Biografia busca congrega informações biográficas de cada um dos veteranos que compuseram a FEB. Para tanto, conta com a cooperação de familiares e pesquisadores para a complementação das informações sobre cada um dos integrantes.

Para as cartas, telegramas e bilhetes e outras formas de comunicação escrita foi criada a coleção Correspondência. Documentos oficiais, relatórios militares, mapas, diplomas e outros materiais relacionados à FEB e à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial estão reunidos na coleção Documentação Histórica. A coleção Fotografias busca apresentar os registros imagéticos da FEB e sua contextualização. Em Literatura e Publicações reúnem-se livros, pesquisas



acadêmicas, revistas e publicações diversas que são referência sobre história da FEB e analisam a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial sob diversas perspectivas.

Por fim, na coleção Lugares de Memória são disponibilizadas informações sobre monumentos, museus, ruas, praças, escolas e outros locais dedicados ou relacionados à memória da FEB, espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Em constante atualização e crescimento, a perspectiva é que os setores técnicos do MVFEB desempenhem atividades de modo transversal e integrado aos interesses da sociedade.

Assim, a equipe busca constantemente ouvir o público, por meio de pesquisas, formulários e redes sociais, para o aprimoramento das atividades e melhor cumprimento da sua função social enquanto equipamento cultural com a missão de promover articulações entre o patrimônio cultural preservado, instituições

culturais e educacionais, associações e espaços de preservação.

## **ENGAJAMENTO NAS MÍDIAS SOCIAIS - OS ESTUDOS DE VISITANTES**

Anterior à inauguração do MVFEB, foram discutidas com a equipe técnica do museu as estratégias de ação com a finalidade educativa e que estabelecesse uma ponte entre o museu e o público. Surgiu a proposta de palestras gravadas. Então, foi criado, em maio de 2024, um canal no *YouTube* para esta finalidade. Após um conjunto de palestras realizadas, lançamos nas redes sociais uma palestra por semana e, nesta fase, iniciamos a divulgação do lançamento do MVFEB, que ocorreria um ano depois. O resultado da ação educativa foi surpreendente.

De acordo com os relatórios disponíveis no canal do *YouTube* @MVFEB, observa-se uma



excelente repercussão e adesões desde o início até setembro de 2025. Nos meses de maio e junho de 2025, houve um pico com quase 5.000 visualizações, indicando a viralização de algum vídeo específico, além da inauguração do site do MVFEB, o que atraiu um enorme público nesse período. Ao todo, foram 62.073 visualizações no período; as taxas de cliques foram de 4,6%; a duração média de visualizações foi de 4 minutos e 6 segundos, o que sugere que o conteúdo é muito interessante.

Com relação à interação do público com o canal, os dados consultados apontam 85,8% de pessoas não inscritas. Este índice é importante, pois o canal está com novas audiências e o desafio para o MVFEB é converter tais espectadores em inscritos.

Cerca de 23% dos inscritos ativaram o “sininho” para receber notificações, isso demonstra engajamento. Com relação ao tipo de dispositivo utilizado, observa-se que 48,4% acessaram pela TV, 30,1% pelo celular, e 20,1% pelo computador.

A respeito dos acessos, nota-se a predominância do Brasil com 91,5%, totalizando 56.798 visualizações. Quanto ao tempo de exibição, o público brasileiro representa 93,5%, correspondendo a mais de 3.500 horas. O engajamento



de visualização média no Brasil é de 3 minutos e 45 segundos, indicando que os espectadores estão engajados com o conteúdo disponível no canal. O índice de engajamento de outros países ainda é pequeno: Portugal com 0,6% e EUA 0,2%, indicando a necessidade de maiores



investimentos de pesquisa no que se refere à tradução do site.

Com relação ao histórico de visualizações, entre maio e junho, em um único dia, o canal elevou de um nível baixo de visualizações para picos de aproximadamente 4.500 visualizações, indicando que determinados vídeos do canal viralizaram nesse período. Após esse pico, retornou a níveis baixos, demonstrando a necessidade de o MVFEB discutir novas estratégias de ação.

Após o lançamento do museu no mês de maio de 2025, foi criado um perfil do MVFEB no Instagram. De acordo com os dados levantados, há um crescimento positivo e eficaz de audiência. De forma geral, as contas alcançadas (*Instagram*) chegaram a 30.642; usuários ativos (*Google Analytics*) 15.000 (+33.191,1%); e, contagem de eventos (*Google Analytics*): 81.000 (+30.577,7).

Quanto ao alcance e origem de audiência (*Instagram*), o perfil obteve 113.398 visualizações,

sendo 86,9% de não seguidores e 13,1 % de seguidores. Com relação aos conteúdos apresentados, os *posts (feed)* foram responsáveis por 62,7% de alcance e interações para 34,9% de *reels* e 2,4% nos *stories*.

Com relação à distribuição geográfica, o *Google Analytics* apontou que o interesse predominante é o Brasil, mas com um engajamento crescente internacional. Os relatórios apontaram 14.000 de usuários do Brasil, 198 dos EUA e 92 da Itália.

Nos tempos do acesso às mensagens rápidas que as mídias sociais oferecem, além de divulgar e conectar com o site do Museu Virtual da FEB, a atualização no site é permanente com inserção de biografias, encontro virtual com os escritores da FEB, cine-museu, envolvendo ações extensionistas em universidades e palestras; e se amplia em atividades extra virtuais, promovendo exposições físicas, debates em escolas, dentre outras ações





do MVFEB, sendo uma plataforma com *status fundante* que permite o aprofundamento da pesquisa.

## CONCLUSÃO

Ainda há muito por fazer na consolidação do MVFEB como uma plataforma virtual e museal, tais como a criação de exposições interativas a partir do repositório digital, ainda a depender de tecnologias a serem aplicadas no site; aumentar a interatividade com o público visitante por meio de *quizzes*, fóruns de discussão, torná-lo acessível com interpretação em libras, criar jogos e materiais didáticos educativos, a tradução do site para outras línguas, dentre outras.

As mídias sociais *YouTube* e *Instagram* do MVFEB apontaram que, majoritariamente, o engajamento sobre a busca por conhecimento e informações sobre a FEB ainda está circunscrito no Brasil.

A ampliação para outros países implica na estratégia de tradução do conteúdo e legendas, com vistas a converter espectadores em seguidores.

Acreditamos que o Museu Virtual da FEB seja um elo a conectar tempos, pois em cada ação museal busca-se ecoar através do tempo presente a voz do passado daqueles militares, homens e mulheres, que lutaram pela paz, inspirando no presente a tão desejada liberdade para o amanhã. É um espaço cultural vital, dedicado a preservar a memória dos soldados brasileiros que, ao lado dos Aliados, lutaram pela liberdade. Desta feita, reconhecemos que a memória está sempre em construção, é um processo dinâmico e esse caráter inacabado, inconcluso torna o Museu Virtual em movimento e aberto a revisões e novas incorporações.

Preservar a história da Força Expedicionária Brasileira é garantir que o sacrifício e o esforço de milhares de brasileiros não se



percam com o tempo. É também reafirmar os ideais que motivaram sua participação no conflito: liberdade, justiça e solidariedade entre os povos.

Iniciativas como o Museu Virtual da FEB demonstram como a tecnologia pode ser usada a serviço da história, entrelaçando o passado ao presente e permitindo que as novas gerações compreendam o valor de sua herança. O legado da FEB é, portanto, um patrimônio vivo — não apenas para os brasileiros, mas para todos aqueles que acreditam na importância de lembrar para nunca repetir os erros do passado.

## BIBLIOGRAFIA

CRUZ, M.R. *Museu Reflexões*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura. 1993.

LIMA, D.F.C. *O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam*. Fórum de Coordenadores de

Grupo de Trabalho da Ancib. GT 9. João Pessoa (PB), X ENANCIB (GT9), 2009. Disponível online em file:///C:/Users/SIL-MARA/Downloads/3312-5583-2-PB%20(1).pdf. Acesso em 19 set. 2025.

LISBOA, Pablo; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira. *Postais: Revista do Museu Nacional dos Correios*, n.º7 ([jul./dez. 2016]) - Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Relações Institucionais e Comunicação. 2013 - v.: il.; 18cm.

WERNER, Schweibenz. The Development of Virtual Museums. In: MCILWAINE, Ia C. (Ed.). *Knowledge Organization and the Global Information Society: Proceedings of the 8th International ISKO Conference*. London, 13-16 jul. 2004. Würzburg: Ergon Verlag, 2004. p. 183-188.

## NOTAS



<sup>1</sup> LISBOA, Pablo; CARVALHO, Silmara Küster de Paula. Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira. *Pos-tais*: Revista do Museu Nacional dos Correios, n.7 (jul./dez. 2016)). - Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Relações Institucionais e Comunicação. 2013--v.: il.; 18cm.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid., p. 85.

<sup>4</sup> LIMA, D.F.C. *O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam*. Fórum de Coordenadores de Grupo de Trabalho da Ancib. GT 9. João Pessoa (PB), X ENANCIB (GT9), 2009, p. 13. Disponível online em file:///C:/Users/SILMARA/Downloads/3312-5583-2-PB%20(1).pdf. Acesso em 19 set. 2025.

<sup>5</sup> WERNER, Schweibenz. The Development of Virtual Museums. In: MCILWAINE, la C. (Ed.). *Knowledge Organization and the Global Information Society*: Proceedings of the 8th

International ISKO Conference. London, 13-16 jul. 2004. Würzburg: Ergon Verlag, 2004. p. 183-188, p. 185.

<sup>6</sup> BEARMAN apud WERNER, op.cit., p. 191.

<sup>7</sup> Ibid,

<sup>8</sup> CRUZ, M.R. *Museu Reflexões*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura. 1993.

<sup>9</sup> Definição aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do *International Council of Museums* (ICOM) em Praga.

<sup>10</sup> “Ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade”.



**A FEB, os Pioneiros  
Paraquedistas e o alvorecer  
do Paraquedismo Militar do  
Exército Brasileiro:  
Aspectos em comum**

Antoine de Souza Cruz

# **A FEB, os Pioneiros Paraquedistas<sup>1</sup> e o alvorecer do paraquedismo militar do Exército Brasileiro: aspectos em comum**

## **INTRODUÇÃO**

A Segunda Guerra Mundial (1939–1945) assistiu, com assombro, a uma verdadeira revolução na doutrina militar das nações beligerantes, marcada pela introdução de novos Materiais de Emprego Militar (MEM), aplicados em formas de manobra até então inéditas. Nesse contexto, as tropas paraquedistas, lançadas de aeronaves ou aerotransportadas por planadores,

introduziram nas páginas da história militar o conceito de envolvimento vertical, materializado pela infiltração de frações de tropa pelo ar, com efetivos variáveis, atrás das linhas inimigas.

Fig. 1 – Assalto Aeroterrestre das forças Aliadas durante a Operação Market Garden, Holanda, setembro de 1944, combinando o emprego de lançamento de paraquedistas e aterragem de planadores.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Operac%C3%A7%C3%A3o\\_Market\\_Garden](https://pt.wikipedia.org/wiki/Operac%C3%A7%C3%A3o_Market_Garden).



Essas operações tinham, como propósito, realizar desde “golpes de mão”, conduzidos por pequenas frações, até o estabelecimento de cabeças de ponte com grandes efetivos na retaguarda profunda do inimigo, visando a atingir objetivos estratégicos, normalmente em proveito do mais elevado escalão militar presente. Assim, surgiram as chamadas operações aeroterrestres<sup>2</sup>.

A adesão do Brasil às forças aliadas, após a declaração de guerra aos países do Eixo, em 1942, desencadeou a mobilização e a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a partir de 1943, baseada na doutrina militar norte-americana. Para tanto, o governo brasileiro aceitou a ajuda oferecida pelo governo dos EUA para a reestruturação e modernização das forças armadas. Assim, oficiais brasileiros foram enviados aos EUA para a realização de diversos cursos e estágios, ao mesmo tempo em que o Brasil recebeu instrutores norte-

americanos com o objetivo de adequar as tropas brasileiras à nova doutrina e prepará-las para combater em conjunto com as forças aliadas.

A aproximação com os EUA abriu novas perspectivas e proporcionou novas capacidades às Forças Armadas brasileiras, tanto em termos doutrinários, quanto materiais<sup>3</sup>, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (*Lend-Lease Act*).

As operações aeroterrestres conduzidas pelos Aliados no Norte da África (1942), na Itália (1943), na França e na Holanda (1944), revelaram-se uma forma de guerrear formidável e não ortodoxa, capaz de semear o caos e a destruição nas retaguardas inimigas.

Essa concepção de combate, absolutamente inovadora, mostrava-se promissora para o Exército Brasileiro.



## **CAPITÃO ROBERTO DE PESSÔA: O PRIMEIRO PIONEIRO**

Paralelamente à mobilização, ao preparo, ao embarque e ao início das operações da FEB no Teatro de Operações do Mediterrâneo, em 1944, o então Capitão de infantaria Roberto de Pêssoa foi enviado aos EUA para realizar o *Basic Parachute Course* (Curso Básico Paraquedista) do Exército norte-americano, na *Parachute School*, em Fort Benning, Georgia. À época, o Capitão De Pessôa já possuía um notável histórico ligado à atividade física e militares operacionais, que incluíam, entre outros, o curso de piloto civil do Aeroclube do Brasil, a presidência do Aeroclube de Pernambuco, o curso de Instrutor de Educação Física realizado na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), em 1935, bem como o exercício do cargo de diretor da Divisão de Educação Física da Escola de Aviação Militar, em 1936.

Fig. 2 - Brevetação do Capitão Roberto De Pessôa. Fort Benning, EUA, 23 de outubro de 1944.



Fonte: acervo pessoal do General De Pessôa.

Após o regresso das Olimpíadas de Berlim<sup>4</sup>, em 1936, o Capitão De Pessôa, altamente motivado com os novos conceitos de tropas paraquedistas e planadoristas que lhe haviam sido apresentados naquele país, iniciou uma longa jornada de convencimento junto às autoridades



militares, visando à realização dos cursos de paraquedismo necessários à implantação de uma tropa de natureza similar no Exército Brasileiro, inicialmente denominada pelo Estado-Maior do Exército (EME) como “Infantaria do Ar”. Tal intento somente se concretizaria anos depois, com a declaração de guerra ao Eixo, quando o oficial obteve autorização para deslocar-se para os EUA, em 1944.

Após a conclusão do *Basic Parachute Course*<sup>5</sup>, em 23 de outubro de 1944, o Capitão De Pessôa permaneceu nos EUA, realizando os seguintes cursos relacionados ao preparo e emprego de tropas paraquedistas: *Jumpmaster* (mestre de salto), *Advanced Training* (treinamento avançado) e *Demolitions* (demolições). Adicionalmente, ficou adido ao 542º Batalhão de Infantaria Paraquedista em Camp Mackall, com o objetivo de estudar sua organização e funcionamento. Durante esse período, acompanhou a instrução

rotineira da tropa e reuniu toda a documentação disponível para a elaboração de um minucioso relatório, destinado à criação de uma Escola de Paraquedistas no Exército Brasileiro, baseada no modelo norte-americano, a ser apresentado ao escalão superior.

De volta ao Brasil, em março de 1945, o Capitão De Pessôa apresentou-se ao EME e passou a trabalhar na redação de um anteprojeto para a criação da Escola de Paraquedistas.

Simultaneamente, obteve autorização para ministrar palestras em diversas Regiões Militares, com o objetivo de recrutar os primeiros quadros de oficiais e Sargentos de carreira que seguiriam seus passos, realizando uma série de cursos nos EUA, a fim de formar a massa crítica essencial à implantação do paraquedismo militar no Exército Brasileiro.





## OS PIONEIROS PARAQUEDISTAS

O recrutamento conduzido pelo Capitão De Pessôa resultou em uma quantidade expressiva de voluntários, mais de 300, considerando as dificuldades de comunicação da época e o caráter inédito do paraquedismo no âmbito do Exército Brasileiro. Nesse ínterim, foi designado para integrar a Comissão Mista dos Estados-Maiores do Exército e da Aeronáutica, encarregada de estudar e propor um plano de organização das unidades aeroterrestres.

Além disso, permaneceu adido à então Diretoria de Ensino do Exército (DEE), atual Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), a fim de dirigir e acompanhar pessoalmente a seleção e a preparação dos oficiais e Sargentos candidatos que integrariam a primeira turma de voluntários a ser enviada aos EUA, ainda em 1945.

Os trabalhos iniciais de seleção foram conduzidos nas sedes das Regiões Militares, sendo complementados e finalizados nas instalações da Escola de Educação Física do Exército.

Os trabalhos de seleção e preparação foram conduzidos nas instalações da Escola de Educação Física do Exército. Como o Capitão De Pessôa era instrutor de educação física<sup>6</sup>, o vigor físico figurou entre os requisitos mais importantes para os candidatos, sendo avaliado por meio de exames de saúde minuciosos e testes físicos rigorosos.

Ao final do processo seletivo, foram aprovados 37 militares - 28 oficiais e 9 Sargentos - provenientes de todas as armas e dos serviços de Intendência e de Saúde, constituindo um universo heterogêneo e completo, tal como planejado pelo Capitão De Pessôa, o que permitiria a implantação da tropa paraquedista em condições ideais.



## 1945 E 1946: AS TURMAS DE PIONEIROS PREPARADAS PELO CAPITÃO DE PESSÔA RUMO AOS EUA

Para o deslocamento aéreo da primeira turma de pioneiros aos EUA, seriam necessárias duas aeronaves C-47 da FAB. Entretanto, por razões logísticas, apenas uma aeronave pôde ser disponibilizada. Dessa forma, a primeira turma de pioneiros foi fracionada em duas levadas de aerotransporte: a primeira, chefiada pelo Capitão De Pessôa e composta por 18 oficiais e 7 Sargentos, estava prevista para deslocar-se no final de novembro de 1945<sup>7</sup>; a segunda, chefiada pelo Capitão de artilharia Sylvio Walter Xavier, com a parte restante - 10 oficiais e dois Sargentos - foi agendada para o início de fevereiro de 1946. Com essa divisão, a turma única original, preparada pelo Capitão De Pessôa, deu origem a duas turmas de pioneiros.

Fig. 3 – Capitão De Pessôa (à esq.) e o General Mascarenhas de Moraes (de terno e chapéu) no embarque da primeira turma de pioneiros. Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1945.



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Entretanto, no dia da viagem da primeira turma, os Sargentos Nascimento Júnior e Machado não puderam embarcar por conta de limitações de peso na aeronave, embora não fossem os mais modernos. Eles seguiram para os EUA, posteriormente, por navio até o porto de New York, e, de lá, de trem até Fort Benning.

Portanto, esses militares não conseguiram realizar o *Basic Parachute Course* com seus companheiros da primeira turma, que

ocorreu entre 4 e 20 de dezembro de 1945, passando a integrar o curso seguinte, previsto para janeiro de 1946. A esses dois sargentos, somou-se o Tenente Ai-

realizaram juntos o *Basic Parachute Course*, entre 2 e 24 de janeiro de 1946.

Três oficiais da primeira turma não concluíram o curso. Ao

Fig. 4 – Capitão De Pessôa (à esquerda, primeiro homem) e parte da primeira turma de pioneiros (dezembro de 1945) em um dos cinco saltos de qualificação realizados entre 17 e 20 de dezembro de 1945. Fort Benning, EUA.



Fonte: acervo pessoal do General De Pessôa.

rosa, que não havia sido aprovado, de imediato, no exame médico realizado após a chegada ao Fort Benning. Com isso, os três militares compuseram uma segunda turma de pioneiros e

final, a primeira turma de pioneiros (dezembro de 1945) formou 14 oficiais e cinco sargentos. A segunda turma (janeiro de 1946), por sua vez, obteve 100% de

aprovação, formando um oficial e dois Sargentos.

A segunda leva de aerotransporte, agora rebatizada como terceira turma de pioneiros por conta dos acontecimentos, chegou a Fort Benning no início de fevereiro de 1946, sem problemas. Após a conclusão do *Basic Parachute Course*, realizado entre 18 de fevereiro e 14 de março de 1946, apenas um oficial não concluiu o curso. Ao todo, a terceira turma (março de 1946) formou dez oficiais e dois Sargentos.

Depois da conclusão do *Basic Parachute Course*, os 34 militares (25 oficiais e nove Sargentos) das três turmas de pioneiros foram distribuídos e matriculados em outros cursos de especialização, assim como o Capitão De Pessoa fizera anteriormente, com a finalidade de adquirir conhecimentos adicionais necessários à implantação do paraquedismo militar no Exército Brasileiro.

Fig. 5 – Distintivos do *Basic Airborne Course* (à esquerda) e do *Glider Training* (à direita), US Army.



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Fig. 6 – instrução de torre durante o *Basic Airborne Course*, Fort Benning, EUA.



Fonte: acervo pessoal do General De Pessoa.

Os cursos incluíam: *Jumpmaster* (mestre de salto), *Demolitions* (demolições), *Rigger* (DOMPSA<sup>8</sup>, à época denominado “conservadores-artífices”), *Advanced Training* (treinamento avançado), *Glider Training*<sup>9</sup>



(planadores) e *Communications* (à época denominado transmissões).

Fig. 7 – *Glider Training*, Fort Bragg, North Carolina.



Fonte: acervo pessoal do General De Pessôa.

Paralelamente a todos esses eventos, no Brasil a Escola de Paraquedistas foi criada por meio do Decreto-Lei nº 8.444, de 26 de dezembro de 1945, sendo ativado um Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, como forma embrionária da escola.

Para o seu comando<sup>10</sup>, foi nomeado o Coronel de artilharia Nestor Penha Brasil, que havia chefiado a Seção de Operações do estado-maior da Artilharia

Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB, sendo, portanto, um “febiano”, veterano de guerra.

Fig. 8 – Coronel Nestor Penha Brasil, primeiro comandante da Escola de Paraquedistas.



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Após o retorno das três primeiras turmas de pioneiros ao Brasil, em 1946, tiveram início os trabalhos de organização e estruturação da Escola de Paraquedistas. Uma comissão foi constituída nesse mesmo ano, sob a direção do Coronel Penha Brasil, para conduzir estudos sobre o local de



instalação do Núcleo. Outros esforços incluíram a elaboração de normas e manuais, a solicitação de materiais e equipamentos de toda ordem, entre outras providências. Tudo isso ocorreu em meio a dificuldades e obstáculos diversos, incluindo o ceticismo e a desconfiança de algumas autoridades, ainda reticentes quanto à viabilidade da atividade de paraquedismo militar no Exército.

Inicialmente, a Escola ficou provisoriamente alojada em uma sala da biblioteca da Diretoria de Material Bélico, situada na sede do Ministério da Guerra, no 7º andar do Palácio Duque de Caxias. Ressalta-se que essa mesma biblioteca havia sido anteriormente ocupada pela FEB para a instalação do primeiro<sup>11</sup> posto de comando do General Mascarenhas de Moraes. Posteriormente, em setembro de 1946, o Núcleo foi instalado numa região da antiga Fazenda de Sapopemba, nas proximidades do Campo dos Afonsos, local criteriosamente escolhido

para facilitar futuras ações de integração e interoperabilidade entre a tropa paraquedista e os esquadrões de transporte da FAB<sup>12</sup>.

Para tanto, um pavilhão - seguido de mais dois - do I Grupo do 1º Regimento de Artilharia Antiaérea (I/1º RAAAe), recém-construído na região do terreno conhecida como “Colina Longa”, foi destinado à acomodação da Escola de Paraquedistas<sup>13</sup>. Em 1947, a primeira turma de conscritos, composta por 93 recrutas, foi incorporada ao Núcleo, em uma época em que ainda não havia condições de especializá-los como paraquedistas. Entretanto, o trabalho daqueles homens foi fundamental para erguer a infraestrutura inicial - em especial a “Torre 1” e a “Área de Estágios” -, baseada no modelo observado em Fort Benning e dotada da estrutura de ensino necessária à formação do paraquedista.

## 1948: OS ÚLTIMOS PIONEIROS ENVIADOS AOS EUA

Fruto da necessidade de ampliar os quadros especializados para a implantação efetiva da Escola de Paraquedistas em melhores condições, o Ministério da Guerra decidiu, em 1947, abrir novo processo seletivo para o envio, em 1948, de mais três turmas de oficiais e Sargentos aos Estados Unidos (4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> turmas de pioneiros), a fim de realizarem os diversos cursos necessários.

A conjuntura, dessa vez, era diferente. Já havia, no seio do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, uma massa crítica inicial dos oficiais e Sargentos que haviam passado por Fort Benning nos anos de 1945 e 1946 e, portanto, possuíam a experiência necessária para preparar os novos pioneiros. Além disso, àquela altura, a “Área de Estágios” já estava minimamente estruturada, proporcionando condições para o preparo das novas turmas.

Fig. 9 – Área de Estágios, em sua primeira configuração, de madeira, construída em 1947. Serviu como local de preparação para as turmas de pioneiros de 1948.



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Assim, a 4<sup>a</sup> turma de pioneiros, composta por dois oficiais, concluiu o *Basic Airborne Course*<sup>14</sup>, entre 14 de janeiro e 24 de fevereiro de 1948. Um terceiro oficial, que deveria integrar a mesma turma, embarcou para os EUA um pouco depois, por questões administrativas, realizando o curso básico isoladamente<sup>15</sup>, entre 3 de fevereiro e 9 de março.

A 5<sup>a</sup> turma de pioneiros foi composta por quatro Sargentos, os quais frequentaram o curso básico entre 26 de abril e 27 de maio de 1948.

A 6ª e última turma de pioneiros da história foi composta por cinco Sargentos, que concluíram o curso básico entre 10 de maio e 11 de junho de 1948.

Ainda em 1948, o 1º Tenente de engenharia Celso Nathan Guaraná de Barros, pioneiro nº 11 da 1ª turma (dezembro de 1945), retornou a Fort Benning para a realização do *Pathfinder Course* (Curso de Precursor Paraquedista), capacitação até então inédita e considerada crucial para a implantação completa e definitiva da atividade aeroterrestre no Exército Brasileiro.

O Capitão De Pessôa e o Coronel Penha Brasil, ambos posteriormente promovidos ao Generalato, à frente do seleto grupo dos Pioneiros Paraquedistas, passaram para a história do Exército Brasileiro como os dois maiores nomes vinculados ao paraquedismo militar.

A devoção ao serviço, a conduta excepcionalmente meritória, e as inúmeras ações

empreendidas para a implantação e a consolidação dessa atividade inédita e desafiadora, transformaram-se em um valioso legado, transmitido às sucessivas gerações de paraquedistas, com efeitos transbordantes sobre outras tropas do Exército Brasileiro, com reflexos vivos até os dias atuais.

Esses homens são, pois, alvo de permanente agradecimento e profundo respeito.

Fig. 10 – Distintivo do Curso Básico Paraquedista do Exército Brasileiro, conhecido como “Asas de Prata”, instituído em 1949.



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista





## **OS PIONEIROS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: OS “FEBIANOS PARAQUEDISTAS”**

Do total de 47 oficiais e Sargentos formados em Fort Benning entre 1944 e 1948, quatro tiveram a honra de combater com a Força Expedicionária Brasileira:

- 2º Tenente de infantaria Alírio Granja, pioneiro 10<sup>16</sup> (1ª turma, dezembro de 1945);

- Capitão de infantaria Newton Lisbôa Lemos, pioneiro 25 (3ª turma, março de 1946);

- Capitão de infantaria Leônidas de Salles Freire, pioneiro 36 (4ª turma, fevereiro de 1948); e

- 1º Tenente de infantaria José Wadih Curi, pioneiro 38 (março de 1948).

Natural de São Luiz de Cáceres-MT, o 2º Tenente de infantaria Granja foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 4 de novembro de 1944, integrando a última turma formada na Escola Militar do Realengo. Assim como vários companheiros

de sua turma, voluntariou-se para a FEB e foi classificado no 1º Escalão do Depósito de Pessoal, apenas poucos dias após sua formatura.

Deslocou-se para o teatro de operações no 4º Escalão, a bordo do navio USS *General Meigs*, em 23 de novembro de 1944. No início de 1945, ainda como aspirante, foi designado comandante de pelotão de fuzileiros da 8ª Companhia do III Batalhão/1º Regimento de Infantaria.

Participou de diversas patrulhas de combate em território inimigo, tomando parte na conquista do Monte Castello, em 21 de fevereiro de 1945, e na defesa do subsector Belvedere.

Foi promovido ao posto de 2º Tenente em campanha, e, por suas ações em combate, recebeu diversos elogios de seus superiores, destacando atributos como coragem sob fogo inimigo, liderança e camaradagem para com os subordinados. Foi agraciado com a Cruz de Combate de 1ª



Classe, por atos de bravura individual em combate, com a Medalha de Campanha e com a Medalha de Guerra.

Fig. 11 – 1º Tenente de infantaria Alfrío Granja, pioneiro 10 (dezembro de 1945).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

O 2º Tenente Granja retornou ao Brasil em 22 agosto de 1945, sendo designado para o 15º Batalhão de Caçadores, em Curitiba-PR. Entretanto, não chegou a apresentar-se à Unidade, pois, ainda durante o processo de desmobilização no Rio de Janeiro,

tomou conhecimento da seleção de voluntários para a recém-criada Escola de Paraquedistas do Exército. De imediato, apresentou-se como candidato ao processo seletivo que já estava em andamento, sendo aprovado para integrar a 1ª turma prevista para ser enviada aos EUA no final daquele ano.

Natural da Salvador-BA, o Capitão de infantaria Newton Lisboa Lemos foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 22 de novembro de 1937. Estava servindo no 10º Regimento de Infantaria (atual 10º Batalhão de Infantaria de Montanha, Juiz de Fora-MG) quando se voluntariou para a FEB, apresentando-se ao Depósito de Pessoal. Embarcou para a Itália, por via aérea, em 26 de abril de 1945. Foi designado para o cargo de comandante da 16ª Companhia e, posteriormente, da 13ª Companhia, ambas do IV Batalhão. Por sua participação na FEB, foi agraciado



com a Medalha de Campanha e com a Medalha de Guerra.

Ao retornar para o Brasil, em 17 de setembro de 1945, foi designado para o III/13º Regimento de Infantaria, com sede na Lapa-PR, mas não chegou a apresentar-se à unidade, por ter-se voluntariado para a primeira turma de pioneiros que estava em processo de seleção. Aprovado nos testes, ficou adido ao Regimento Escola de Infantaria (REI, atual 57º Batalhão de Infantaria Motorizado Escola), após o fracionamento da primeira turma em duas levadas, enquanto aguardava o embarque para Fort Benning, previsto para o início de 1946.

O Capitão Newton foi o primeiro comandante da Companhia Escola de Infantaria/Escola de Paraquedistas, época em que compôs a canção “Eterno Herói”, que viria a tornar-se a canção oficial do paraquedista. Chegou ao posto de General de brigada. Seu nome foi adotado como denominação histórica do atual 27º

Batalhão de Infantaria Paraquedista, “Batalhão General Newton Lisbôa Lemos”.

Fig. 12 – Capitão de infantaria Newton Lisbôa Lemos, pioneiro 25 (março de 1946).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Natural do Mato Grosso, o Capitão de infantaria Leônidas de Salles Freire foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 11 de janeiro de 1937, pela Escola Militar do Realengo. Servia no 6º Regimento de Infantaria de Caçapava-SP, quando a FEB foi mobilizada.



Deslocou-se para o teatro de operações no 1º Escalão, a bordo do navio USS *General Mann*, em 2 de julho de 1944, como chefe da Seção de Operações (S3) do II Batalhão do 6º Regimento de Infantaria.

Participou de diversas operações durante a guerra: Barga; Lama di Sotto; Quirico; Soprasasso; Castelnuovo; Zocca; Monte Caroneo; Collechio; Respicio e Fornovo di Taro.

Fig. 13 – Capitão de infantaria Leônidas de Salles Freire, pioneiro 36 (fevereiro de 1948).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Por suas ações em combate, recebeu diversos elogios de seus superiores, destacando-se aquele emitido pelo Comandante do II Batalhão<sup>17</sup>, por sua atuação em Montese, sob intenso fogo inimigo. Foi descrito como um oficial inteligente, corajoso e disciplinado, considerado “o braço direito” do Comando.

Foi agraciado com a Cruz de Combate de 2ª Classe, por atos de bravura coletiva em combate, com a Medalha de Campanha e com a Medalha de Guerra. Ao retornar ao Brasil, em julho de 1945, foi classificado no 3º Batalhão de Fronteira, em Clevelândia-AP, onde tomou conhecimento da recém-criada tropa paraquedista. Entusiasmado com a novidade, solicitou transferência para o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, apresentando-se em 1947 e somando-se a outros oficiais e Sargentos não especializados, voluntários para a nova tropa. Em consequência, foi selecionado para



integrar a 4ª turma de pioneiros, enviada aos EUA em janeiro de 1948.

Natural do Rio de Janeiro-RJ, o 1º Tenente de infantaria Wadih Curi foi declarado aspirante a oficial da Arma de Infantaria em 4 de novembro de 1944, na Escola Militar do Realengo.

Fig. 14 - 1º Tenente de infantaria José Wadih Curi, pioneiro 38 (março 1948).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Tal como outros companheiros dessa que foi a última turma formada no Realengo, ainda nos tempos de cadete voluntariou-se para a FEB e conseguiu ser

classificado no 2º Escalão do Depósito de Pessoal, em 11 de novembro, ficando adido ao Centro de Recompentamento de Pessoal (CRP).

Deslocou-se para a Itália no 5º Escalão, em 8 de fevereiro de 1945. Na Itália, após a realização de cursos de comandante de pelotão, o então aspirante Curi permaneceu como efetivo de substituição e instrutor do CRP, ficando adido ao III Batalhão/1º RI. Posteriormente, foi designado para a 11ª Companhia, como oficial subalterno.

Foi promovido a 2º Tenente durante a campanha, e, por sua atuação na FEB, recebeu elogios de seus superiores e foi agraciado com a Medalha de Campanha e com a Medalha de Guerra.

O então 2º Tenente Curi retornou ao Brasil em 17 de setembro de 1945. Na viagem de volta, seu escalão fez uma parada em Portugal, onde participou de um desfile, ocasião em que foi agraciado, juntamente com outros



integrantes do III Batalhão presentes, com a *forragère* representativa das insígnias da Medalha de Ouro de Valor Militar de Portugal.

Com a desmobilização da FEB, o Tenente Curi foi transferido para o 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo, onde serviu entre 1945 e 1947. Em 1947, após concluir o Curso de Instrutor de Educação Física, foi transferido para a Companhia de Guardas do Quartel-General do Ministério da Guerra. Nesse local, foi informado sobre a abertura de novo processo seletivo<sup>18</sup>, visando à formação de novas turmas de candidatos a serem enviadas a Fort Benning em 1948.

## **OS PIONEIROS NA DEFESA DO LITORAL E DE FERNANDO DE NORONHA**

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ensejou a necessidade de se estabelecerem defesas em seu território, haja vista a possibilidade de invasão

ou de ações aéreas inimigas, sobretudo alemãs. Nesse contexto, o Ministério da Guerra decidiu pelo desdobramento de tropas em cidades e pontos de interesse ao longo do extenso litoral brasileiro, vitais para a defesa do território nacional, além da ocupação militar do arquipélago de Fernando de Noronha, em razão de sua importante posição geográfica e estratégica no Atlântico Sul, no controle das rotas marítimas para a África, Europa e América do Norte.

Em face dessa situação, diversas Unidades das Regiões Sul e Sudeste foram transferidas para a ilha principal, resultando na criação do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto por tropas de Infantaria e de Artilharia (de campanha, costa e anti-aérea), além de elementos de apoio ao combate, de apoio logístico e de apoio administrativo.

Embora não tenham embarcado para a Itália com a FEB, três dos pioneiros também



participaram do esforço de guerra nacional, atuando na defesa do litoral de Fernando de Noronha em unidades de artilharia. São eles:

- Capitão de artilharia Darcy Tavares de Carvalho Lima, pioneiro 4 (1ª Turma, dezembro de 1945) – artilharia antiaérea;
- 2º Sargento de artilharia Paulo de Araújo Lima, pioneiro 39 (5ª turma, maio de 1948); e
- 2º Sargento de artilharia Sylvio de Lima Bastos, pioneiro 40 (5ª turma, maio de 1948).

Natural do Recife-PE, o Capitão Tavares foi declarado aspirante a oficial da Arma de Artilharia em 1940, na Escola Militar do Realengo. Com a eclosão da guerra, servia no III/1º Regimento de Artilharia Misto, desdobrado entre Curitiba-PR e Laguna-SC, entre 1941 e 1943, após realizar o curso de Artilharia Antiaérea.

Com a ativação do Teatro de Operações Nordeste e a

reorganização da defesa do litoral, a cidade de Natal-RN passou a destacar-se por sua localização privilegiada, sendo declarada parte do chamado “Trampolim da Vitória”. Assim, o Capitão Tavares foi transferido para o I/3º Regimento de Artilharia Antiaérea, em Natal, onde atuou entre setembro de 1943 e agosto de 1944, como comandante de subunidade no Destacamento de Natal, unidade encarregado de estabelecer as defesas da cidade, que incluíam missões de vigilância e a cobertura antiaérea de importantes bases militares, como a Base Aérea de Parnamirim (*Parnamirim Field*) e a base de hidroaviões no Rio Potengi (“Rampa”), além da própria cidade de Natal.

Em agosto de 1944, o Capitão Tavares foi transferido de Natal para o II/3º Regimento de Artilharia Antiaérea em Recife-PE, Unidade destinada a prover a cobertura antiaérea da cidade e da Base Aérea do Ibura (*Ibura Field*), à época utilizada pela Força Aérea

Brasileira e pela Marinha e Exército norte-americanos. Serviu no Grupo até maio de 1945. Por sua participação no contexto da defesa do litoral, foi agraciado com a Medalha de Guerra.

Fig. 15 – Capitão de artilharia Darcy Tavares de Carvalho Lima, pioneiro 04 (dezembro de 1945).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Ao término da guerra, ainda no Recife, o Capitão Tavares tomou conhecimento do processo de seleção destinado ao envio de militares para a realização de cursos de paraquedismo nos Estados Unidos. Era o oficial de artilharia mais antigo entre os voluntários,

e o único especializado em artilharia antiaérea. Aprovado no processo, embarcou para Fort Benning com a primeira turma de pioneiros.

Como Tenente-Coronel, foi o primeiro comandante da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), no Rio de Janeiro, entre maio de 1966 e maio de 1968. Recentemente, em 2018, o nome do Coronel Tavares foi adotado como denominação histórica da atual 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista, passando a ser conhecida como “Bateria Coronel Darcy Tavares de Carvalho Lima”.

Natural de Juiz de Fora-MG, o 2º Sargento Paulo iniciou sua carreira militar em 1941, como soldado recruta voluntário, incorporado ao I/1º Regimento de Artilharia Antiaérea, Rio de Janeiro-RJ, curiosamente, a mesma unidade que, alguns anos depois, cederia parte de suas instalações para a tropa paraquedista. Fez os



curso de cabo e de Sargento na unidade.

Com a mobilização da FEB e a articulação de tropas para a defesa do litoral, o então 3º Sargento Paulo foi transferido para a 1ª Bateria Independente de Obuses, formada em São Cristóvão-RJ no final de 1941. A unidade foi deslocada por via marítima para Recife em fevereiro de 1942 e, posteriormente, para Fernando de Noronha em abril do mesmo ano. O Sargento Paulo permaneceu nessa unidade, desdobrada na ilha, durante todo o conflito.

Fig. 16 – 2º Sargento de artilharia Paulo de Araújo Lima, pioneiro 39 (maio de 1948).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Com o domínio aliado do Atlântico Sul, a partir de 1944, o Destacamento Misto foi sendo gradualmente desmobilizado até sua completa extinção em agosto de 1945.

O Sargento Paulo foi agraciado com a Medalha de Guerra por sua atuação no esforço de guerra, tendo prestado serviço efetivo na defesa do litoral e do arquipélago de Fernando de Noronha por mais de quatro meses.

Antes de retornar ao Rio de Janeiro, em 1946, serviu em outras unidades de artilharia no Nordeste. Naquele mesmo ano, foi transferido para o 1º Grupo de Obuses, em São Cristóvão, e voluntariou-se para a tropa paraquedista, vindo a integrar, dois anos mais tarde, a 5ª e última turma de pioneiros (maio de 1948).

Natural de Valença-RJ, o 2º Sargento de artilharia Sylvio de Lima Bastos incorporou-se às fileiras do Exército em 1940, como

soldado do 1º Regimento de Artilharia Montada, no Rio de Janeiro, onde realizou os cursos de cabo e de Sargento. Em 1942, foi transferido para o 2º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (GMAC), sediado em Natal-RN, sendo transferido, ainda no mesmo ano e por necessidade do serviço, para o 1º GMAC, unidade criada em 1942, no Rio de Janeiro-RJ, para atender às demandas de defesa da costa.

Fig. 17 – 2º Sargento de artilharia Sylvio de Lima Bastos, pioneiro 40 (maio de 1948).



Fonte: Seção do Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista

Meses após sua criação, o 1º GMAC foi deslocado por via

marítima para Fernando de Noronha, a fim de integrar o Destacamento Misto, agregando poder de fogo às defesas estabelecidas na ilha.

O 3º Sargento Sylvio permaneceu em Fernando de Noronha entre os anos de 1942 e 1943, exercendo a função de chefe de peça da Seção de Projétores do Grupo, responsável pela vigilância marítima durante o período noturno. Em 1943, foi transferido para outro Grupo Móvel, desta feita o 3º GMAC, sediado em Olinda-PE, deixando a ilha em outubro daquele ano. Sylvio foi agraciado com a Medalha de Guerra, por sua atuação na defesa do litoral. No período pós-guerra, em 1946, foi transferido do 3º GMAC para o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, compondo um dos primeiros de seus quadros, vindo a integrar, dois anos depois, a 5ª e última turma de pioneiros (maio de 1948).



## DEMAIS PARAQUEDISTAS “FEBIANOS”

Até o presente momento, este capítulo relacionou os pioneiros enviados a Fort Benning que integraram a FEB ou participaram da defesa do litoral, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, a história aeroterrestre também registra outros oficiais e Sargentos paraquedistas, que, igualmente, fizeram parte da FEB. A diferença é que esses militares não foram formados nos EUA, como seus antecessores, mas sim na Escola de Paraquedistas, em solo pátrio, a partir do primeiro curso realizado no Brasil, em janeiro de 1949.

Ao todo, 28 militares<sup>19</sup> enquadram-se nessa situação, sendo 21 oficiais e sete Sargentos, conforme a ordem cronológica de formação paraquedista. Na listagem, indicamos, em última instância, seus respectivos números de paraquedistas, o ano de

conclusão do curso básico e a unidade da FEB na qual serviram durante a Segunda Guerra Mundial:

### Oficiais:

- Coronel de artilharia Nestor Penha Brasil, Pqdt 48 (49/1) – QG/1ª DIE<sup>20</sup>;

- Major de infantaria Alfredo Pinheiro Soares Filho, Pqdt 181 (50/1) - avulso;

- Capitão de artilharia Adalberto Villas Bôas, Pqdt 431 (50/10) – II/1º ROAuR;

- Capitão de infantaria Aloisio Alves Borges, Pqdt 445 (51/1) – 11º RI;

- Capitão de infantaria Carlos Alberto Goulart Pereira, Pqdt 770 (52/4) – 11º RI;

- Major de artilharia Paulo de Oliveira e Silva, Pqdt 979 (53/3) – Companhia de Manutenção;

- Capitão de infantaria Hernani de Azevedo Henning, Pqdt 981 (53/3) – CRP/FEB;

- Major de infantaria Atratinho Côrtes Coutinho, Pqdt 1.128, (54/1) – 6º RI;



- Major de artilharia Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, Pqdt 1.219, (54/1) – I/1º RAPC;

- Major de infantaria Murilo Rodrigues de Souza, Pqdt 2.213 (55/9) – CRP/FEB;

- Tenente-Coronel de cavalaria Augusto Scherer Ferreira Abreu, Pqdt 2.999 (57/1) – QG/1ª DIE;

- Major de infantaria Sidnei Simões e Silva, Pqdt 4.120, (57/3 Esp) – 11º RI;

- Major de artilharia Carlos Eugênio Rodrigues Lima Monção Soares, Pqdt 4.124 (57/3 Esp) – II/1º ROAuR;

- Capitão de infantaria Ilzio Corsini Cabral, Pqdt 5.297 (59/1) – 1º RI;

- General de brigada Paulo Francisco Torres, Pqdt 7.132 (60/1 Esp) – DP/FEB;

- Major de infantaria Aluizio Carneiro da Rocha, Pqdt 9.796, (62/2 Esp) – CRP/FEB;

- Tenente-Coronel de cavalaria Guido Alfredo Heisler, Pqdt 11.356 (64/1) – DP/FEB;

- General de brigada João Costa, Pqdt 11.357 (64/2 Esp) – DP/FEB;

- Coronel de infantaria Muriilo Valporto de Sá, Pqdt 11.358 (64/2 Esp) – 11º RI;

- Major de infantaria Nestor<sup>21</sup> da Silva, Pqdt 12.532 (64/2 Esp) – 11º RI; e

- General de brigada Hugo de Andrade Abreu, Pqdt 20.314 (70/1) – 11º RI.

#### Sargentos:

- 2º Sargento de infantaria Joaquim Fernandes, Pqdt 52 (49/1) – 11º RI;

- 3º Sargento de infantaria Plínio Bezerra, Pqdt 58 (49/1) – CRP/FEB;

- 2º Sargento de infantaria Jacinto Matos de Andrade, Pqdt 67 (49/2) – 1º RI;

- 2º Sargento de infantaria Aiambo Soares Bulcão, Pqdt 201 (50/2) – 1º RI;

- 3º Sargento de infantaria José Marândola, Pqdt 204 (50/2) – 11º RI;



- 3º Sargento de infantaria Raymundo Nascimento de Goes Telles, Pqdt 267 (50/5) – 11º RI; e

- 2º Sargento de infantaria Ruy Lopes Cabral, Pqdt 794 (52/4) – CRP/FEB.

Os “paraquedistas febianos” supracitados tiveram carreiras profissionais abrangentes, exercendo diversos cargos e funções ao longo de suas trajetórias no Exército.

Destacam-se seis oficiais, que alcançaram o Generalato e comandaram a Brigada de Infantaria Paraquedista, em diferentes épocas. São eles:

- General Nestor Penha Brasil, Águia Uno 01<sup>22</sup>, (7 de março de 1946 a 11 de fevereiro de 1955);

- General Paulo Francisco Torres, Águia Uno 04, (10 de abril de 1960 a 27 de março de 1962);

- General Alfredo Pinheiro Soares Filho, Águia Uno 06, (2 de maio de 1963 a 6 de dezembro de 1963);

- General João Costa, Águia Uno 07, (9 de dezembro de 1963 a 1º de junho de 1964);

- General Hugo de Andrade Abreu, Águia Uno 11, (7 de janeiro de 1970 a 11 de março de 1974); e

- General Murilo Rodrigues de Souza, Águia Uno 12, (9 de maio de 1974 a 28 de maio de 1976).

### **MORRO DO CAPISTRANO<sup>23</sup>: OUTRO ELO HISTÓRICO ENTRE A FEB E A TROPA PARAQUEDISTA**

Durante a fase de mobilização e preparo, a FEB enfrentou uma série de dificuldades que englobavam questões de pessoal e material, doutrinárias<sup>24</sup> e de infraestrutura. Ademais, as unidades designadas para compor a 1ª DIE encontravam-se espalhadas por outros Estados, dificultando, sobremaneira, a fase final de preparo, cuja característica principal

Fig. 18 – Região do Morro do Capistrano e cercanias em maio de 1944. Nota-se a área de galpões recém-construídos para abrigar o 1º Esqd Rec, o 11º RI e o I/2º ROAuR durante a fase de concentração e preparo final da FEB rumo à Itália.



Fonte: imagem elaborada pelo autor a partir de <https://memorialda-feb.com/2024/07/11/a-batalha-do-capistrano/>, calcada no livro “Guerreiros da Província” de Durval Lourenço, 2024. Acesso em 18 de outubro de 2025.

é a intensificação da instrução padronizada e o adestramento coletivo dos sistemas das Armas e Serviços.

Atento à necessidade de concentrar as tropas na então capital da República (Rio de Janeiro) e proximidades, local escolhido para o embarque para o teatro de operações e visando o preparo final, em fevereiro de 1944, o General Mascarenhas de Moraes

determinou o agrupamento das organizações militares na região da Vila Militar e adjacências, haja vista a proximidade com o Campo de Instrução de Gericinó.

Nesse contexto, o 1º RI permaneceu em suas próprias instalações; o 6º RI ocupou o Batalhão Escola (atual 57º Batalhão de Infantaria Motorizado), conseguindo, finalmente, reunir seus três batalhões, originalmente



sediados em Caçapava-SP, Lins-SP e Taubaté-SP.

O 11º RI, de São João del-Rei-MG (atual 11º Batalhão de Infantaria de Montanha), por sua vez, não tinha onde se instalar, o mesmo acontecendo com o I/2º Regimento de Obuses Autorrebocado (ROAuR), sediado em São Paulo-SP (atual 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve Aeromóvel, com sede em Barueri-SP).

A solução encontrada foi a construção de instalações temporárias, de baixo custo, para alojar pessoal e material. O local escolhido foi o Morro do Capistrano, na área da antiga Fazenda de Sapopemba, região do terreno localizada entre a Vila Militar, ao norte, e o Campo dos Afonsos, ao sul. Foram construídos um total de 21 galpões, separados em três grupos: um grupo com seis galpões, que foram ocupados pelo I/2º ROAuR; o maior grupo, com 13 galpões, ocupado pelo 11º RI, que possuía o efetivo mais numeroso; e um grupo com dois

galpões, ocupado pelo 1º Esquadrão de Reconhecimento (atual 1º Esquadrão de Cavalaria Leve, Valença-RJ), subunidade de cavalaria criada a partir de um dos esquadrões do 2º Regimento Moto-mecanizado, Rio de Janeiro-RJ.

As instalações não eram das melhores, sendo construídas com pouca alvenaria e madeira sobre um piso precariamente acimentado e cobertas com telhas de zinco. O ambiente era quente e insalubre. Próximo aos galpões, ergueu-se uma espécie de simulador de embarque/desembarque/abandono de embarcações, por meio de uma rede de abordagem. No seio da tropa, a estrutura recebeu um apelido curioso: “*Capistrano Maru*”, em alusão ao termo *Maru*, sufixo aplicado aos nomes dos navios japoneses como símbolo de boa sorte e proteção.

Após a guerra, com o retorno da FEB por escalões ao Rio de Janeiro, os galpões do Morro do Capistrano foram novamente

ocupados para fins de desmobilização das tropas e retorno das OM às suas sedes de origem.

Fig. 19 – Treinamento de embarque/desembarque no “Capistrano Maru” na região do Morro do Capistrano, 1944.



Fonte: <https://memorialda-feb.com/2024/07/11/a-batalha-do-capistrano/>, a partir do livro “Guerreiros da Província” de Durval Lourenço, 2024. Acesso em 18 de outubro de 2025.

Nesse contexto do Morro do Capistrano, e da relação entre a Força Expedicionária Brasileira e a tropa paraquedista, uma organização militar merece especial atenção: o 1º Esquadrão de Reconhecimento. Ao retornar ao Brasil, em 1945, fracionado em dois escalões, após passar por um

processo de desmobilização na Escola Militar do Realengo, o esquadrão voltou a ocupar o Morro do Capistrano nos mesmos dois galpões utilizados em 1944. Ali se estabeleceu em caráter mais duradouro, se comparado às demais Unidades febianas.

Em 1946, foi transformado em 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, permanecendo na região até 1972, quando foi transformado em 1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, e transferido definitivamente para a cidade de Valença-RJ, vindo a ocupar o antigo aquartelamento do 1º Batalhão de Saúde da FEB.

Com a saída do esquadrão do Morro do Capistrano, as instalações foram ocupadas pela então 1ª Companhia de Engenharia Aero terrestre — atual 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista —, organização militar de valor subunidade orgânica da então Brigada Aero terrestre, que até aquele momento compartilhava suas dependências

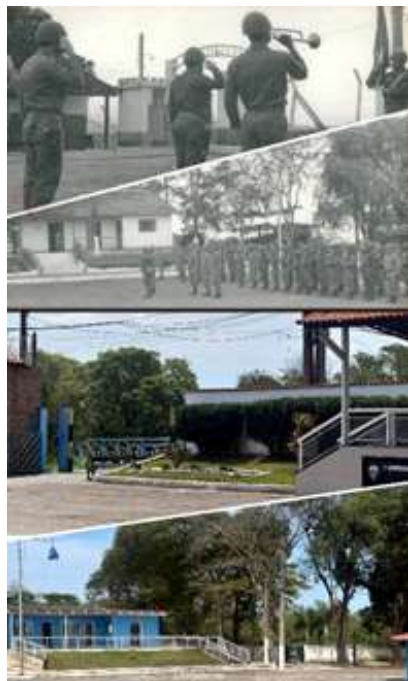


com o então Núcleo da Companhia de Comunicações Aeroterrestre, atual 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista, instalada em um dos pavilhões da Colina Longa Paraquedista.

No tocante aos demais galpões, aqueles que haviam sido ocupados pelo 11º RI foram totalmente desmantelados. Os seis galpões utilizados pelo 1/2º ROAuR, por sua vez, foram mantidos.

Anos após a guerra, esses galpões foram recuperados para abrigar um conglomerado de organizações militares e tropas, incluindo a Companhia de Material Bélico do 20º Batalhão Logístico Paraquedista (20º B Log Pqdt), a Companhia de Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista (Cia Cmdo Bda Inf Pqdt), o então Destacamento Precursor Paraquedista, que foi transformada na Companhia de Precursores Paraquedista (Cia Prec Pqdt), e a Banda de Música Paraquedista.

Fig. 20 – Montagem de fotos tiradas após a guerra, a partir do Pátio de Formaturas do então 1º Esqd Rec Mec (em preto e branco), e das instalações ocupadas, desde 1972, pela 1ª Cia E Cmb Pqdt (em cores), na região do Morro do Capistrano. Na imagem superior, observa-se a entrada da OM e o Corpo da Guarda; na inferior, o Pavilhão de Comando das respectivas Organizações Militares.



Fonte: imagem elaborada pelo autor a partir dos Arquivos Históricos do 1º Esqd C L e da 1ª Cia E Cmb Pqdt.

Com a transferência do 20º B Log Pqdt para a Vila Militar, em 1993, abriu-se espaço para a realocação de organizações militares paraquedistas na região do Morro do Capistrano e na Colina Longa Paraquedista, em condições mais adequadas. Com isso, a Companhia de Material Bélico deixou o Morro do Capistrano, o mesmo acontecendo com a Cia Prec Pqdt, que passou a ocupar o pavilhão da Companhia de Intendência do 20º B Log Pqdt na Colina Longa Paraquedista, permanecendo no local apenas a Cia Cmdo Bda Inf Pqdt e a Banda de Música. Alguns anos depois, em 1999, foi realizada uma manobra de troca direta de instalações entre o 1º Esqd C Pqdt — então alojado no primeiro pavilhão da Colina Longa Paraquedista — e a Cia Cmdo Bda Inf Pqdt. A partir de então, a área dos seis galpões utilizados pelo 1/2º ROAuR em 1944 passou a abrigar os “Centauros Alados” da Cavalaria Paraquedista.

Fig. 21 – Montagem de fotos com os três grupos de galpões e as respectivas OM ocupantes. Na imagem colorida, observa-se a sobreposição das áreas dos galpões originais de 1944, que foram aproveitados e revitalizados ao longo do tempo, abrigando atualmente a 1ª Cia E Cmb Pqdt (em azul) e o 1º Esqd C Pqdt (em vermelho).



Fonte: imagem elaborada pelo autor a partir do Google Earth e de <https://memorialdafeb.com/2024/07/11/a-batalha-do-capistrano/>, calçada no livro “Guerreiros da Província” de Durval Lourenço, 2024. Acesso em 18 de outubro de 2025.

Encerrava-se, assim, a saga do Morro do Capistrano, outrora ocupado pela briosa Força Expedicionária Brasileira e, dali por diante, sob o controle da Brigada de Infantaria Paraquedista.

## OS PIONEIROS PARAQUEDISTAS – 1944, 1945, 1946 e 1948

**Galeria dos “Pioneiros Paraquedistas”**  
47 Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro que realizaram o Curso Básico Paraquedista do US Army em Fort Benning, EUA, entre os anos de 1944 e 1948

**1944**

Cap. Inf. ROBERTO DE OLIVEIRA  
Pioneiro 01 - Graduação em 23 OUT 1944

**1945 – 1ª Turma (4 a 20 DEZ) – The Parachute School**

**Oficiais**

|                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
|    |    |    |    |    |
| Cap. Inf. <u>DEMÓSTHOES SOARES DE OLIVEIRA</u><br>Pioneiro 02                       | Cap. Inf. <u>EDSON NUNES DE ARAÚJO</u><br>Pioneiro 03                               | Cap. Inf. <u>DARCY ZAVAREZ DE CARVALHO LIMA</u><br>Pioneiro 04                      | 1º Ten. Eng. <u>WALDO PERES</u><br>Pioneiro 05                                      | 1º Ten. Com. <u>ABRAHAM BENAIM D'AVILA DUARTE</u><br>Pioneiro 06                    |
|    |    |    |    |    |
| 1º Ten. Art. <u>GUSTAVO MATA</u><br>Pioneiro 07                                     | 1º Ten. Art. <u>JACQUES RAFAEL FERREIRO</u><br>Pioneiro 08                          | 1º Ten. Eng. <u>FERNANDO ESTANISLAU CARMELO ROCHER</u><br>Pioneiro 09               | 1º Ten. Inf. <u>ALBINO GUARÁ</u><br>(Veterano da FEB)                               | 1º Ten. Eng. <u>CELSO RUTHEN GUARÁ DE BARROS</u><br>Pioneiro 10                     |
|  |  |  |  |  |
| 2º Ten. Art. <u>JOSÉ ROBERTO MONTEIRO MUNDRELEY</u><br>Pioneiro 12                  | 2º Ten. Art. <u>JOSÉ DE ESCOBAR BEXIAGUA</u><br>Pioneiro 13                         | 2º Ten. Inf. <u>OCTAVIO MAGALHÃES LOPES</u><br>Pioneiro 14                          | 2º Ten. Inf. <u>PAULO ALVES BUCK</u><br>Pioneiro 15                                 | 2º Ten. Inf. <u>PAULO ALVES BUCK</u><br>Pioneiro 15                                 |

**Sargentos**

|                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |                                                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  |  |  |
| 1º Sgt. Art. <u>NORTILDO DE OLIVEIRA CHILDE</u><br>Pioneiro 16                      | 2º Sgt. Cap. <u>JESSE MARQUES</u><br>Pioneiro 17                                    | 1º Sgt. Art. <u>DECIU FERREIRA NUNES</u><br>Pioneiro 18                             | 2º Sgt. Cav. <u>ALBERTO ANDRE</u><br>Pioneiro 19                                    | 2º Sgt. Inf. <u>GASTÃO MAYER DE OLIVEIRA</u><br>Pioneiro 20                         |

## Galeria dos “Pioneiros Paraquedistas”

47 Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro que realizaram o Curso Básico Paraquedista do US Army em Fort Benning, EUA, entre os anos de 1944 e 1948




### 1946 – 2ª Turma (2 a 24 JAN) – The Airborne School



2º Ten Inf EDGAR FERREIRO ABEYLA  
Pioneiro 31



2º Sgt Inf GERALDO BACHEDO  
Pioneiro 22



3º Sgt Cmg JOÃO GONÇALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR  
Pioneiro 23

### 1946 – 3ª Turma (18 FEV a 14 MAR) – The Airborne School

#### Oficiais



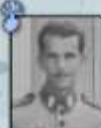
Cap Art GILDO WALTER WATZ  
Pioneiro 24



Cap Inf NEWTON LERIO TAVARES  
Pioneiro 25  
(Veterano da FEB)



6º Ten Inf ALBERTO MARTINS DE MACAÍNAS  
Pioneiro 26



1º Ten Art OLÍMPIO BRAGA DÍAS GOMES  
Pioneiro 27



2º Ten Inf ALBERTO AZEVEDO DA ROCHA PARANHOS  
Pioneiro 28



3º Ten Cmg ROBERTO AZEVEDO DA ROCHA FERNANDES  
Pioneiro 29



2º Ten Art EDSON MELLOES SALL  
Pioneiro 30



3º Ten Inf ADIL DE VASCONCELOS SAMPAIO  
Pioneiro 31



2º Ten Inf AYLTON MAM  
Pioneiro 32



2º Ten Art RÍLIO RUBENS VALDEBELLO  
Pioneiro 33

#### Sargentos



2º Sgt Cap TELMO CAVALCANTE SPRINGER  
Pioneiro 34



2º Sgt Art GERALDO CARNEIRO DO NASCIMENTO  
Pioneiro 35

## Galeria dos “Pioneiros Paraquedistas”

47 Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro que realizaram o Curso Básico Paraquedista do US Army em Fort Benning, EUA, entre os anos de 1944 e 1948

### 1948 – 4ª Turma (14 JAN a 24 FEV) – The Infantry School

**Oficiais**



Cap Inf LEONILAS DE SALES FREIRE  
Pioneiro 24  
(Veterano da FEB)



1º Ten Eng MELROS ALBERTO MOORE  
Pioneiro 27

### 1948 – 3 FEV a 9 MAR – The Infantry School

**Oficial**



1º Ten Inf JOSÉ WADRI CLIFF  
Pioneiro 28  
(Veterano da FEB)

### 1948 – 5ª Turma (26 ABR a 27 MAIO) – The Infantry School

**Sargentos**



2º Sgt Art DAVID DE ARAÚJO LIMA  
Pioneiro 29



2º Sgt Art SILVIO DE LIMA BASTOS  
Pioneiro 40



2º Sgt Art OCTAVIO DE BARROS SOUTER E MELLO  
Pioneiro 41



2º Sgt Inf LUIZ DE ARAÚJO WUNES  
Pioneiro 42

### 1948 – 6ª Turma (10 MAIO a 11 JUN) – The Infantry School

**Sargentos**



2º Sgt Inf DANCY MADRILL  
Pioneiro 43



2º Sgt Cav CASEMIRO STEFANINI  
Pioneiro 44



1º Sgt Inf GLAUCO PRESTES DE ARAÚJO  
Pioneiro 45



1º Sgt Art FRANCISCO DE PAIVA COSTA  
Pioneiro 46



2º Sgt Cav DELSO CORRÊA SANTOS  
Pioneiro 47





## FONTES

BRASIL. Arquivo Nacional. Acervo Digital. Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Acervo pessoal do Gen Roberto De Pessôa. Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Acervo Histórico da Brigada de Infantaria Pára-quedista. Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. Acervo Histórico da Base Aérea do Galeão. Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. Acervo Histórico do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC). Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. Museu Aeroespacial. Acervo do Acervo do Instituto Histórico-

Cultural da Aeronáutica. Rio de Janeiro, 2025.

## BIBLIOGRAFIA

CASALI, Cláudio Tavares; GONÇALVES, Domingos Ferreira. *Brigada de Infantaria Paraquedista: Memória Histórica*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2024.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A artilharia brasileira e a defesa de Fernando de Noronha durante a 2ª Guerra Mundial. *Tiempo y Espacio* [online]. 2017, v.27, n.67 [citado 2025-10-19], pp.21-43. Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1315-94962017000100002&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962017000100002&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 1315-9496.

HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. *Tomos de I a VIII*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

LOUREIRO, Antônio Carlos Lobo. *Biografia do Gen Pqdt Roberto de Pessôa*. Rio de Janeiro: Editora Teatral, 2003.



MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias*, 2v. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/Biblioteca do Exército, 1969.

MOREMAN, Tim et al. *Airborne: World War II Paratroopers in combat*. London: Osprey Publishing, 2007.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Guerreiros da Província*. A jornada épica da Força Expedicionária Brasileira. Rio de Janeiro: Insight Books, 2024.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece profundamente o inestimável apoio de vários historiadores, pesquisadores e/ou entusiastas da História Militar Terrestre, da FAB, da FEB e da

Tropa Paraquedista. Dentre outros:

- Gen Ex Kleber Nunes de **Vasconcellos**, Comandante Militar do Leste, Pqdt 42.672 (86/1);
- Cel Art **Mauro** José de Almeida Júnior, Pqdt 71.583 (05/2);
- Cel QMB Rfm **Paulo Emílio** Pereira da Silva, Pqdt 32.806 (79/3);
- Cel Art R/1 Antonio Carlos **Lobo Loureiro**, Pqdt 35.817 (81/1);
- Cel Inf R/1 Antônio Carlos **De Pessôa**, Pqdt 40.882 (85/1);
- Cel Inf R/1 Cláudio Tavares **Casali**, Pqdt 46.363 (88/1);
- Cel Art R/1 Carlos Roberto Carvalho **Daróz**;
- Ten Cel Art R/1 Durval **Lourenço** Pereira; e
- Cap QAO Rfm Domingos Ferreira **Gonçalves**, Pqdt 2.696 (56/8).

## NOTAS

<sup>1</sup> Designação histórica atribuída aos 47 oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro enviados aos Estados Unidos

entre 1944 e 1948 para realizar o curso básico paraquedista em Fort Benning, Georgia.



<sup>2</sup> Alguns conceitos iniciais de emprego de tropas paraquedistas e algumas iniciativas remontam à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e ganharam impulso no período entre guerras. Destacam-se as manobras realizadas pelo Exército Russo, em 1935, na região de Kiev, nas quais foram efetuados lançamentos de grandes efetivos. Os ensinamentos extraídos dessas experiências foram posteriormente aproveitados pelos alemães na criação de tropas dessa natureza (*Fallschirmjäger*), no âmbito da Força Aérea (*Luftwaffe*). Coube à Alemanha a primazia do emprego em combate de tropas paraquedistas durante a Segunda Guerra Mundial, em operações realizadas contra a Noruega, Dinamarca e Bélgica, em 1940, e contra a ilha de Creta, em 1941. Os Aliados, por sua vez — especialmente britânicos e norte-americanos —, valeram-se das experiências alemãs e desenvolveram suas tropas aeroterrestres com doutrina própria e aperfeiçoada, empregando-as em diversas operações ao longo do conflito, como a *Overlord* (Dia “D”), na França, e a *Market Garden*, na Holanda, ambas em 1944.

<sup>3</sup> A recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB), por exemplo, teve acesso a modernas aeronaves de caça e de transporte, entre as quais o versátil Douglas C-47 *Skytrain*, aeronave padrão

utilizada para o lançamento das tropas paraquedistas aliadas.

<sup>4</sup> Em 1936, o então 1º Tenente De Pessôa realizou um curso de piloto de planadores da Força Aérea Alemã, em paralelo à sua participação em um Congresso de Educação Física por ocasião das Olimpíadas de Berlim. Nessa oportunidade, o 1º Tenente De Pessôa visitou unidades de tropas paraquedistas alemãs, ficando profundamente impressionado e entusiasmado com o que presenciou.

<sup>5</sup> O *Basic Parachute Course* era dividido em quatro fases semanais bem definidas, denominadas Estágios: “A” *Stage* (treinamento físico), “B” e “C” *Stage* (treinamento físico e técnico) e “D” *Stage* (realização de cinco saltos de qualificação). Esse modelo de formação por estágios viria, mais tarde, a influenciar a adoção da denominação “Área de Estágios” na futura Escola de Paraquedistas.

<sup>6</sup> É interessante observar o vínculo existente entre a Educação Física e os Pioneiros Paraquedistas. Em 1944, o Capitão Airton Salgueiro de Freitas, chefe do Departamento de Educação Física da Escola Militar do Realengo, aplicou um primeiro teste com cadetes voluntários ao paraquedismo, caso visse a ser realizado um curso





ministrado por Charles Astor, instrutor de paraquedismo do Aeroclube de São Paulo, ou em *Fort Benning* — o que, entretanto, não se concretizou. À época, filmes de propaganda da Segunda Guerra Mundial exaltavam o heroísmo dos paraquedistas, exercendo forte influência sobre os cadetes. Em 1945, durante o processo de seleção e treinamento conduzido na EsEFEx, muitos dos pioneiros já possuíam histórico como atletas desde os tempos escolares. Alguns, inclusive, eram detentores do Curso de Instrutor (para oficiais) ou do Curso de Monitor (para Sargentos) de Educação Física da EsEFEx, enquanto outros realizariam tais cursos posteriormente, ao longo da carreira.

<sup>7</sup>A primeira turma de pioneiros foi recepcionada ainda no aeroporto de *Fort Benning* pelo Major Vernon Walters, por ocasião de sua chegada, no final de novembro de 1945. O Major Walters havia atuado como Oficial de Ligação (O Lig) entre o Comando do V Exército norte-americano (Gen Mark Clark) e o Comando da Força Expedicionária Brasileira (Gen Mascarenhas de Moraes) nos anos de 1944 e 1945.

<sup>8</sup> Dobragem, Manutenção de Paraquedistas e Suprimento pelo Ar.

<sup>9</sup> Esse curso não tinha por finalidade a formação de pilotos de planadores,

mas sim a capacitação dos militares para operar em Unidades Planadoristas, que empregavam esse meio como vetor de infiltração — rebocados por aeronaves de transporte — a fim de atingir as linhas inimigas.

<sup>10</sup> Por decisão do EME, o anteprojeto apresentado pelo Capitão De Pessoa foi alterado, acrescentando-se um parágrafo relativo ao comando da Escola, a ser exercido por um oficial superior do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), preferencialmente paraquedista. O Coronel Penha Brasil assumiu o comando do Nu Frm Trn Pqdt em 7 de março de 1946, enquanto os pioneiros das três primeiras turmas ainda estavam nos EUA.

<sup>11</sup> O segundo PC da FEB foi instalado na Rua São Francisco Xavier, 409, Tijuca, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, em 5 de outubro de 1944, a FAB criou suas duas primeiras Unidades Aéreas de Transporte: o 1º e o 2º Grupo de Transporte (GT), equipados com aeronaves C-47, recebidas a partir de 1945. Ambas as Unidades — especialmente o 2º GT, sediado no Campo dos Afonsos — participaram ativamente dos primórdios do paraquedismo militar do Exército. Em relação ao emprego de planadores, a FAB nunca adotou



unidades operacionais dessa natureza em sua história.

<sup>13</sup> A região passou a ser conhecida como “Colina Longa Paraquedista”, como forma de diferenciar a tropa paraquedista da vizinha “não paraquedista”, também chamada de “pé-preto”, em virtude da diferença na coloração do coturno: preto, de couro, padrão do Exército; e marrom, conhecido como “boot”, adotado exclusivamente pela tropa paraquedista por sugestão dos pioneiros, à semelhança do utilizado pelos paraquedistas norte-americanos.

<sup>14</sup> O curso básico realizado em 1948 diferia um pouco daquele ministrado nos anos anteriores. A primeira semana do curso, de um total de cinco, destinava-se à capacitação para operações com planadores, antecedendo a formação paraquedista propriamente dita de quatro semanas. À época, o *Glider Training*, como curso isolado, frequentado pelos pioneiros de 1945 e 1946, já havia sido descontinuado pelo Exército dos Estados Unidos.

<sup>15</sup> Do Capitão De Pessoa à última turma de 1948, os cursos realizados nos Estados Unidos pelos militares brasileiros, entre 1944 e 1948, foram em classes mistas, integrando alunos brasileiros, norte-americanos e de outras nações.

<sup>16</sup> Todos os militares que realizam o Curso Básico Paraquedista no Exército Brasileiro possuem um “número de paraquedista”. Essa relação tem início com o número 01, atribuído ao então Capitão De Pessoa, Pioneiro 01. Os 47 primeiros números correspondem aos Pioneiros Paraquedistas brevetados em *Fort Benning* entre 1944 e 1948. A partir do número 48 (inclusive), iniciou-se a numeração dos paraquedistas formados no Brasil, com o 1º Curso Básico Paraquedista (49/1). Atualmente (2025), há mais de 100 mil paraquedistas formados pelo Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, contemplando militares do Exército, Marinha, Força Área, Forças Auxiliares e de Nações Amigas. A relação completa desses militares integra o “Almanaque Paraquedista”, também conhecido como “Almanaque PQD”.

<sup>17</sup> Major de infantaria Henrique Cordeiro Oest.

<sup>18</sup> O Tenente Curi era um dos cadetes de Realengo entusiasmados com a atividade de paraquedismo. Sua participação na FEB e o regresso em setembro de 1945, aliado ao desconhecimento do processo seletivo dos primeiros voluntários em curso, impossibilitaram que se oferecesse para o primeiro grupo — turmas de 1945 e 1946.



<sup>19</sup> Os postos e graduações mencionados referem-se à época da realização do curso básico paraquedista.

<sup>20</sup> A OM citada refere-se àquela de embarque para a Itália.

<sup>21</sup> O 2º Sargento Nestor foi promovido ao posto de 2º Tenente por bravura durante as ações do 11º Regimento de Infantaria na Batalha de Montese. Na ocasião, assumiu o comando de sua fração após a morte de seu comandante de pelotão. Foi ferido em combate. Por suas ações, foi agraciado com a Cruz de Combate de 1ª Classe, a Medalha de Campanha, a Medalha de Guerra e a Medalha Sangue do Brasil, além de receber diversos elogios de seus superiores. Em 1949, concluiu o Curso de Oficiais da Reserva na Escola Militar de Resende. Posteriormente, serviu por sete anos na tropa paraquedista, sendo agraciado com a Medalha Mérito Aeroterrestre com passador de

prata. O Tenente-Coronel Nestor é o único “febiano paraquedista” vivo, tendo completado 108 anos em 13 de julho de 2025.

<sup>22</sup> O título de “Águia Uno” é a designação honorífica conferida aos comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista. Cada novo comandante recebe um número de ordem, integrando o chamado “Clã dos Águias Unos”.

<sup>23</sup> O nome do morro foi dado em homenagem ao historiador cearense João Capistrano Honório de Abreu, radicado no Rio de Janeiro e falecido em 1927.

<sup>24</sup> Até a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro permanecia organizado e equipado segundo os preceitos doutrinários da Missão Militar Francesa, fundamentados em atitudes eminentemente defensivas, já totalmente obsoletas e inadequadas ao combate moderno da época.



**“Grandes atletas e  
soldados estupendos”:  
O Clube de Regatas Vasco da Gama  
e a Segunda Guerra Mundial**

Wagner Alcides de Souza

# **“Grandes atletas e soldados estupendos”: O Clube de Regatas Vasco da Gama e a Segunda Guerra Mundial**

O objetivo do presente trabalho é de apresentar como ocorreu a relação entre a Força Expedicionária Brasileira e o Clube de Regatas Vasco da Gama, no contexto da preparação das tropas para combater o nazifascismo no *front* da Itália.

Futebol é um tema não recorrente na história militar, na realidade, parece um “estranho no ninho” no que concerne a esse campo historiográfico. Contudo, desde sua origem, há fortes ligações entre esse esporte e a guerra.

Existem debates relacionados sobre os quais foram as origens do futebol, com referências de uma prática esportiva na China ou na Itália que poderiam ser identificadas como um pré-futebol, mas há uma tradição em ver

no país que sistematizou suas regras no século XIX a possibilidade mais provável de sua origem.

Isso decorre devido ao fato de, na Inglaterra, ter surgido uma espécie de pré-futebol, oriundo do meio militar, que teve como origem uma batalha na qual os ingleses venceram, ou os romanos, ou os dinamarqueses, quando de uma invasão da Inglaterra, tendo o general, ou o príncipe vencido, sua cabeça cortada, e a mesma chutada pela tropa inglesa<sup>1</sup>.

Desse acontecimento surgiu o *mobfootball*, ou futebol das multidões, onde cidades inteiras disputavam umas contra as outras, em uma espécie de vale tudo que normalmente levava à destruição de tudo que havia pela frente. Era de tal forma violento que levou o



então rei da Inglaterra Eduardo II a proibir sua prática, em 1314, tendo determinado em decreto:

As the reis great noise in the city caused by hustling over large footballs in the Field soft He public from which man ye vils might arise which God forbid: we command and forbid on be half of the king, on pain of imprisonment, such game to be used in the city in the future.<sup>2</sup>

Diversas outras regulamentações surgiram na Inglaterra e na França, posteriormente<sup>3</sup>, proibindo sua prática, até chegarmos ao século XIX, quando ocorreu na Grã-Bretanha a sistematização das regras do esporte, e, posteriormente, sua popularização, tendo uma perspectiva civilizatória e de “conexão com a ascensão social e as necessidades de lazer dos grupos urbanos” (Elias, 2022, p. 155).

É importante salientar e compreender a relação existente da perspectiva militar que ficou

inserida no futebol, sendo tal identificação inscrita no simbolismo do uso de palavras, em inglês e em português, que, presentes no meio militar, foram e são utilizadas para exemplificar a realidade presente no campo de jogo ou de competições de futebol, constituindo uma transposição do *campus* militar para explicar outra perspectiva profissional, ligada ao *campus* do esporte.

Dessa maneira, o termo gol – em inglês *goal* (meta, objetivo) – rendeu em português os seguintes sinônimos, dos antigos locutores de rádio: baluarte, cidadela, bastião. Lugar de defesa, portanto. Daí temos o goleiro (em inglês, *goalkeeper*), ou seja, em tradução literal, o guardião do objetivo, e que gerou os sinônimos, guarda valas, guardião ou sentinela, uma referência, portanto, aos soldados e à defesa das trincheiras.

A dupla de defesa conhecida como zaga tem sua origem no termo militar que significa a



última fileira da tropa<sup>4</sup> (Albuquerque, 1911). O jogador que faz mais gols é conhecido como o “artilheiro” da equipe, ou de um campeonato, referenciando ao militar da arma de artilharia. Até os anos noventa do século XX, o meio-campo que se aproximava do gol adversário era chamado de “ponta de lança”, porque assim, como a lança da cavalaria, “esperava” e liquidava o adversário.

Ainda nessa apropriação de palavras, temos o termo esquadrão<sup>5</sup>, utilizado como sinônimo de time e que remete à fração elementar da Cavalaria. Assinalamos, ainda, que, o representante das equipes junto à arbitragem é chamado de capitão da equipe, uma analogia do oficial comandante da subunidade<sup>6</sup>.

Assim, como o campeonato ou ser campeão se origina da Idade Média, onde este era o vencedor dos torneios de cavalaria<sup>7</sup>, era de tal importância que alguns senhores formavam equipes com os melhores cavaleiros para

participarem em seu nome dos torneios.<sup>8</sup>

A noção de que o campo de futebol era, simbolicamente, um campo de guerra, está presente, por exemplo, no primeiro hino do Vasco, o *Hino Triunfal do Club de Regatas Vasco da Gama - O Can-gloroso*, no qual fica explícita essa identificação em uma de suas estrofes:

Quando o “Vasco”, em qual-  
quer desafio,  
Lança em campo o seu grito de  
guerra,  
Invencível, nervoso arrepio,  
Faz tremer o rival e o a terra!

Dessa forma, a interação simbólica entre os militares e o meio esportivo, em especial o do futebol, era um fator que facilitava uma relação mais objetiva.

Com relação ao Brasil, o futebol chegou no país no final do século XIX. Apesar de diversos relatos da prática esportiva por marinheiros ingleses ou por padres estabelecidos em Nova Friburgo



(Silva, 2006), temos como data oficial da chegada do futebol ao Brasil quando Charles Müller retornou da Europa, onde estudara, trazendo bolas, pois teve contato com o esporte, quando do seu estudo universitário.

Dáí em diante, temos uma dinâmica de popularização do esporte, que passou, da esfera das elites aristocráticas, que desejavam dar uma melhor formação social pela prática, para as camadas mais populares, que viam no mesmo uma forma de melhoria das condições sociais de vida (Peireira, 2000).

O cronista João do Rio, em texto publicado no jornal *O Paiz*, em 16 de maio de 1916, mostra como o futebol se tornou um fato relevante no meio carioca, quando, ao ir a um jogo, relatou que: “não há de fato uma coisa

mais séria para o carioca: - O football!” (Sussekind, 1996, p.14)

O campeonato Sul-Americano de 1919, que seria disputado em 1918, mas foi adiado devido ao surto de gripe espanhola, foi um demonstrativo do interesse cada vez maior pelo futebol.

Para tal, foi construído o estádio das Laranjeiras, campo do Fluminense, então o maior clube de futebol do Brasil. A vitória obtida pelo Brasil sobre o Uruguai, sobre o Uruguai, na final, teve uma repercussão tão grande que, inclusive, resultou na composição de um choro por Pixinguinha, comemorando o triunfo, que tem por nome o resultado da partida, 1 x 0<sup>1</sup>.

Essa maior popularidade do esporte e sua perspectiva de meio transformador da realidade social de seus jogadores ficou

---

<sup>1</sup> Pixinguinha compôs o famoso choro *Um a Zero*, em homenagem à vitória da Seleção Brasileira, na final do Campeonato Sul-Americano (atual Copa América) de 1919, contra o Uruguai. O gol

da vitória, marcado por Arthur Friedenreich, aconteceu no campo do Fluminense Football Club. O nome da música faz referência direta ao placar final do jogo.





explicitada quando da chegada do Vasco da Gama na primeira divisão do Campeonato Carioca e a conquista do mesmo em 1923.

Na ocasião, o clube possuía a maior torcida do Rio de Janeiro, em especial devido à colônia portuguesa que ele representava. (Rodrigues Filho, 1964), mas também por ter jogadores negros e brancos analfabetos, que o identificava com boa parte dos cariocas, enchendo de público seus jogos. Tal fato levou a uma cisão dos clubes do Rio de Janeiro, em 1924, levando a competição de dois torneios simultâneos, por ligas diferentes.

Mas, a demonstração da popularidade do futebol, veio em 1927, com a construção de São Januário, o maior estádio da América do Sul, que cristaliza não só a força do Vasco, que fora excluído da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA) por seus atletas e por não possuir um estádio, mas também do impacto social do futebol que em apenas

trinta anos se tornou um fator de extrema importância no Brasil.

Lembrando também que nos primórdios do futebol, prática estava ligada à melhoria social e de desenvolvimento da aptidão física (Pereira, 2000), assim como, no meio militar, onde a questão da educação física passa a ter cada vez maior importância para o desenvolvimento de um Exército melhor capacitado para a guerra moderna que se apresentava (Cancelli, 2014). Tendo sido consubstanciada, essa necessidade, com a adoção do “regulamento de instrução militar” de 1921 (Parada, 2006), não é de se estranhar essa simbiose simbólica entre o futebol e a instituição militar.<sup>9</sup>

Um demonstrativo da interação entre militares e o futebol se dá, por exemplo, com o São Cristóvão F.R., que foi campeão carioca de 1926, e que, devido contar em seu elenco em diversos campeonatos com a presença de



jogadores oriundos da Escola Militar, era chamado de clube cadete<sup>10</sup>.

Portanto, o estreitamento de relacionamento entre o C.R. Vasco da Gama e o Exército, particularmente o uso de seu estádio de São Januário, que, entre 1927 e 1940, era o maior do Brasil, fazia parte de uma junção de significados que facilitavam sua razão de ser. Dessa forma temos, por exemplo, o Tiro de Guerra que foi criado em 19 de outubro de 1928, o Tiro de Guerra 307, que formava soldados no intuito de possibilitar que o convocado conciliasse a instrução militar com trabalho e estudo, tendo recebido cerca de 10 mil reservistas e “prossequindo na missão de civismo que lhe está confiada”, e promovendo o juramento à bandeira no campo do Vasco. A Escola de Instrução Militar foi extinta em 1945.

Somado a isso temos, ainda, a perspectiva de uma política de valorização da nacionalidade desenvolvida pelo governo Vargas,

especialmente quando do Estado Novo (1937-1945), o que levou a prática do uso de São Januário como espaço mais adequado para apresentações públicas do presidente e de ações do Estado, em decorrência do gigantismo que apresentava e representava no Rio de Janeiro, então capital da República.

Nesse sentido, temos São Januário como espaço de memória e cultura política possuindo um papel que vai além do que apenas uma arena esportiva, também configurando um importante papel na conformação da cultura política brasileira, sendo palco de manifestações, eventos cívicos e promulgação de direitos trabalhistas pelo presidente Getúlio Vargas (mas não somente ele) durante as décadas de 1940-1950. Uma verdadeira ritualização do poder.

Dessa forma São Januário se encaixa com a afirmação de Pierre Nora



São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se imaginação o investe de uma aura simbólica (Nora, 1993, p. 21).

O estádio do Vasco assume um papel material por ocupar um lugar em outro espaço geográfica repleto de prédios e lugares de memória que é a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, um fragmento de uma memória coletiva em uma imensa teia de lembranças e significados.

Um valor simbólico por representar diversas perspectivas de memória em si. Para os portugueses que o ergueram é uma representação do valor de sua luta por afirmação social, que, de tal forma impactou a sociedade portuguesa, o campeonato de 1923 é citado em livros de história de Portugal como feito nacional (Saraiva, 1998).

Assim como de afirmação da luta contra o racismo com a memorização da posição do Vasco, as exigências da AMEA para o afastamento de seus atletas negros e brancos analfabetos, que levou a chamada “Resposta Histórica”, em 7 de abril de 1924, onde posteriormente, como consequência das ameaças da AMEA, São Januário foi construído<sup>11</sup>.

E o terceiro aspecto, o funcional, está presente no cotidiano da cidade com a utilização do espaço como estádio de futebol, razão de ser do mesmo e de visitação turística, retroalimentando o uso simbólico do espaço, que vai paulatinamente ganhando ressignificados.

O Brasil após a Revolução de 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder esteve sob um regime autoritário, em especial após o golpe de novembro de 1937 dessa forma Vargas buscou promover uma política de valorização do nacionalismo e de modernização do país viabilizando



um desenvolvimento industrial e ao mesmo tempo de proteção para as massas trabalhadoras necessárias para a sua aplicação.

Dessa forma, mesmo flertando com o nazismo devido a sua característica autoritária que se apresentava mais próximo da realidade vivida no Brasil, buscou uma política de equilíbrio entre os Estados Unidos e a Alemanha, para conseguir uma melhor posição para a sua política industrial.

Porém, após os episódios do afundamento dos navios brasileiros, não foi possível manter a neutralidade, ocorrendo, dessa forma, a declaração de guerra em 1942 contra a Alemanha e a Itália (McCann, 1982). Em consequência do estado de guerra e dos acordos firmados com os Estados Unidos, temos a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o incremento dessa relação entre o Exército e o uso do estádio do Vasco da Gama, onde São Januário também se mostra importante para o esforço de guerra

empreendido pelo Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A partir da entrada do Brasil na guerra, tornou-se comum os clubes esportivos aderirem ao esforço de guerra, e o Vasco da Gama, até mesmo pela sua representatividade e simbolismo político, não ficaria de fora. Para além do fornecimento de soldados para a FEB por meio do Tiro de Guerra, outras ações merecem destaque, como a organização, logo após o torpedeamento dos navios brasileiros, de uma partida entre a “seleção brasileira” e o apanhado platino. A partida ocorreu no dia 9 de setembro de 1942.

Foi uma adesão do mundo esportivo à campanha empreendida pela esposa do embaixador Oswaldo Aranha, a fim de arrecadar fundos para as famílias das vítimas dos afundamentos. O placar foi adverso para a “seleção brasileira” que perdeu por 3 x 1 para o apanhado platino, que tinha atletas do Uruguai e da Argentina.



Além dos jogos em beneficentes, São Januário recebeu um posto da Cruz Vermelha, e, em dezembro de 1942, realizou a doação de um avião para treinamento dos aviadores brasileiros. Contudo, não era a primeira vez que tal doação ocorria. Nos primeiros meses de 1942 o Vasco teve papel destacado na campanha pró avião “Pax”, que, liderada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), visava angariar recursos para a doação de uma aeronave à recém criada Força Aérea Brasileira. Na campanha de dezembro, porém, a CBD estava fora, tendo ocorrido uma ação dos torcedores e associados do clube que promoveram a subscrição e entregaram o avião de treinamento “Almirante Vasco da Gama”.

Para demonstrar a importância do ato foi distribuído um distintivo da campanha e a cerimônia da entrega do avião foi realizada em São Januário, na preliminar da final do Campeonato Brasileiro de seleções, disputado pelo

então Distrito Federal e São Paulo. No ato da entrega do aparelho esteve presente o Dr. Pedro Calmon, que recebeu o avião em nome do ministro da Aeronáutica, e o Sr. Joaquim Fagundes Leal, representando o Vasco e que realizou o batismo.

No dia 14 de maio de 1944, ocorreu no campo do Vasco uma partida amistosa entre as seleções do Brasil e do Uruguai, então campeão sul-americano, que terminou com o placar de 6 x 1 para o Brasil.

Contudo a matéria do jornal *O Globo Sportivo*, na qual esta foto está inserida, resume bem o espírito daquele tempo e o objetivo dessa apresentação. Dizia assim a reportagem:

A maior vitória. Ainda que aos nossos sentimentos de brasileiros os 6 x 1 contra os campeões sul-americanos tenham representado muito, não se traduziu no placar o sentido maior da festa em homenagem às Forças Expedicionárias. Nesta hora em que está em



jogo a liberdade do mundo, uma manifestação tão eloquente de solidariedade continental como a que acabam de dar Uruguai e Brasil, significa algo mais do que a linguagem do “score”. A competição esportiva foi o pretexto para essa festa de confraternização e identificação de ideais e o aspecto acima do estádio de São Januário – os jogadores formando um círculo olímpico e ao fundo os soldados da FEB – simbolizam o espírito do certame.

Com a ida da FEB para a Itália temos ainda a presença de atletas vascaínos na guerra, conforme demonstrado pelos jornais daquela época e igualmente nos documentos presentes nos arquivos do Centro de Memória do clube. Dessa forma temos as seguintes presenças:

Seguindo com o primeiro escalão para a Itália foram dois atletas, o primeiro foi Orlando Anciães, cabo, jogador da equipe de amadores do Basquete. Conseguimos saber um pouco sobre ele nos arquivos do Centro de

Memória do Vasco, nas correspondências trocadas com familiares, que eram publicados no *Globo Expedicionário* e na folha de alterações militares sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Orlando era datilógrafo e trabalhou no Quartel-General da FEB, junto ao general Mascarenhas de Moraes.

O segundo atleta foi Humberto David, também jogador de basquete, mais conhecido como “Pinguim”. Era sócio do clube desde abril de 1928, e foi o primeiro soldado brasileiro a ser entrevistado quando do desembarque em Nápoles. Ficou encarregado da correspondência oficial e recebeu elogios do Marechal Mascarenhas de Moraes pelo seu desembarço nas funções e possivelmente por esse motivo, foi promovido a terceiro sargento ainda na Itália. “Pinguim” enviava postais ao clube e, na data do aniversário do clube, em 21 de agosto de 1944, enviou de Roma um postal com a seguinte mensagem “O



velho e glorioso 'Almirante' nem na linha de frente é esquecido".

Tivemos ainda outros atletas do Vasco na Itália, totalizando em cinco jogadores de Basquete do Vasco que ingressaram nas fileiras da Força Expedicionária Brasileira. A Diretoria do Vasco fazia questão de enviar mensagens aos seus atletas e também aos sócios que estavam no *front*.

Um exemplo é o agradecimento enviado à diretoria do clube por Rubens Silva Vianna, sócio mencionando o recebimento do cartão de Natal e Ano Novo em fevereiro de 1945, e agradecendo pelo recebimento das notícias sobre o Vasco.

Com relação à homenagem do Vasco aos febianos, temos, em 22 de abril de 1945, pouco antes de uma partida do "Torneio Início" em São Januário, o campo do Vasco sendo palco de um desfile que emocionou os presentes: em carros abertos os soldados feridos na guerra, que estavam em

tratamento no HCE, saem pela primeira vez em público.

Tal homenagem, com enorme carga de simbolismo (daqui partiram e para cá retornaram), demonstra a importância do Clube de Regatas Vasco da Gama não somente no que concerne à questão desportiva, mas como se deu seu grande apoio à formação militar, e em especial, quando do esforço de guerra do Brasil para o envio de tropas brasileiras para a Europa, o que manifesta de como a história do clube está diretamente ligada a história do Brasil.

Dessa forma, diante do simbolismo a que normalmente são identificados com São Januário, temos a presença de mais um que ainda não foi devidamente estudado e explorado, o de espaço de formação militar e de oposição ao nazifascismo com o apoio ao Brasil e, em especial, do Exército, tanto no que concerne seu uso como espaço de concentração de tropas expedicionárias, assim como o de homenagens,



solidariedade e de angariar recursos econômicos e materiais para sua ação na Europa.

Portanto, para finalizar, temos uma exibição dos diversos aspectos, documentos e formas de análise da história militar que se encontram ainda totalmente inexplorados, representando um rico e vasto campo a ser estudado por pesquisadores que venham a se dispor a valorizar, com essa nova abordagem, o estudo da história militar.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Caetano M. *Dicionário técnico militar de terra*. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911.

BRASIL. *Glossário das Forças Armadas – MD 35 - G01*. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

CANCELLA, Karina Barbosa. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República*: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais

(1890-1922). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

DUBY, Georges. *Guilherme o Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. 1987. Reimpressão, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

ELIAS, Norbert. Fragmentos sobre esportização. In. ELIAS, Norbert. *Processos de excitação*: trabalhos não publicados de Norbert Elias sobre esporte, lazer, corpo, cultura. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

MALHANO, Clara; MALHANO, Hamilton Botelho. *Memória social dos esportes*: São Januário – Arquitetura e história. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002.

McCANN, Frank D. *A nação armada*: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Editora Guararapes, 1982.

MÉRCIO, Roberto. *A História dos Campeonatos Cariocas de futebol*. Rio de Janeiro: Editora Studio Alfa, 1985.





NAPOLEÃO, Antônio Carlos. História das ligas e federações do Rio de Janeiro. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Ricardo Pinto (Orgs.). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

PARADA, Maurício. Corpos físicos como corpos cívicos: Práticas desportivas e educação física no Brasil sob o Estado Novo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Ricardo Pinto (Orgs.). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footbalmania: uma*

história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Edições Europa América, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Futebol: uma paixão coletiva. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Ricardo Pinto (Orgs.). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006.

SUSSEKIND, Hélio Carlos. *Futebol em dois tempos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Prefeitura, 1996.

## NOTAS

<sup>1</sup> “It was explicitly violent and played between villages, at the time of celebration and festivity. In fact, it was so violent that people living near by would barricade their Windows during matches. Both “teams” tried to force a

ball in to the center square of the enemy village or they might have played across diferente parts of town, again centered at a Market place or a towns quare. There are many theories as to how exactly mobfootball came



*about. Some of the earlier versions, like Shrovetide football, had vague rules restricting only murder or manslaughter. Legends (from Derby) preach that the game originated in Britain around 3rd century as a celebration over the defeated Romans. Others (Kingston-on-Thames and Chester) claim that the game was originally played with the severed head of a vanquished Danish prince".* Disponível em: <https://www.sarahwoodbury.com/mob-ball/>. Acesso em 13 jun. 2024.

<sup>2</sup> "Como há grande barulho na cidade causado pela disputa de grandes bolas de futebol nos campos públicos, do qual podem surgir muitos males que Deus nos livre: ordenamos e proibimos, em nome do rei, sob pena de prisão, que tal jogo seja praticado na cidade no futuro" (Tradução nossa). Disponível em: <https://www.historyhit.com/why-was-medieval-football-banned/>. Acesso em 5 out. 2025.

<sup>3</sup> Conforme é apresentado por Matt Lewis. Disponível em: <https://www.historyhit.com/why-was-medieval-football-banned/>. Acesso em 26 set. 2025.

<sup>4</sup> Obra editada em Lisboa pelo coronel de engenharia do Exército Brasileiro Caetano M. de F. Albuquerque

<sup>5</sup> Como exemplo desse uso, como sinônimo, há a presença do termo esquadrão no hino do Esporte Clube Bahia.

<sup>6</sup> No Glossário das Forças Armadas temos a seguinte definição: Grupamento de elementos combatentes ou de serviços, de valor companhia, esquadrão, bateria, esquadrilha. Ver Brasil, 2015, p. 261.

<sup>7</sup> Conforme o Dicionário Michaelis, encontramos a seguinte definição do termo: Cavaleiro que combatia em campo fechado, nas liças e torneios, em defesa de uma causa ou da honra de alguém. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/campeao>. Acesso em 5 out. 2025.

<sup>8</sup> Georges Duby apresenta que tais torneios atraíam multidões e que as equipes de cavaleiros eram formadas por grandes senhores e eram o equivalente "as seleções nacionais de nossos dias" (Duby, 1995, p. 128-132).

<sup>9</sup> O Vasco era muito bem preparado fisicamente quando foi campeão carioca em 1923, pois, segundo Mário Filho, seus jogadores faziam exercícios físicos, em especial o de corrida, enquanto outros clubes não se preocupavam com isso, levando o Vasco a normalmente conseguir vencer os jogos no segundo tempo, virando o



resultado que muitas vezes era adverso (Rodrigues Filho, 1964. p. 122).

<sup>10</sup> Roberto Mércio indica que: “O São Cristóvão passou a ser chamado de clube ‘cadete’ por causa da preferência que os cadetes da Escola Militar do Realengo tinham por ele. Assim, grandes figuras do nosso Exército jogaram pelo São Cristóvão, como os generais Oswaldo Cordeiro de Farias, Zenóbio da Costa, Estillac Leal, Altair de Queiroz, Octávio de Menezes Póvoa (que foi zagueiro do time campeão de 1926), Ademar de Queiroz, Canrobert Pereira da Costa; o marechal Francisco Pereira da Silva Fonseca; e os irmãos Brasil (Ismar e Carlos), da FAB, entre outros (Mércio, 1985, p. 51-52).

<sup>11</sup> A “Resposta Histórica” é o ofício enviado pelo presidente do Vasco, José Augusto Prestes, para o presidente da

AMEA, Arnaldo Guinle, informando que o clube não faria parte da AMEA por não concordar com as exigências da nova liga de futebol que redundaria na exclusão de diversos atletas do clube: “Quanto a condição de eliminarmos doze dos nossos jogadores das nossas equipes, resolveu por unanimidade a Directoria do C.R. Vasco da Gama não a dever aceitar [...]. São esses jogadores jovens, quasi todos brasileiros, no começo de suas carreiras, e o acto publico que os pode macular, nunca será praticado com a solidariedade dos que dirigem a casa que os acolheu, nem sob o pavilhão que elles com tanta galhardia cobriram de glorias. Nesse termo, sentimos ter que comunicar a V. Exa. que desistimos de fazer parte da A.M.E.A” (Napoleão, 2006, p. 98-99).



**José Jerônimo de Mesquita:  
Notas biográficas de um  
jovem herói da FEB (1923-1944)**

Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias

# **José Jerônimo de Mesquita:**

## **Notas biográficas de um jovem herói da FEB**

### **(1923-1944)**

#### **APRESENTAÇÃO**

No contexto das reflexões trazidas pelos 80 anos do término da Segunda Guerra Mundial, o objetivo desse capítulo é abordar a participação de José Jerônimo de Mesquita no mais dramático e mortal conflito da história, destacando aspectos de sua breve trajetória como civil e soldado da Força Expedicionária Brasileira (FEB). José integrou o primeiro escalão a seguir para a Itália, e foi o primeiro oficial brasileiro a tomar *no front* de guerra, em outubro de 1944, aos vinte anos incompletos. Como sabemos, os efeitos da guerra atingem não somente os seus soldados, mas familiares,

amigos, e a sociedade como um todo, atravessando gerações. Também é certo que os estudos biográficos constituem um campo fértil de observação dos impactos da guerra sobre os indivíduos e a sociedade civil, e a participação deles como agentes históricos desses conflitos.

Devo dizer, de antemão, que José Jerônimo, soldado da FEB, é também o meu tio José, irmão de minha mãe, nascido em 22 de novembro de 1923, na cidade de Niterói, primogênito dos nove filhos de Maria Luiza Precht de Mesquita e de José Jerônimo de Mesquita, lembrado como um jovem desportista, estudante de arquitetura brilhante, inquieto, idealista,



“[...] alegre, físico atlético, medindo cerca de 1,88 de altura [...]”<sup>1</sup>. Comecei a ouvir falar de José, ainda criança, e tive meus primeiros contatos com a sua história nas visitas ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, o Monumento dos Pracinhas, inaugurado em agosto de 1960. Também assisti a paradas de 7 de setembro na avenida Presidente Vargas, levada por Telmo, irmão muito próximo de José, e responsável por levar a criançada da família a esse evento. Para nós, era um momento de pura alegria, mas para meu tio, de intensa emoção. Relembro a ordem dada por ele, para que ficássemos de pé em posição de respeito, na passagem dos ex-combatentes, dos veteranos de guerra, muitos mutilados e em cadeiras de rodas, porém orgulhosos de suas medalhas, agradecendo com dignidade os nossos aplausos entusiasmados. Recordo, ainda, o “altazinho cívico-amoroso”, montado por minha avó na sala de visitas, no lugar

mais nobre da casa, com as medalhas de José e um bandeirinha do Brasil.

Essas são as minhas mais remotas lembranças de um tio desconhecido, e de uma guerra que eu ainda não podia compreender. Portanto, ao propor esse artigo sobre a trajetória de José Jerônimo de Mesquita, sou movida tanto pelo afeto, quanto pelo interesse acadêmico de historiadora, por trata-se de uma trajetória singular, cuja abordagem é capaz de iluminar aspectos desconhecidos da sociedade brasileira na Segunda Guerra Mundial e/ou compreendê-los sob um novo ângulo, sob a vivência e sentimentos dos sujeitos que fizeram essa história.

## **BIOGRAFIAS, TRAJETÓRIAS E A NOVA HISTÓRIA MILITAR**

Os estudos biográficos, ou de trajetórias – de acordo com o enfoque sugerido por Pierre Bourdieu<sup>2</sup> – nos permite escrever uma



“história encarnada”, isto é, uma história ancorada na experiência humana coletiva das pessoas comuns e nas indagações do presente, como defendeu Marc Bloch em sua vasta obra, expressada, principalmente, no livro póstumo *Apologia da História ou o ofício de Historiador*<sup>3</sup>. Para Sabina Loriga, a biografia se define “[...] desde a origem, como um gênero híbrido e compósito. [...] Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo - quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo”. Para a autora, “[...] é, portanto, difícil estabelecer regras gerais. [...]”<sup>4</sup>. Entretanto, ao traçarmos uma “biografia das biografias”<sup>5</sup>, isto é, a história da escrita desse gênero literário e historiográfico, vamos notar que a virada epistemológica dos primeiros *Annales*, liderada por Marc Bloch e Lucien Febre, nos anos de 1920, ajudou romper com a tradição biográfica dominante no século XIX,

voltada para a história individual e o culto idealizado dos heróis, dos chamados “grandes homens”. Dessa forma, sob a influência da sociologia de Émile Durkheim, a historiografia relegou ao indivíduo um papel secundário frente às estruturas sociais. Foi preciso algumas gerações dos *Annales* e, sobretudo a aproximação da história com outros campos de investigação, como a antropologia, a filosofia e a psicanálise, para que o sujeito fosse recuperado como protagonista da história.

Assim, a revalorização do gênero biográfico entre historiadores vai decorrer de novas epistemologias a partir dos anos de 1970, como crítica ao estruturalismo e consequente restauração do “papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”.<sup>6</sup>

Como exemplo desse crescente interesse por trajetórias singulares no decorrer das últimas décadas do século XX, cabe destacar a micro história dos italianos Carlo Ginzburg e Giovanni



Levi, definida, em linhas gerais, como uma abordagem micro analítica de casos bem delimitados, cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, trazendo novas questões sobre determinadas épocas<sup>7</sup>. Essa renovação historiográfica, trouxe a vida privada para o centro dos estudos históricos, ampliando a noção de documento, em uma infinidade de novas fontes de pesquisa e, conseqüentemente, a valorização dos arquivos privados, como destaca Ângela de Castro Gomes:

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, [...]<sup>8</sup>

De acordo com essas novas epistemologias, os estudos biográficos também fazem parte dos pressupostos historiográficos da

chamada Nova História Militar que, segundo Ana Beatriz Ramos de Souza, vem trazendo “[...] diferenciados campos de debate e pesquisa e novos objetos voltados para a compreensão das interações entre a sociedade e os militares”.<sup>9</sup> De acordo com Daniel Mata Roque, essa nova perspectiva histórica “[...] afasta-se assim da chamada ‘história-batalha’, descrição de combates e exaltação dos grandes líderes militares, para estudar as instituições militares na paz e na guerra, seu funcionamento e sua interação com o conjunto do país, seus aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos[...]”.<sup>10</sup>

Nessa perspectiva, as histórias de vida são exemplares da historicidade inerente à experiência individual, bem como podem nos “revelar problemas de ordem mais geral, trazendo novas questões sobre determinadas épocas”<sup>11</sup>, como sugere Carlo Ginzburg. Sob esse enfoque, a trajetória de José Jerônimo de Mesquita, bem como dos demais soldados





da FEB, permite articular a experiência singular à ação coletiva, entendendo a mudança de escala da microanálise não como um hiato entre o particular e o global, entre o indivíduo e a sociedade, mas como a possibilidade de "enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e mais móveis"<sup>12</sup>, como ressalta Jacques Revel. A participação da sociedade civil brasileira no conflito, é uma das possibilidades de análise que a trajetória de José Jerônimo pode nos oferecer, tanto como estudante universitário – integrante da mobilização popular liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) pela entrada do Brasil nessa conflagração –, quanto como civil voluntariado para lutar contra o nazifascismo na Europa, junto a outros 25 mil rapazes brasileiros.

Embora não tenha havido combate armado em território brasileiro, o conflito não esteve distante da nossa população, até

mesmo muito antes do Brasil declarar guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto de 1942, como destaca o biógrafo Ruy Castro em seu livro *Trincheira tropical: a Segunda Guerra Mundial no Rio*<sup>13</sup>. Nessa publicação, o autor traça um panorama dos anos que antecederam a entrada oficial do Brasil na batalha, elegendo como palco dos acontecimentos a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, centro diplomático, político e cultural do país, no contexto da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Trabalhos pioneiros lançam luz sobre a Guerra em território brasileiro, também no campo das representações, como na música, literatura, jornalismo, teatro e cinema, com destaque para a pesquisa de Daniel Mata Roque sobre o único longa-metragem brasileiro de propaganda antinazista produzido durante o conflito, intitulada *Luz, câmera, esquecimento: a trajetória do filme perdido "O Brasileiro João de Souza"*.<sup>14</sup>



No contexto da ditadura varguista, germanófilos e americanófilos disputavam o interesse brasileiro em aliar-se aos seus propósitos políticos e à doutrina militar no conflito. O Rio de Janeiro foi palco privilegiado desses acontecimentos: "Os cariocas, em especial os estudantes, não pouparam esforços para definir uma opinião contrária ao Eixo"<sup>15</sup>. O governo demorou a se posicionar, até que "Ernani do Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio de Janeiro, promoveu uma forte manifestação pró Aliados em Niterói, em 29 de junho de 1942, determinado a prender agentes do Eixo e silenciar as estações de rádio"<sup>16</sup>. José, residente em Niterói, e entusiasta da participação do Brasil no conflito, certamente, esteve tomando parte dessa manifestação.

Com a criação da FEB, em 9 de agosto de 1943, a propaganda oficial estadonovista se intensificou por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), atingindo ainda mais o cotidiano

dos brasileiros e mobilizando a sociedade para a entrada definitiva do Brasil na guerra. Também podemos acreditar como certa, a participação do Aspirante José Jerônimo nos grandes desfiles da FEB realizados no centro do Rio de Janeiro, atraindo multidões. O primeiro, em 31 de março de 1944, na avenida Rio Branco, e o outro em 24 de maio, na avenida Beira Mar, antecedendo a partida do primeiro escalão, que seguiria para o teatro da guerra, em 2 de julho. José Jerônimo era um dos 5.075 expedicionários embarcados no navio americano *General W.A. Mann*, deixando definitivamente para trás, junto com a bela imagem da Baía de Guanabara e da orla da sua Niterói, a vida civil de um rapaz nascido e criado na praia de Icaraí.

## O CIVIL JOSÉ JERÔNIMO DE MESQUITA

Ele era o filho que gostaríamos de ter se pudéssemos escolher os nossos filhos – alegre,

espírito são, e cheio de um idealismo puro de que tanto me orgulhava.

Maria Luiza Precht de Mesquita

Fig. 1 - José, à direita, com sua mãe, irmãs e irmãos, no Sítio do Però, em Araruama, c. 1942.



Fonte: Arquivo da família Mesquita.

José nasceu em Niterói, no bairro de Santa Rosa, fez o curso primário no Colégio Salesiano Santa Rosa, o secundário no Instituto Lafayette, e o científico no Plínio Leite. Menino de praia, exímio nadador, viveu sua infância e adolescência entre as praias de Icaraí, Ponta Negra, a Lagoa de Araruama, e a fazenda da família paterna em Leopoldina, Minas Gerais, onde aprendeu a montar. Foi

um menino levado, inteligente e aventureiro, talentoso desenhista, desde criança, o que o levou a cursar Arquitetura na Escola de Belas Artes. Ao que contam, era muito brincalhão e com senso de humor afiado, traço que observamos em suas cartas enviadas do front aos amigos. Foi um rapaz namorador e frequentador das festas no sítio de Burle Marx, no Clube Central e as do Cassino Icaraí. Muito sensível à dor alheia e aos mais fracos, “era preciso vigilância perseverante de sua mãe, pois senão dava tudo, da camisa aos sapatos”<sup>17</sup>. De acordo com as recordações maternas:

Numa de suas férias de estudante passadas em Ponta Negra, numa esquecida povoação de pescadores, afeiçoou-se de um pescador aleijado de uma mão – O Danguinha – que o ensinou a pescar, tarifar e fazer rede. Nunca o esqueceu, protegeu-o até o fim, deixando por escrito, quando partiu para a guerra, que caso morresse, dessem ao Danguinha, do dinheiro que recebessem dele,

uma quantia para comprar um arco de pesca, seu grande sonho.<sup>18</sup>

Fig. 2 - José em Ponta Negra, entre pescadores, c. 1930.



Fonte: Arquivo da Família Mesquita

É possível recuperar aspectos da trajetória civil de José Jerônimo, por meio de fontes documentais de natureza pública e privada, entre as quais as encontradas nos arquivos históricos de instituições de ensino, como o

Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói, ou os da Escola Nacional de Belas Artes, onde José cursou arquitetura, na cidade do Rio de Janeiro. A hemeroteca da Biblioteca Nacional e os acervos dos jornais ainda em circulação, podem nos oferecer informações valiosas sobre a trajetória de José. A morte em combate do Tenente Mesquita, como primeiro oficial da FEB a tombar na Itália, despertou, além de forte comoção, o interesse da imprensa sobre ele e sua família.

Figs. 3 e 4 - Fotos de José em criança na casa da família em Niterói.





Fontes: Arquivo da Família Mesquita

Fig. 5 - José, à direita, ao lado de Maria Cláudia, Telmo e Maria José, seus irmãos, c. 1932.



Fonte: Arquivo da Família Mesquita.

Por meio de entrevistas jornalísticas com os pais de José, publicadas durante e, principalmente, após o fim da Guerra, emergem memórias da criança e do jovem combatente, tornado herói. Porém, são nos arquivos pessoais e de família, que encontramos um tipo de fonte biográfica especial e muito sensível, como fotografias, cartões postais, recortes, correspondências, medalhas, entre outros artefatos variados da memória.

Do mesmo modo, os depoimentos orais de familiares e amigos de José, nos permitem conhecer melhor a sua trajetória civil, como, por exemplo, os relatos das irmãs de José Jerônimo, Maria Victória de Mesquita Benevides e Maria Luiza de Mesquita Marinho, que mesmo tão pequenas por ocasião da morte do irmão, se apresentam como “guardiãs da memória” da família Precht-Mesquita. Entendemos como “guardiões da memória”, pessoas que custodiam os

documentos e as lembranças da família e preservam a sua memória para futuras gerações.

Fig. 6 - Foto do jovem Aspirante José Jerônimo de Mesquita. São Paulo, 1944.



Fonte: Arquivo da Família Mesquita.

As lembranças de Maria Isabel Moraes (1923-2025) constituem um caso exemplar do quanto as memórias individuais compartilhadas são capazes de construir uma biografia coletiva da Segunda Guerra Mundial e, nesse caso, ajudar a refazer trajetórias de pessoas ausentes. As

famílias de Isabel e José moravam próximas, em Niterói, e, seu irmão Levy Menezes Nascimento (1922-1991) foi grande amigo de José, com quem dividiu o interesse pelo desenho, as farras da mocidade, e uma intensa correspondência do *front*. As memórias de Isabel sobre a guerra, especialmente as lembranças de José - absolutamente vivas para a sua idade avançada -, revelam, para além da forte amizade que os uniu, a participação das mulheres brasileiras no conflito. Isabel, como tantas outras moças da sua geração, desejou combater como enfermeira da FEB, chegando a fazer o curso da Cruz Vermelha, mas, para sua tristeza, foi recusada por estar abaixo do peso exigido:

Quando Brasil entrou na Guerra, decidi fazer o curso de voluntária socorrista da Cruz Vermelha. As aulas práticas e o estágio foram no Hospital São João Batista [...] O curso de socorrista foi concluído com formatura e entrega do diploma no Teatro Municipal de

Niterói. Mas, na hora da seleção de quem iria para a guerra, o médico me reprovou no exame médico, porque era muito nova e não tinha peso suficiente.<sup>19</sup>

Apesar de não ter conseguido seguir para o *front*, Isabel continuou a trabalhar pelos soldados brasileiros, “arrecadando doações “como agasalhos, chocolates, leite em pó e comidas enlatadas, que eram enviadas para a Itália”<sup>20</sup>. Porém, de todas as tristezas da Guerra, para Isabel, a maior de todas foi a morte seu grande amigo, o Tenente José Jerônimo Mesquita, fato de grande impacto em toda a sua trajetória. Isabel confirma o coração generoso de José, e conta, entre outras lembranças, o fato dele lhe oferecer o braço para que ela treinasse as injeções durante o curso na Cruz Vermelha, e de protegê-la dos rapazes mais salientes, nos bailes do Clube Central.

Quando José foi convocado, ela começou a rezar por ele todos

os dias, e permaneceu assim, em oração diária, por toda a sua vida. Isabel se casou, teve filhos, netos, e nunca esqueceu de José, transmitindo esse sentimento de carinho para a sua própria família, que o têm com um parente, de tanto ouvir falar. É um caso de amor e amizade, que a Guerra separou, mas não destruiu.

Fig. 7 - Capa da publicação em homenagem ao centenário de Maria Isabel Mende de Moraes.





Essas memórias de Isabel foram organizadas por seu neto Pedro Menezes de Moraes Brito, para a edição comemorativa do centenário de Isabel, em 1923, com o título “Uma Centena de Recordações: memórias de um século de vida de Maria Isabel Menezes de Moraes”<sup>21</sup>.

## **O SOLDADO JOSÉ JERÔNIMO**

Segundo relatos de sua mãe, Maria Luiza, desde os 15 anos, o futuro soldado seguia as notícias das tensões internacionais que mais tarde levariam à Segunda Guerra Mundial. Esse interesse foi se transformando em ação. Como vimos, José participou, ativamente, já como estudante de arquitetura, dos comícios da UNE que pediam: “Queremos Guerra!” A trajetória de José, entre a vida civil e a vida militar foi meteórica, com atuação destacada na linha de frente da primeira fase da FEB.

José alistou-se em 1941, em Niterói e, como aluno do curso superior de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, pode ser direcionado ao Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva (CPOR), cujo currículo escolar, de três anos, sofreu mudanças em 1942, por ocasião dos esforços de guerra, passando para apenas um ano<sup>22</sup>. Adicionalmente, foram criados Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) para as localidades que conseguissem matricular, no mínimo 10 alunos. Nesse contexto, o voluntário José Jerônimo foi matriculado no NPOR localizado no anexo do 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na cidade de São Gonçalo, em 1943.

O aspirante realizou o curso normalmente, conciliando as atividades castrenses com os estudos na Escola Nacional de Belas Artes, “revelando-se exemplar e disciplinado, segundo seu instrutor, com “excepcionais qualidades



de chefe nas provas de comando”.<sup>23</sup>

Em dezembro de 1943, José concluiu a formação de oficial da reserva da arma de Infantaria, sendo considerado, ao final do curso “[...] indispensável à instrução dos soldados no Núcleo graças aos seus conhecimentos especializados principalmente de desenho de armas modernas [...]”<sup>24</sup>. Embora tivesse o pendor e a habilidade para o desenho técnico, José Jerônimo imediatamente pleiteou sua inclusão como voluntário para ir à guerra. Além do Aspirante Mesquita, outros oficiais do regimento também desejavam integrar a FEB, como o Aspirante Lúcio Marçal Ferreira, amigo inseparável que o acompanhou em todas as etapas da formação<sup>25</sup>.

Durante os preparativos para enviar o 1º Escalão da FEB, o Aspirante Mesquita "insistiu com amigos e procurou oficiais

influentes junto ao Ministério da Guerra".

Figs. 8 e 9 - Foto do Aspirante Mesquita e cópia da sua identificação militar.



Fonte: Arquivo da Família Mesquita.

Ademais, procurou o general Zenóbio da Costa, comandante do Grupamento Tático (GT), fazendo-lhe um pedido

para que o incorporasse à tropa que partiria em breve. José foi convocado em 6 de maio de 1944 para apresentar a documentação e os exames médicos. apesar de estar vinculado ao 3º RI, José Jerônimo foi incluído na sétima companhia do 3º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria (7ª do III/6º RI). Essa unidade estava sediada no município de Caçapava, a cargo da 2ª Região Militar, em São Paulo<sup>26</sup>.

O Aspirante Mesquita recebeu a designação para comandar o segundo pelotão de Fuzileiros (2º Pel Fuz). A felicidade de José pela convocação é expressada no telegrama enviado ao pai, que se encontrava no município de Araruama, Rio de Janeiro, no sítio da família, que diz: “FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA GRANDE ALEGRIA. ABRAÇOS”. José integrou o primeiro escalão comandando o 2º Pel Fuz, partindo para a Itália no dia 2 de julho de 1944. menos de dois meses após a sua convocação.

Fig. 10 - José, sorridente, no alto, ao fundo, embarcado com o 1º Escalão da FEB rumo à Itália. Julho de 1944.



Fonte: Arquivo da família Mesquita

A FEB chegou à Itália num momento em que os Aliados viam escassear suas forças de combate desviadas para a França. Daí a enormidade dos setores que coube defender e atacar, em missões de sacrifício que tornavam muito raros os momentos de descanso.

O inverno também foi um dos mais rigorosos, chegando, em alguns lugares a menos 15 graus abaixo de zero. A chegada em Nápoles, no dia 17 de julho, marcou o primeiro contato com o grande desdobramento logístico. O 6º RI esteve em combate desde 15 de



setembro de 1944 no norte da Itália. A primeira fase da FEB compreendeu ações ofensivas empreendidas pelo Grupamento Tático, no Vale do Rio Serchio, noroeste da Itália<sup>27</sup>.

O Aspirante José esteve na vanguarda desde o primeiro dia de operações do GT, tendo atuação destacada à testa de seu pelotão em várias ocasiões. Logo, os italianos que estavam sob o jugo dos *tedescos* naquela região, descrita como "terra de ninguém", tinham como primeiro contato as patrulhas de infantaria aliadas, como as que estavam sendo comandadas por ele.

Assim, Mesquita, foi um dos primeiros ouvir e ver o desespero daquelas pessoas. Após o repouso de alguns dias, o 2º Pel Fuz retomou a ofensiva com o objetivo de ocupar a porção sudoeste do Monte San Quirico, a cinco quilômetros de Castelnuovo de Garfagnana, objetivo final do GT<sup>28</sup>.

O estado de ânimo das tropas e do comandante do GT, general Zenóbio da Costa, era de otimismo, porque estavam muito próximos do objetivo e, até aquele momento, as forças brasileiras haviam vencido todos os embates contra os alemães. Em consequência, o pelotão, após uma longa e exaustiva caminhada sob forte chuva, atingiu o Monte San Quirico por volta da meia noite do dia 30 para 31 de outubro. José, à frente do seu pelotão, foi mortalmente ferido, conforme relatório do capitão Hélio Portocarrero Castro, comandante da sétima companhia:

Por volta das 3 da madrugada, o inimigo desfechou um forte contra-ataque na ala oeste da 3ª Companhia do 1/6º RI e da 7ª Companhia do III/6º RI. Dois pelotões da 7ª Cia retraíram, abrindo uma brecha no dispositivo aliado. Em virtude da situação desvantajosa em que foram encontradas as duas companhias da direita, foi determinado que elas retraíssem para Sommocolonia,

a dois quilômetros a sudeste de suas posições. Porém, o 2º Pel Fuz, inteiramente só, permaneceu e reagiu ao ataque das tropas de choque da SS, vinculadas à 232 Divisão de Infantaria alemã. O Aspirante Mesquita, defendeu frontalmente com o dispositivo do seu pelotão. Durante o combate corpo a corpo, caiu mortalmente ferido, vítima de uma rajada de metralhadora, seguida de uma explosão causada por uma "boop-trap"<sup>29</sup>

Embora o ambiente escrito nos jornais fosse de otimismo e de orgulho, a família de José ficou apreensiva pela ausência de correspondências, sendo tomada pela apreensão sobre como estaria o seu primogênito nos campos da Itália. O angustiante silêncio antecedeu o telegrama do Ministro da Guerra em 25 de novembro de 1944, no qual lamentava comunicar que José estava desaparecido no campo de batalha. O corpo de José Jerônimo ficou insepulto por bastante tempo em um campo minado, na "terra de ninguém".

Fig. 11 - Entrevista concedida por José Jerônimo de Mesquita ao jornal *O Globo*, em novembro de 1944, ao lado de sua filha Maria José de Mesquita.



Fonte: Jornal *O Globo*

O Tenente Lúcio Marçal Ferreira, através de informações de italianos residentes na região, recolheu o corpo do dileto amigo somente após o fim da guerra. O corpo estava em bom estado de conservação em função da neve que permaneceu na região, dali

conduzido ao cemitério de Pistoia, e, posteriormente, para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em 1960.

### AS CARTAS DO *FRONT*

As cartas são artefatos biográficos exemplares, e correspondem a uma nova concepção de documento, ao dotarem de historicidade a experiência individual, e alçarem os relatos epistolares à categoria de narrativa histórica.

Sandra Pesavento<sup>30</sup>

De acordo com relato de familiares de José, suas cartas do *front* eram alegres e confiantes, em que ele se dizia saudoso de todos e reafirmava sempre o seu espírito idealista puro e sincero. Além da família e amigos, Mesquita se correspondia com estrangeiros que estavam lutando em outras regiões, e se dizia orgulhoso de estar dominando bem o inglês e o italiano. Sua preocupação com a família, e o medo de que

pudesse lhes faltar, fica evidente na carta enviada a Telmo, em 29 de setembro de 1944, em que aproveita para aconselhar o irmão mais novo:

Caro Telmo,

Espero que estejas estudando bastante, e mais ajuizado. Precisas seguir bem os conselhos de seus pais, pois se eu faltar, você é que terá que olhar pela nossa família. Estude bastante e faça bastante esporte.

Abraço-te, teu irmão mais velho.

José

Fig. 12 - Carta enviada do front por José Jerônimo para o seu irmão Telmo, em 29 de setembro de 1944.



Fonte: Arquivo da Família Mesquita.



Ao contrário do tom solene de suas recomendações ao irmão mais novo, ou do otimismo que José procurava passar para os seus pais, as cartas enviadas por José ao seu dileto amigo Levy são descontraídas e em tom da camaradagem, de conversa aberta entre amigos íntimos, com o uso de algumas gírias da época, e com a mesma jovialidade que caracterizou a sua vida civil. Na conversa com Levy, vêm à tona detalhes confidenciais sobre relacionamentos amorosos, demonstrando a fase da juventude contrastada pela experiência de guerra. Essa correspondência foi organizada e publicada em uma plaqueta pelo sobrinho-neto de Levy, Flávio Joppert, intitulada *Vozes & ecos: cartas de guerra transcritas*. Joppert publicou a transcrição integral das cartas recebidas por Levy, muitas delas ilustradas com desenhos de José, e com trechos censurados<sup>31</sup>.

A primeira carta enviada ao amigo foi escrita em 7 de julho de 1944, embarcado no navio americano *General W.A. Mann*, e deixa revelar o ambiente quase claustrofóbico dos 14 dias de viagem até Nápoles: “Escrevo-te pela primeira vez depois de ter chegado são e salvo no dia em que fui extraído a fórceps. A vida aqui é de guerra e não posso te dizer onde estou, mas você gostaria muito se aqui estivesse. Procure aproveitar bem a vida hoje”.<sup>32</sup>

A produção fotográfica foi um grande atrativo de distração na pesada rotina das praticinas no *General W.A. Mann*. Todos queriam um registro para mostrar para familiares e amigos, o orgulho de pertencer à FEB. Rubem Braga, ironicamente, apontou que, pela quantidade de fotos e filmagens que foram feitas, teria que existir um navio para carregar os rolos de filme utilizados.<sup>33</sup> Nessa oportunidade, em trecho de carta enviada a Levy, Mesquita



sinalizou os supostos registros: "Quando vires algum filme da FEB procure-me, pois saí em todos eles. O cinegrafista era amigo do Marçal".<sup>34</sup>

A experiência vivida pelo jovem Aspirante nos dias de viagem a Nápoles provocou mudanças na maneira de pensar e interagir com familiares e amigos. A adaptação exigida no trajeto representou o início de uma nova concepção doutrinária. A extrema pobreza e a preparação para a batalha descritas nas cartas endereçada ao amigo, expressam em que medida estava aquela população acossada pelos *tedescos*:

Não calculas o que seja a guerra, não reclames carne, manteiga, casa nem nada; pois eu tenho visto um bocado de miséria desde que sair daí. Assassina-se por uma ponta de cigarro. E outras coisas que te contarei se voltar. A vida civil, comparada com a dos daqui, é o paraíso terrestre esse nosso Brasil.<sup>35</sup>

O espírito brincalhão de José, é notado na correspondência de 30 de setembro, enviada ao seu amigo Levy, no qual escreve um "cumprimento" ao "censor amigo"<sup>36</sup>. As cartas das pracinhas eram revisadas por três níveis de triagem: a "operacional", com o objetivo de verificar se os militares estavam informando detalhes das operações; a verificação da conduta tomada pelos soldados em território italiano; e a triagem ideológica feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP era responsável pelas diretrizes e execuções da propaganda do Estado Novo e vetava cartas que faziam críticas ao governo de Getúlio Vargas.

Na oportunidade, José Jerônimo relatou o descontentamento em ter várias cartas censuradas:

Ao censor: é isso mesmo meu chato - ficas aí na retaguarda e não deixas passar nem uma piada. Tomara, ou



Deus queira, ou os 88 alemães vá te buscar por aí<sup>37</sup>.

Já perto do embate fatal e, transparecendo emoção, José sinaliza os primeiros indicadores da saudade e da enorme satisfação em receber as cartas dos amigos e da família no Brasil, relatando também suas impressões das cenas de combate direto com os alemães:

Não imagina a satisfação que tive ao acordar dentro do meu *fox-hole*, apesar de não ter dormido a noite inteira devido ao 88 alemão. Receber logo duas cartas tuas pode estar certo que tive um imenso prazer e como vez apesar das granadas estarem caindo perto eu ponho logo a responder<sup>38</sup>.

Com saudades da noiva Maria, José passa instruções, e manda dinheiro, para que Levy escrevesse um cartão acompanhadas por uma caixa de orquídeas:

Amigo Levy. Envio-te 200 réis para que me faças o favor de comprar e enviar para o seguinte endereço: [...] Mas olha lá, sabes como sou e quero um "troço traquejado" Mande um cartão assim: Itália, 30 de setembro de 1944, para que não me esqueças e me espera sempre. Mesquita.<sup>39</sup>

Em uma das cartas no mês de outubro, José conta ao amigo que permaneceu vários dias debaixo do fogo de artilharia e que já teve um capacete de aço rachado por um estilhaço de granada de 88 milímetros. Adicionalmente, em outra carta, José Jerônimo faz planos com o dinheiro que está recebendo. Ele pretendia, caso retornasse ao Brasil, viver uma vida tranquila em Ponta Negra, como confidencia ao amigo, já lhe encomendando uma planta para a casa que pretendia construir quando voltasse da guerra.

Podes ir estudando a planta para ser construída em Ponta Negra. Casa com sala, dois quartos, banheiro,





cozinha e uma varanda. Coisa pequena, mas bem confortável. Não me incomodo de gastar uns trinta contos, mas quero um recanto onde se pode ficar alheio de tudo, ter uma boa geladeira [...] o que achas? Uma varanda envidraçada. Aliás, a sala envidrada dando para o mar. Uma boa pequena [garota], umas tintas, telas, e ficar de papo para o ar. Acho que, se voltar, será uma boa vida para nós. Pretendo comprar uma barata [carro de passeio] e vai estar para nós a vida sem dar bola para ninguém. Peço-te que esn1des um projeto e me envia pode ir apressando material e calculando a "*mo-amba*".<sup>40</sup>

## TENENTE MESQUITA, UM HERÓI DA FEB

Solidário em todos os momentos, camarada em tudo, ele bem merecia que seu retrato figurasse nas diversas unidades do Exército, como um símbolo de companheirismo e, mais que isto, de seu estuando civismo que o situa

entre os grandes brasileiros, embora a sua existência fosse tão curta, pois não chegou a completar a maioridade quando tombou heroicamente. Foi o primeiro oficial brasileiro a dar a vida em solo estrangeiro. Pelo Brasil e pela liberdade que ele tanto amava.  
Maria Luiza Precht de Mesquita

A morte de José Jerônimo causou um efeito familiar traumático, sua mãe precisou ser internada para seguir com a gravidez, pois entrara em depressão. Seu pai não resistiu aos dias de incerteza sobre o destino do filho na guerra, vindo a falecer um mês depois da derradeira confirmação de sua morte, no Natal de 1944. Meses mais tarde, Maria Luiza recebeu a notícia do falecimento do marido e o comunicado oficial da morte de José, junto com as quatro medalhas que o seu filho conquistou. Alquebrada pelos duros golpes, e mãe de uma criança recém-nascida, Maria Luiza "seguiu na educação dos oito filhos, ensinando-lhes os valores pelos quais

José Jerônimo dedicou a vida, o amor pela pátria, e pelas causas da liberdade e da justiça".<sup>41</sup>

Mesmo aquebrada pela dor, a mãe de José, fazia questão de responder aos pedidos de entrevistas que se seguiram após a morte do filho, para que a sua memória não caísse no esquecimento, sempre ressaltando o espírito de bravura e patriotismo do seu primogênito. Em uma dessas entrevistas, concedida ao ex-pracinha, Paulo Vidal, intitulada "Meu menino ficou na Itália", Maria Luiza relembra a natureza corajosa e destemida de José e de suas últimas palavras no seu embarque para à guerra: "Mamãe a senhora é que me ensinou a não ser medroso, não chore, por favor".<sup>42</sup>

Em 19 de julho de 1945, o escritor Orígenes Lessa publicou no jornal *O Globo*, a crônica “O Regresso dos Bravos”, na qual narra a euforia popular no desfile festivo da chegada dos pracinhas, assistido por mais de meio milhão

de pessoas “com uma alegria tão grande [...] como jamais vira antes essa leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro[...]”.

Fig. 13 - Crônica de Orígenes Lessa, “O Retorno dos Bravos”, publicada no jornal *O Globo*, em 19 de julho de 1945.



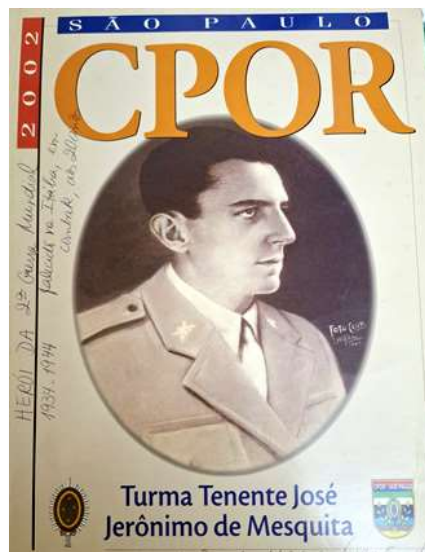
Fonte: Jornal *O Globo*

Para Maria Luiza, e muitas outras mães, famílias e amigos, cujos filhos e pessoas amadas não voltaram do *front*, esse dia de comemoração nacional, pode ter causado profundo sofrimento, mas, certamente, um grande orgulho, pela

certeza que nesse “regresso dos bravos” estavam presentes os seus heróis.

O Aspirante Mesquita foi promovido por bravura *post mortem* e agraciado com as medalhas de Campanha, medalha de Sangue do Brasil e Cruz de combate, “Por uma ação de feito excepcional na campanha da Itália”. Em 2002, o Exército Brasileiro rendeu homenagens a José Jerônimo com a declaração da Turma Tenente José Jerônimo de Mesquita aos Aspirantes formados pelos CPOR e NPOR formados naquele ano. O 3º Regimento de Infantaria, também denominado Regimento Arariboia, foi remodelado e transferido para a cidade de Barcelos, no estado do Amazonas. Contudo, o acervo documental das antigas sedes situadas no bairro da Urca, Rio de Janeiro e Niterói foram destinados para o Arquivo Histórico do Exército.

Fig. 14 - Uma das homenagens póstumas recebidas pelo Tenente José Jerônimo, em 2002.



Fonte: CPOR de São Paulo

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita de biografias e o seu uso como fontes históricas são temas recorrentes e hoje reavivados e revalorizados pela historiografia contemporânea. Nesse contexto, é importante apontar para a renovação e ampliação da investigação da história militar



brasileira, evidente em teses e dissertações, revistas especializadas, livros de renomadas editoras, atividades culturais e acadêmica; grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ, além das atividades em curso nos centros de memória e documentação.

Neste artigo procuramos unir essas duas discussões – biografias e história militar – refletindo sobre suas abordagens teórico- metodológicas, a fim de apontar novos caminhos, modelos e meios do fazer histórico, bem como incentivar e capacitar novos agentes a difundirem a temática de maneira interdisciplinar. Desejamos que as notas biográficas do Tenente José Jerônimo de Mesquita, apresentadas nesse texto, para além de revelarem a face de um jovem soldado sensível e talentoso, capaz de enfrentar os horrores da guerra com jovialidade e coragem, possam despertar o interesse de novos pesquisadores sobre o tema e

para as inúmeras possibilidades que a trajetória de José Jerônimo oferece para a escrita da história da Força Expedicionária Brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

BARONE, João. *1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, Rubem. *Crônicas da Guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BRITO, Pedro Menezes de Moraes. *Uma Centena de Recordações: memórias de um século de vida de Maria Isabel Menezes de Moraes*. Curitiba: [s.e.], 2023.



CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na segunda guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTRO, Hélio Portocarrero. Não podemos esquecê-lo: um herói da FEB. *Revista Correia Lima*, Rio de Janeiro, CPOR, 2002.

CASTRO, Ruy. *Trincheira tropical: a Segunda Guerra Mundial no Rio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

CHARTIER, Roger. A História FGV: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ESTA espada não ficará enferrujada na bainha. *Diário da Noite*, Distrito Federal, 1 dez. 1944, p. 9-16. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=30084&url=http://memoria.bn.br/docreader](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=30084&url=http://memoria.bn.br/docreader)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FARIA, Durland Puppim; PEREIRA, Fabio da Silva. Alimentação dos soldados cariocas na Itália: um impacto cultural (1944-1945). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 14, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, p. 103-121, 2018. Disponível em: <[http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/09/AGCRJ\\_revista14-103-121.pdf](http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/09/AGCRJ_revista14-103-121.pdf)>. Acesso em 19 set. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro. *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GINZBURG, Carlo. *A Micro História e outros ensaios: memória e sociedade*. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, p.121-127, 1998.

JOPPERT, Flavio. *Vozes & ecos: cartas de guerra transcritas*. Niterói: Edição do autor, 2011.



LARIGA, Sabine. *O Pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento e Monumento. In: *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. Verbete “Memória”. *Enciclopédia Einaudi I*, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro História”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

LIMA, Rui Moreira. *Senta a Púa!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MALATIAN, Teresa. “Cartas-narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

McCANN, Frank. *A aliança Brasil – Estados Unidos, 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

McCANN, Frank. A Força Expedicionária Brasileira na Campanha Italiana (1944-1945). In: SILVEIRA, Joel. *A luta dos pracinhas: a Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Record, 3ª ed, p. 267-287, 1993.

MESQUITA, Cláudia; MOREIRA, F. A.; PEREIRA, F. S. O José, pão espiritual dos soldados e os relatórios confidenciais do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (1944-1945). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-298, 2022.

MESQUITA, Cláudia; PEREIRA, F. S.; MOREIRA, F. A. Por uma ação de feito excepcional na Campanha da Itália: as cartas do Aspirante José Jerônimo de Mesquita. *Revista Valore*, v. 5, p. 162-182, 2021.

NETO, Lira. *A arte da biografia: como escrever histórias de vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NOTAS e informações militares: oficiais convocados. *Diário da Noite*, Distrito Federal, 6 mai. 1944, p.3. Disponível em:



<[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961\\_02&pagfis=25543&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pagfis=25543&url=http://memoria.bn.br/docreader#) >. Acesso em: 10 dez. 2019.

PEREIRA, Durval Lourenço. Os "germanófilos". In: *Operação Brasil: O Ataque Alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Contexto, 2015. Disponível em: <<https://www.operacaobrasil.com/single-post/2015/01/19/Os-german%C3%B3filos> >. Acesso em: 11 dez. 2022.

PEREIRA, Fábio da Silva. As cartas dos ex-combatentes da FEB. Rio de Janeiro: *Canal ArteCult*, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CDK-jlv8p6rl/?igshid=1jy85oawn7eso> > Acesso: 19 out. 2022.

PEREIRA, Fábio da Silva. História Militar: Perspectivas sobre a forma de se escrever a história. In: *Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil*, Resende, v. 1, n. 2, pp. 55-79, 2021. Disponível em:

<<https://revistamilitarterrestre.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Revista-n2.pdf> > Acesso: 3 nov. 2022.

PESAVENTO, S. J. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo". In RIBEIRO, L. C. Q.; QUEIROZ, Luiz César (Eds.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras da história cultural*. Caxias do Sul: Edusc. 2004.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

RODRIGUES, A. C.; Cláudia Mesquita; SILVA, C. G. Archivo, ciudad y familia: el archivo de familia como patrimonio documental del municipio de Niterói-RJ. *Revista EDICIC*, San Jose, v. 3, p. 1-15-15, 2023.

RODRIGUES, A. C.; NEY, I. C. J.; Mesquita, Cláudia. Arquivo, Cidade e Família: O Arquivo da família Precht-Mesquita como patrimônio documental do Município de Niterói (RJ). *Ciências Sociais Aplicada*, v. 1, p. 1-317, 2022.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O posicionamento militar brasileiro durante a Segunda Guerra



Mundial: a aproximação com a Alemanha e o alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54 (jan./jun.) 2012.

ROQUE, Daniel Mata. *Luz, câmera, esquecimento: o Brasil na Segunda Guerra Mundial e a trajetória do filme perdido "O Brasileiro João de Souza"*. Rio de Janeiro: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2021.

ROQUE, Daniel Mata. *A Cobra vai filmar*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SILVA, C. G.; RODRIGUES, A. C.; MESQUITA, Cláudia. Arquivos pessoais e arquivos de família: aspectos teóricos aplicados ao estudo da família Faustino Avé-Lallemant Precht Mesquita. In: SILVA, Carlos Guardado da Silva;

CORUJO, Jorge Revez Luís (Orgs.). *Diálogos na ciência da informação*, Lisboa, v. 1, p. 19-1279, 2024.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos. *Memória e Nação: o Museu Militar dos Feitos da Guerra do Paraguai (1870- 1922)*. In RODRIGUES, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (orgs.). *História Militar: entre o debate local e o nacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

VIDAL, Paulo. *Heróis esquecidos*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960.

## NOTAS

<sup>1</sup> VIDAL, Paulo. *Heróis esquecidos*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, p.130.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. in AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 190.

<sup>3</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. No momento em que comemoramos o final da Segunda Guerra Mundial, é oportuno lembrar desse grande historiador, responsável por uma das maiores contribuições epistemológicas para a historiografia do século XX, a chamada *Escola dos*





*Annales*. De origem judaica, e com participação ativa na Resistência Francesa, Marc Bloch foi fuzilado pelos nazistas em 16 de julho de 1944, deixando essa obra inacabada, publicada pela primeira vez, em 1946, por Lucian Febvre, seu parceiro na criação dos *Annales*, em 1929.

<sup>4</sup> LARIGA, Sabine. *O Pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 24–25.

<sup>5</sup> NETO, Lira. *A arte da biografia: como escrever histórias de vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 41-60.

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. A História FGV: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. *A Micro História e outros ensaios: memória e sociedade*. Lisboa: Difel, 1991.

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malthas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, p.121-127, 1998, p.122.

<sup>9</sup> SOUZA, Ana Beatriz Ramos. *Memória e Nação: o Museu Militar dos Feitos da Guerra do Paraguai (1870- 1922)*. In RODRIGUES, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (orgs.). *História*

*Militar: entre o debate local e o nacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 57.

<sup>10</sup> ROQUE, Daniel Mata. *A Cobra vai filmar*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

<sup>11</sup> GINZBURG, op.cit.

<sup>12</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.15.

<sup>13</sup> CASTRO, Ruy. *Trincheira tropical: a Segunda Guerra Mundial no Rio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

<sup>14</sup> ROQUE, Daniel Mata. *Luz, câmera, esquecimento: o Brasil na Segunda Guerra Mundial e a trajetória do filme perdido “O Brasileiro João de Souza”*. Rio de Janeiro: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2021.

<sup>15</sup> McCANN, Frank D. *A aliança Brasil – Estados Unidos, 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 202.

<sup>16</sup> Ibid., p. 224.

<sup>17</sup> VIDAL, Paulo. *Heróis esquecidos*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, p.130.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> BRITO, Pedro Menezes de Moraes. *Uma Centena de Recordações: memórias de um século de vida de Maria Isabel Menezes de Moraes*. Curitiba: [s.e.], 2023.

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> Ibid.



<sup>22</sup> NOTAS e informações militares: oficiais convocados. *Diário da Noite*, Distrito Federal, 6 mai. 1944, p.3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocRea-der/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961\\_02&pag-fis=25543&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocRea-der/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=221961_02&pag-fis=25543&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em: 10 dez. 2019.

<sup>23</sup> VIDAL, op.cit., p. 130.

<sup>24</sup> NOTAS e informações militares, op.cit.

<sup>25</sup> MESQUITA, Cláudia; PEREIRA, F. S.; MOREIRA, F. A. Por uma ação de feito excepcional na Campanha da Itália: as cartas do Aspirante José Jerônimo de Mesquita. *Revista Valore*, v. 5, p. 162-182, 2021, p.168.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> CASTRO, Hélio Portocarrero. Não podemos esquecê-lo: um herói da FEB.

*Revista Correia Lima*, Rio de Janeiro, CPOR, 2002, p. 2.

<sup>30</sup> PESAVENTO. S. J. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo". In RIBEIRO, L. C. Q.; QUEIROZ, Luiz César (Eds.). *Escrita, linguagem, objetos*: leituras da história cultural. Caxias do Sul: Edusc. 2004.

<sup>31</sup> JOPPERT, Flavio. *Vozes & ecos*: cartas de guerra transcritas. Niterói: Edição do autor, 2011.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> BRAGA, Rubem. *Crônicas da Guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

<sup>34</sup> JOPPERT, op.cit.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid., p. 8.

<sup>37</sup> Ibid., p. 10.

<sup>38</sup> Ibid., p. 11.

<sup>39</sup> Ibid., p. 7.

<sup>40</sup> Ibid., p. 11.

<sup>41</sup> VIDAL, op.cit., p. 131.

<sup>42</sup> Ibid., p.130.



**Autores**

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Álvaro Luiz dos Santos Alves**

Subtenente de Cavalaria da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira, pós-Graduado em Docência do Ensino Superior, graduado em História, graduado em Gestão de Segurança Privada, graduando em Geografia. Membro do Grupo de Pesquisas de História Militar e Fronteiras da Universidade Salgado de Oliveira. Possui diversos trabalhos relacionados com o tema da Força Expedicionária Brasileira. Ganhador do Concurso Literário Franklin Dória da Biblioteca do Exército no ano de 2022.

### **André Almeida Aragão Cabral**

Aviador, Piloto de Linha Aérea internacional e administrador de empresas, com MBA em Gestão Empresarial. É vice-presidente do Grupo Sergipano de Estudos da Força Expedicionária Brasileira (GRUSEF), sócio colaborador da Associação Brasileira de Pilotos de Caça, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

### **Antoine de Souza Cruz**

Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro, integrante da Turma de 1996 da Academia Militar das Agulhas Negras. Ao longo da carreira, realizou diversos cursos e estágios operacionais nas áreas de paraquedismo militar, operações na selva e inteligência militar, entre outras especializações. Possui o Curso Superior de Defesa e o Curso de Altos Estudos de Política e

Estratégia da Escola Superior de Guerra. Serviu como Observador Militar das Nações Unidas no Sudão e como Oficial de Estado-Maior das Nações Unidas no Haiti. Comandou a 2ª Companhia de Guardas, no Recife-PE, e a Companhia de Precursores Paraquedista, no Rio de Janeiro-RJ. É mestre em Ciências Militares, com ênfase em Relações Internacionais, pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

### **Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias**

Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-doutorados em Memória Social e Patrimônio e em Ciência da Informação. Atua em pesquisa, ensino e gestão cultural, com ênfase em história social da cultura, história oral, memória e patrimônio, especialmente relacionados à cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, integra grupos de pesquisa do CNPq.

### **Edson Skora Rosty**

General de Divisão veterano. É Mestre em Ciências Militares com menção em Política, Estratégia e Relações Internacionais e doutor em Ciências Militares “Notório Saber”, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. É oficial de estado-maior, professor de história militar e estratégia e mestre em Ciências Militares, com menção em Gestão e Planejamento Estratégico, pela Academia de Guerra do Exército do Chile, e mestre em Estudos Estratégicos pela Escola de Guerra do Exército dos Estados Unidos da América. É associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atualmente, exerce a tarefa de Assessor da Diretoria do Patrimônio Histórico e

Cultural do Exército junto ao Museu do Expedicionário, com sede em Curitiba-PR.

### **Marcos Moretzsohn Renault Coelho**

Engenheiro Civil, escritor e pesquisador da história do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com foco na Força Expedicionária Brasileira. É presidente da ANVFEB - Seção Belo Horizonte e curador do Museu da FEB de BH.

### **Péricles Aurélio Lima de Queiroz**

Ministro do Superior Tribunal Militar desde 2016, oriundo do Ministério Público Militar, onde exerceu, ao longo de 35 anos, todos os cargos da carreira, inclusive o de Procurador-Geral Interino. Graduado em Direito, possui formação em Direito Internacional dos Conflitos Armados e no Curso Superior de Formação de Magistrado. Oficial da Reserva do Exército, foi Vice-Presidente e Corregedor da Justiça Militar da União (2021–2023). Atualmente, exerce o cargo de Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM). Atuou em diversas comissões e projetos institucionais, com destaque para a presidência da Comissão da Memória da Justiça Militar em 2024.

### **Raniel da Conceição Fernandes**

Museólogo, formado pela Universidade de Brasília, mestre em Ciência da Informação. Atualmente pesquisa sobre temas relacionados à História do Brasil, à Força Expedicionária Brasileira, ao colecionismo, aos museus de ciências e à Museologia. Além disso, no tempo livre, se dedica ao estudo e a descoberta de novos itens para suas coleções de moedas e cartões telefônicos.

### **Silmara Küster de Paula Carvalho**

Professora da Universidade de Brasília do Curso de Museologia. Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. Especializou-se em Estética aplicada à Arte-Educação pela Faculdade de Artes do Paraná, e posteriormente em Conservação de Obras sobre Papel pela Universidade Federal do Paraná. É Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com pesquisa sobre conservação de espaços de museus, arquivos e bibliotecas.

### **Wagner Alcides de Souza**

Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais, possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi integrante da Biblioteca do Exército e, atualmente, integra o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. É doutorando em História Política na linha de pesquisa de Política e Cultura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor do livro: A Biblioteca do Exército 1881.



**Organizador**



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Coronel de Artilharia, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e pela Université Libre de Bruxelles, bolsista do *Programme Erasmus+* da União Europeia. Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e licenciado em História pela Universidade Salgado de Oliveira. É associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, associado titular da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Rio de Janeiro e pesquisador associado do grupo de investigação de História Militar da Universidade de Lisboa. Pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

FEB

# HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS



EXÉRCITO BRASILEIRO  
Setor de Imagem, Comunicação e Relações Institucionais



